



PODER EXECUTIVO

ATOS DO PODER EXECUTIVO

DECRETO Nº 6.725, DE 07 DE MARÇO DE 2008.

Dispõe sobre a composição, estruturação e competências do CONSELHO ESTADUAL DA MULHER – CONEM e dá outras providências.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE GOIÁS, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do Processo nº 200800013000638,

DECRETA:

CAPÍTULO I

Disposições Preliminares

Art. 1º. O Conselho Estadual da Mulher – CONEM, criado pela Lei nº 13.456 de 16 de abril de 1999, e integrado à Secretaria de Políticas para Mulheres e Promoção da Igualdade Racial, por força da Lei 16.042 de 01 de junho de 2007, com jurisdição em todo território goiano, é órgão colegiado de composição paritária, de caráter permanente, deliberativo e consultivo, co-responsável pela elaboração, fiscalização e controle da gestão das políticas para as mulheres, visando à equidade e à igualdade de gênero de modo a assegurar os direitos das mulheres.

CAPÍTULO II

Das Competências

Art. 2º. Compete ao Conselho Estadual da Mulher – CONEM:

I - definir e desenvolver mecanismos e instrumentos para participação e controle social sobre as políticas públicas para as mulheres;

II - promover a mobilização e articulação da sociedade na defesa dos direitos das mulheres dentro dos princípios da equidade e igualdade de oportunidades entre mulheres e homens;

III - acompanhar e fiscalizar o desenvolvimento das ações e dos serviços relacionados ao atendimento às mulheres;

IV - acompanhar e exigir o cumprimento da legislação que assegura os direitos das mulheres, adotando ou propondo, se necessário, medidas administrativas cabíveis;

V - receber e analisar as denúncias relativas, especialmente, à discriminação, ao constrangimento e ao desrespeito aos direitos das mulheres e, se confirmadas, adotar as providencias referidas no inciso IV deste artigo;

VI - estimular o estudo e a pesquisa da condição das mulheres goianas e propor políticas públicas que busquem a melhoria de suas vidas;

VII - apoiar, incentivar e orientar a criação e a organização dos Conselhos Municipais de Mulheres;

VIII - analisar e deliberar sobre o relatório anual do Comitê Gestor do Pacto Goiano pela Igualdade de Direitos e documentos governamentais firmados para a implementação das políticas para mulheres, acompanhando, com o devido assessoramento, a sua execução;

IX - monitorar, analisar e apresentar recomendações em relação ao desenvolvimento de programas e ações governamentais e a execução de recursos públicos autorizados para os mesmos, com vista à implementação do Programa Estadual de Políticas para Mulheres;

X - participar da elaboração do Plano de Políticas para as Mulheres e das diretrizes para a lei orçamentária anual;

XI - estabelecer estratégias e procedimentos para acompanhar a gestão transversal das ações, políticas e serviços com repercussões sobre a vida política, econômica e social das mulheres, articulando-se com outros colegiados como os da saúde, segurança, educação, trabalho, seguridade, idosos, criança e adolescente e outros, visando ao intercâmbio de informação e à unidade de ação;

XII - acompanhar a tramitação de projetos de lei na Assembléia Legislativa do Estado de Goiás que disponham sobre matéria de interesse das mulheres;

XIII - analisar e dar parecer sobre projetos de lei do Poder Executivo que tenham implicações sobre os direitos das mulheres;

XIV - propor a convocação das Conferências Estaduais de Políticas para as Mulheres e participar paritariamente da comissão organizadora;

XV - participar da elaboração de critérios e parâmetros para a formulação e implementação de metas e prioridades para assegurar as condições de igualdade às mulheres.

XVI - apoiar a Secretaria de Estado de Políticas para Mulheres e Promoção da Igualdade Racial na articulação com outros órgãos da administração pública estadual e os governos municipais;

XVII - articular-se com órgãos e entidades públicos e privados, não representados no CONEM, visando incentivar e aperfeiçoar o relacionamento e o intercâmbio sistemático sobre a promoção dos direitos da mulher;

XVIII - articular-se com os movimentos de mulheres, conselhos municipais dos direitos da mulher e outros conselhos setoriais, para ampliar a cooperação mútua e o estabelecimento de estratégias comuns de implementação de ações para a igualdade e equidade de gênero e o fortalecimento do processo de controle social;

CAPÍTULO III

Da Organização, Composição, Eleição e Funcionamento

Art. 3º - O Conselho Estadual da Mulher terá as seguintes instâncias:

I - Reuniões Plenárias: fórum de deliberação plena e conclusiva dos integrantes do CONEM, compreendendo Reuniões Ordinárias ou Extraordinárias;

II - Mesa Diretora: colegiado administrativo, executor das deliberações das reuniões plenárias do CONEM, composto por conselheiros eleitos em reunião plenária;

III - Câmaras Especializadas: a serem criadas pelo CONEM e compostas por integrantes do colegiado e, se forçoso, especialistas convidados para estudo, pesquisa e avaliação das proposições de políticas relacionadas com seus objetivos;

Parágrafo único – Considerar-se-á como prestação de serviço de relevância pública à comunidade a participação dos conselheiros nas atividades do CONEM, sendo não remunerada a função nele exercida, garantindo-se a dispensa do trabalho sem prejuízo para o conselheiro, durante o período das reuniões, dos eventos de capacitação e outras ações específicas do CONEM.

Art. 4º - A Mesa Diretora do Conselho Estadual da Mulher, composta por conselheiros eleitos pelo Plenário do CONEM para mandato de dois anos, é formada por:

I - presidente;

II - vice-presidente;

III - secretário-geral;

IV- 1º secretário;

V- 2º secretário;

Parágrafo único - A Mesa Diretora poderá deliberar “ad referendum” do Plenário.

Art. 5º - São atribuições do presidente:

I - representar o CONEM junto aos órgãos públicos municipais, estaduais, federais, à sociedade civil, ao Poder Legislativo e ao Poder Judiciário;

II - coordenar as reuniões plenárias do Conselho e da Mesa Diretora;

III - criar mecanismo para colocar em prática as deliberações plenárias do CONEM;

IV - convocar reuniões ordinárias e extraordinárias do CONEM e da Mesa Diretora.

Art. 6º - O vice-presidente do CONEM substituirá o Presidente em seus impedimentos legais e exercerá outras funções que lhe forem delegadas.

Art. 7º - São atribuições do secretário-geral do CONEM:

I - colaborar com a Mesa Diretora e demais integrantes do CONEM em todos os assuntos, conforme solicitação;

II - dar encaminhamento às deliberações do Plenário do CONEM;

III - acompanhar e avaliar o andamento das Câmaras Especializadas;

IV - acompanhar a organização do arquivo de documentos do CONEM;

V - responsabilizar-se pela elaboração das atas das reuniões do Conselho.

Art. 8º - São atribuições do 1º secretário:

I - organizar a pauta das reuniões do Conselho;

II - contribuir para a elaboração das resoluções do Conselho;

III – conhecer e acompanhar o andamento dos conselhos municipais da mulher;

IV - substituir o secretário-geral em seus impedimentos legais;

V - acompanhar a organização do banco de dados do Conselho;

Art. 9º - As Câmaras Especializadas possuirão caráter essencialmente complementar à atuação do CONEM, articulando e integrando os órgãos, instituições e entidades que executam programas na busca dos conhecimentos e tecnologias afins, visando à produção de subsídios, de propostas e recomendações a serem apresentadas para aprovação do Plenário.

Art. 10 - O Conselho Estadual da Mulher é constituído por trinta e quatro integrantes titulares, e trinta e quatro suplentes, nomeados pelo Governador do Estado, observada a composição paritária de 50% (cinquenta por cento) de órgãos e entidades estaduais e 50% (cinquenta por cento) de entidades da Sociedade Civil, com reconhecida atuação na defesa e promoção dos direitos das mulheres.

§1º. Os suplentes dos representantes de cada órgão, entidade e instituição serão indicados no mesmo quantitativo que o de titulares, resguardada a proporcionalidade da representação;

§2º. Os membros do CONEM representantes dos órgãos públicos e entidades serão indicados pelos respectivos titulares e encaminhados pela SEMIRA ao Governador;

§3º. As instituições representativas da sociedade civil serão escolhidas por Assembléia Geral Eletiva, convocada com este objetivo por proposição do CONEM e por meio de edital da Secretária Estadual de Políticas para Mulheres e Promoção da Igualdade Racial;

§ 4º A Assembléia Geral Eletiva convocada para fins de composição do CONEM terá seu regimento interno elaborado pelo CONEM e homologado por ato da SEMIRA;

§5º. O mandato dos membros do CONEM será de dois anos, permitida uma recondução.

Art. 11 - A representação do CONEM contemplará a transversalidade da gestão pública e a pluralidade da sociedade civil organizada, respeitada a paridade, assim distribuída:

I- um representante das entidades e órgãos públicos estaduais responsáveis por:

- a) políticas para mulheres;
- b) promoção da igualdade racial;
- c) assistência social;
- d) trabalho e emprego;
- e) educação;
- f) saúde;
- g) segurança pública;
- h) justiça;
- i) cultura;
- j) comunicação;
- k) planejamento e desenvolvimento;
- l) meio ambiente e recursos hídricos;
- m) agricultura;
- n) indústria e comércio;
- o) finanças e administração pública;
- p) ciência, tecnologia e fomento à pesquisa;
- q) educação superior.

II – representantes de entidades da sociedade civil organizada que possuam organizações de mulheres na seguinte proporção:

- a) cinco representantes das entidades feministas e de mulheres;
- b) um representante das entidades que realizam trabalho de pesquisa em gênero;
- c) um representante das entidades de mulheres negras e minorias étnicas;
- d) um representante das entidades da área de comunicação e cultura;
- e) um representante das entidades que representam mulheres lésbicas e que trabalham com diversidade de orientação sexual e identidade de gênero;
- f) um representante das entidades representantes dos deficientes físicos;
- g) dois representantes das entidades que congregam os profissionais da saúde;
- h) dois representantes das entidades que congregam os trabalhadores da educação;
- i) um representante das entidades que congregam trabalhadores da agricultura, indústria e comércio;
- j) um representante das entidades da área jurídica;
- l) um representante das entidades que realizam trabalho de atendimento às mulheres;

Parágrafo único - Em caso de não preenchimento de vaga em uma das representações enumeradas no inciso II deste artigo, caberá à Assembléia Geral Eletiva, convocada para compor o CONEM, o remanejamento da vaga para outro dos segmentos enumerados.

Art.12 - As entidades a que se refere o art. 11, inciso II, deverão, obrigatoriamente:

- I - representar as mulheres em toda a sua diversidade ou um segmento específico das mulheres urbanas, rurais, negras, lésbicas, indígenas, jovens, idosas, com deficiência, entre outros;



II - estar em consonância com os princípios da Política Estadual para as Mulheres;

III - atuar em uma ou mais áreas de incidência do Plano Estadual de Políticas para as Mulheres como educação, trabalho e autonomia econômica, saúde e sexualidade, combate à violência, mídia e comunicação, meio ambiente, direitos humanos, arte e cultura, poder e participação política, ciência e tecnologia, trabalho doméstico e empreendedorismo, dentre outros;

Art. 13 - Os órgãos e as entidades referidas no artigo 12 promoverão, no prazo máximo de 15 (quinze) dias após a Assembléia Geral Eletiva, a indicação à SEMIRA de seus representantes titulares, acompanhada da lista dos respectivos suplentes que os substituirão nos casos de ausência ou impedimento.

§ 1º - A falta de cumprimento do disposto no caput deste artigo implicará a renúncia do órgão ou entidade na composição do Conselho, que providenciará a sua substituição;

§ 2º - Mediante proposta formal ao CONEM, os órgãos e instituições a que se refere este artigo poderão, a qualquer momento, solicitar substituição de sua representação;

§ 3º - Após o encaminhamento dos nomes à SEMIRA, esta deverá tomar as providências necessárias para a imediata nomeação e posse dos membros do CONEM.

Art. 14 - O Conselho Estadual da Mulher receberá apoio técnico, administrativo e financeiro da Secretaria de Estado de Políticas para Mulheres e Promoção da Igualdade Racial – SEMIRA.

Art. 15 – Perderá o mandato o membro do CONEM que, sem motivo justificado, deixar de comparecer a três reuniões consecutivas ou a seis intercaladas no período de um ano.

§1º. As justificativas de ausências deverão ser apresentadas por escrito à secretaria do CONEM até a data da reunião seguinte àquela em que ocorreu a falta.

§2º. A perda do mandato será declarada em reunião ordinária do CONEM, após procedimento administrativo, e comunicada à instituição para a apresentação de nova indicação ou efetivação de seu suplente até 15 (quinze) dias úteis após a reunião, cabendo à SEMIRA a tomada das providências necessárias para a substituição.

§3º. Os membros e suplentes que pretenderem concorrer a cargo eletivo em uma das três esferas do poder deverão licenciar-se no prazo de desincompatibilização fixado pela legislação eleitoral.

Art. 16 - O Conselho reunir-se-á em local pré-determinado, em Goiânia, ordinariamente, a cada mês e, em caráter extraordinário, sempre que convocado por seu presidente ou a requerimento de 1/3 (um terço) de seus membros.

§ 1º - As sessões plenárias do CONEM instalar-se-ão em primeira convocação com a presença mínima da metade e mais um de seus membros e em segunda convocação, após trinta minutos, com os presentes, deliberando por maioria simples.

§ 2º - Cada membro terá direito a um voto.

§ 3º- Na presença dos titulares, os suplentes somente terão direito à voz.

§ 4º-As deliberações do Conselho Estadual da Mulher serão consubstanciadas em resoluções.

Art. 17 - O CONEM poderá convidar entidades, autoridades, cientistas e técnicos nacionais ou estrangeiros, para colaborarem em estudos ou participarem de comissões instituídas no âmbito do próprio CONEM, sob a coordenação de uma dos seus integrantes.

Parágrafo Único – O CONEM poderá solicitar da SEMIRA, quando necessário, a contratação de serviços de consultoria.

Art. 18 - O CONEM terá um quadro de pessoal técnico-administrativo, vinculado ao Gabinete do Secretário da SEMIRA, orientado por sua Mesa Diretora, com finalidade de executar as funções de apoio administrativo e técnico no encaminhamento das deliberações do Conselho.

CAPÍTULO IV
Disposições Transitórias

Art. 19 - A Assembléia Geral Eletiva a que se refere o § 4º do art. 10 deste Decreto deverá ser realizada no prazo máximo de 30 (trinta) dias de sua publicação.

Art. 20 - O Regimento Interno do CONEM será aprovado pelo Plenário, em reunião especialmente convocada para esta finalidade e, num prazo máximo de 90 dias a contar da 1ª reunião do Conselho, devendo ser encaminhado à SEMIRA para as providências legais.

Art. 21 - Os casos omissos serão dirimidos pelo Plenário do CONEM.

Art. 22 – Fica revogado o Decreto nº 5.726, de 28 de fevereiro de 2003

Art. 23 – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DE GOIÁS, em Goiânia, aos 07 dias do mês de março de 2008, 120º da República.

ALCIDES RODRIGUES FILHO

MINISTÉRIO PÚBLICO

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE GOIÁS
EXTRATO DE CONVÊNIO

CONVENENTES: Convênio que entre si Celebram o Ministério Público do Estado de Goiás e o Município de Itarumã/GO, na forma abaixo:
OBJETO: O presente Convênio tem por objetivo a cooperação mútua entre o Ministério Público do Estado de Goiás e o Município de Itarumã/GO, e alcançará aspectos técnicos, financeiros e operacionais comuns, sempre observado o interesse público.
VIGÊNCIA: Este Convênio terá vigência por prazo de 15 de fevereiro de 2008 à 31 de dezembro de 2008, podendo, ainda, ser alterado ou resolvido em comum acordo pelos participantes à qualquer tempo.
Parágrafo Único: Os participantes poderão denunciar o presente convênio, retirando-se livremente do compromisso, o que importará no seu desfazimento, sendo que os saldos financeiros ou bens porventura remanescentes ou provenientes de sua execução do presente convênio serão devolvidos à entidade de origem..
ASSINAM:
Dr. Eduardo Abdon Moura – Procurador-Geral de Justiça do Estado de Goiás.
Prof. Washington Medeiro do Prado – Prefeito Municipal de Itarumã/GO

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE GOIÁS PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
ATO PGJ nº 10/2008

Estabelece a composição da estrutura da Diretoria-Geral

O **PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE GOIÁS**, no uso de suas atribuições previstas no artigo 15, inciso IX, da Lei Complementar Estadual nº 25, de 06.07.1998,

Considerando a nova redação do Art. 4º da Lei Estadual nº 13.162, de 05 de novembro de 1997, dada pelo Art. 15 da Lei Estadual nº 16.184/2007, de 27 de dezembro de 2007, c/c o artigo 69 da Lei Complementar Estadual nº 25, de 6 de julho de 1998, resolve:

Art. 1º. Compõem a estrutura da Diretoria Geral da Procuradoria Geral de Justiça os seguintes órgãos de apoio administrativo:

I - Superintendência de Finanças:

- 1 - Departamento de Contabilidade;
 - 1.1 - Seção de Análise Fiscal e Tributária;
 - 1.2 - Seção de Prestação de Contas;
- 2 - Departamento de Execução Financeira:
 - 2.1 - Divisão de Tesouraria;
- 3 - Divisão de Folha de Pagamento;
 - 3.1 - Seção de Elaboração de Cálculos.

II - Superintendência de Administração:

- 1 - Departamento de Gestão de Documentos;
 - 1.1 - Divisão de Apoio a Gestão de Documentos e Protocolo;
 - 1.1.1 - Seção de Arquivo e Documentação;
 - 1.1.2 - Seção de Protocolo;
- 2 - Departamento de Material e Patrimônio;
 - 2.1 - Divisão de Apoio a Material e Patrimônio;
 - 2.1.1 - Seção de Almoxarifado;
 - 2.1.2 - Seção de Patrimônio;
- 3 - Departamento de Apoio Administrativo;
 - 3.1 - Divisão de Transportes e Comunicação;
 - 3.1.1 - Seção de Manutenção de Veículos;
 - 3.1.2 - Seção de Comunicação Administrativa;
 - 3.2 - Divisão de Acompanhamento de Contratos e Convênios;
 - 3.3 - Divisão de Manutenção de Equipamentos e Mobiliários e

Serviços Gerais;

III - Superintendência de Gestão Orçamentária e Compras:

- 1 - Departamento de Elaboração e Acompanhamento Orçamentário;
 - 1.1 - Divisão de Execução Orçamentária;
- 2 - Departamento de Compras;
 - 2.1 - Divisão de Rota Rotativo;
 - 2.2 - Seção de Cadastro de Fornecedores.

IV - Superintendência Judiciária:

- 1 - Departamento de Controle de Processos de 2º Grau e Tribunais
- 1.1 - Divisão de Registro e Distribuição de Processos de 2º

- 2 - Departamento de Controle de Processos de 1º Grau;
 - 2.1 - Divisão de Registro e Distribuição de Matérias Criminais;
 - 2.1.1 - Seção da Central de Inquéritos e

Procedimentos Investigatórios;

- 2.2 - Divisão de Registro e Distribuição de Materiais Cíveis;

3 - Seção de Estatísticas Processuais.

V - Superintendência de Informática:

- 1 - Departamento de Atendimento ao Usuário;
 - 1.1 - Divisão de Assistência e Suporte de TI;
- 2 - Departamento de Infra-estrutura;
 - 2.1 - Seção do Laboratório de Informática;
 - 2.2 - Divisão de Processamento e Comunicação de Dados;
- 3 - Departamento de Análise e Programação de Sistemas;
 - 3.1 - Seção de Internet e Intranet;
- 4 - Departamento de Inovação Tecnológica;
 - 4.1 - Divisão de Gerenciamento de Projetos e Avaliação;
- 5 - Departamento de Segurança e Administração de Dados;
 - 5.1 - Seção de Segurança da Informação.

VI - Superintendência de Planejamento e Gestão:

- 1 - Departamento de Gestão Estratégica;
 - 1.1 - Divisão de Planejamento Estratégico;
 - 1.2 - Divisão de Gestão da Qualidade;
- 2 - Departamento de Gestão da Informação;
 - 3.1 - Seção de Captação de Recursos Externos.
- 3 - Departamento de Elaboração e Acompanhamento de Projetos;

VII - Superintendência de Gestão em Recursos Humanos:

- 1 - Departamento de Administração de Recursos Humanos;
 - 1.1 - Divisão de Administração de Pessoal;
 - 1.1.1 - Seção de Gestão de Informação;
 - 1.2 - Divisão de Cadastro, Controle e Arquivo;
 - 1.2.1 - Seção de Cadastro e Controle de Frequência;
- 2 - Departamento de Desenvolvimento de Recursos Humanos;
 - 2.1 - Divisão de Formação, Treinamento, Aperfeiçoamento,
 - 2.1.2 - Seção de Atenção e Saúde.

Art. 2º. Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º. Este Ato surtirá efeitos a partir de 04 de janeiro de 2008.

GABINETE DO PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE GOIÁS, em Goiânia, aos dezesseis dias do mês de janeiro do ano de dois mil e oito (16.1.2008).

EDUARDO ABDON MOURA
PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA

ESTADO DE GOIÁS MINISTÉRIO PÚBLICO PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
ATO PGJ nº 11/2008

Regulamenta os §§ 3º, 4º, 5º e 6º do art. 19 da Lei Estadual nº. 14.810, de 1º de julho de 2004, com redação estabelecida pela Lei Estadual nº. 16.166, de 28 de novembro de 2007.

O **PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE GOIÁS**, no uso de suas atribuições legais, previstas no art. 15, incisos IX e X da Lei Complementar Estadual nº. 25, de 06 de julho de 1998, e art. 19, § 5º, da Lei Estadual nº. 14.810, de 1º de julho de 2004, acrescido pela Lei Estadual nº. 16.166, de 28 de novembro de 2007, RESOLVE regulamentar os critérios para Gratificação de Incentivo Funcional – GIF.

Art. 1º. Os servidores efetivos do quadro de serviços auxiliares do Ministério Público do Estado de Goiás portadores de cursos estabelecidos nos incisos seguintes, terão direito aos respectivos percentuais, incidentes sobre o vencimento-base, a título de Gratificação de Incentivo Funcional, desde que não sejam requisitos para provimento do respectivo cargo:

- I – 5% (cinco por cento) para cursos de graduação;
 - II - 10% (dez por cento) para cursos de pós-graduação lato sensu e/ou de aperfeiçoamento e especialização, com duração mínima de 360 (trezentos e sessenta) horas-aula;
 - III – 15% (quinze por cento) para titulação de mestrado;
 - IV – 20% (vinte por cento) para titulação de doutorado.
- § 1º - Para percepção da GIF é vedada a acumulação de vencimentos decorrentes da graduação, certificação ou titulação.
- § 2º – O diploma de graduação deverá ser expedido por instituição oficial de ensino superior ou reconhecida pelo órgão competente.
- § 3º - A certificação ou titulação previstas nos incisos II, III e IV deve ser relacionada diretamente com as atribuições do cargo ocupado pelo servidor e terem sido obtidas em instituição oficial de ensino ou reconhecida pelo órgão competente.
- § 4º - A avaliação da aplicação de conhecimentos adquiridos com a certificação ou titulação deve considerar se o servidor desempenhará tarefas que exijam conhecimentos técnicos ou especializados, adquiridos em decorrência da habilitação e que esta lhe permita executá-las com maior eficiência.

Art. 2º. A concessão do adicional deverá ser requerida pelo servidor à Diretoria-Geral da Procuradoria-Geral de Justiça, em formulário próprio, acompanhado do original ou cópia autêntica do certificado ou diploma.

§ 1º - As cópias dos diplomas, certificados e/ou títulos poderão ser autenticadas à vista do original, pelo respectivo chefe do setor de recursos humanos da Procuradoria-Geral de Justiça.

 ESTADO DE GOIÁS IMPRESA OFICIAL DO ESTADO DE GOIÁS  AGECOM RUA SC-1, nº 299 - PARQUE SANTA CRUZ CEP: 74.860-270 - GOIÂNIA - GOIÁS FONE: 3201-7600 / 3201-7663 FAX: 3201-7623 / 3201-7779 www.agecom.go.gov.br	DIRETORIA		INFORMAÇÕES TÉCNICAS VALORES ABAIXO NÃO INCLUEM A POSTAGEM			OBSERVAÇÕES 1. As publicações não serão feitas antes do prazo mínimo de 48 (quarenta e oito) horas úteis após o material ter dado entrada na AGECOM. 2. Balanços, balançotes e tabelas, para efeito de diagramação e cálculos, serão observados em um período de antecedência de 72 horas. 3. Os originais serão devolvidos mediante solicitação da parte interessada no prazo máximo de 30 (trinta) dias. Após esta data serão incinerados. 4. As redações quanto às matérias publicadas só serão aceitas se formuladas por escrito até 05 (cinco) dias da publicação. 5. As publicações e assinaturas poderão ser feitas nos seguintes endereços: Matriz: Rua SC-1, nº 299 - Parque Santa Cruz - Fone:3201-7600 / 3201-7663 FAX: 3201-7623 / 3201-7779 Posto Fórum: Térreo, Sala. 193 - Fone: 3216-2321 Centro Administrativo: Vapt+Vupt - Fone: 3201-5070 VENDAS EXTERNAS: somente através de vendedores credenciados ATENDIMENTO DE SEGUNDA A SEXTA-FEIRA DAS 08:00 ÀS 18:00 Horas
	PRESIDENTE	VALTERLI JOSÉ ALVES	REGIÃO	ASSINAT. SEMESTRAL PAG. À VISTA	ASSINAT. SEMESTRAL PAG. PARCELADO	
	DIR. DE JORNALISMO	ABADIA DIVINA LIMA	GOIÂNIA	R\$ 382,50	2 x 202,50	
			INTERIOR DE GOIÁS	R\$ 618,50	2 x 326,50	
			OUTROS ESTADOS	R\$ 674,50	2 x 355,50	
DIR. DE OPERAÇÃO	EDINA APARECIDA GOULART	REGIÃO	ASSINAT. ANUAL PAG. À VISTA	ASSINAT. ANUAL PAG. PARCELADO		
		GOIÂNIA	R\$ 584,00	2 x 308,15		
DIR. DE DIVULGAÇÃO	CLEUMAR GOMES DE FREITAS	INTERIOR DE GOIÁS	R\$ 1.029,00	2 x 542,00		
		OUTROS ESTADOS	R\$ 1.113,00	2 x 587,20		
DIR. ADM. / FINANCEIRO	MAIRES AGDA MESQUITA MORAES	VALOR MÍNIMO PARA PUBLICAÇÃO R\$ 60,00				
GERENTE DA IMPRENSA OFICIAL	PREVISTO CUSTÓDIO DOS SANTOS	PREÇO ANÚNCIO (COL/CM) À VISTA 22,75		Exemplar Avulso R\$ 3,90		

§ 2º - Os diplomas, certificados e títulos deverão estar acompanhados dos respectivos históricos escolares.

§ 3º - O requerimento será instruído com a descrição legal das tarefas típicas inerentes ao cargo ou função exercidos pelo servidor.

§ 4º - É vedada a comprovação da diplomação ou titulação por declaração ou instrumento similar.

§ 5º - É vedada a utilização do mesmo diploma, certificado e/ou título para os fins de percepção da Gratificação de Incentivo Funcional cumulativamente com a progressão funcional.

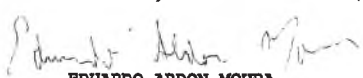
Art. 3º. Os requerimentos serão apreciados por Comissão Especial integrada por dois membros e um servidor efetivo, designados pelo Procurador-Geral de Justiça, que deverá emitir parecer sobre o preenchimento dos requisitos.

Art. 4º. O pagamento da Gratificação de Incentivo Funcional, quando deferida, retroagirá à data do protocolo de requerimento, ressalvados os requerimentos apresentados em até 30 (trinta) dias da publicação deste ato, hipótese em que os efeitos financeiros retroagirão à data da publicação deste ato.

Art. 5º. Os casos omissos serão decididos pelo Procurador-Geral de Justiça, ouvindo-se previamente o Diretor-Geral do Ministério Público.

Art. 6º. Este Ato entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial do Estado, revogando-se as disposições em contrário e, em especial, o Ato n. 016/2007, de 17 de dezembro de 2007.

GABINETE DO PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE GOIÁS, em Goiânia, aos dez dias do mês de março do ano de dois mil e oito (10.03.2008).


EDUARDO ABDON MOURA
PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA

MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

ATO PGJ nº 12/2008

Regulamenta os arts. 4º, 5º e 7º da Lei Estadual nº. 16.166, de 28 de novembro de 2007.

O **PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE GOIÁS**, no uso de suas atribuições legais, previstas no art. 15, incisos IX e X da Lei Complementar Estadual nº. 25, de 06 de julho de 1998, e o disposto nos artigos 4º, 5º e 7º da Lei Estadual nº. 16.166, de 27 de novembro de 2007, **RESOLVE** regulamentar a concessão do auxílio-refeição, auxílio-transporte e auxílio-creche.

CAPÍTULO I – DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º. Aos servidores do quadro de serviços auxiliares do Ministério Público do Estado de Goiás serão concedidos os benefícios de auxílio-creche, auxílio-refeição e auxílio-transporte, mediante os requisitos e condições deste ato constantes.

Art. 2º. O auxílio-refeição, auxílio-transporte e auxílio-creche serão custeados com recursos orçamentários do Ministério Público, sujeitos aos limites aprovados nas rubricas específicas para cada exercício.

Art. 3º. O auxílio-refeição, auxílio-transporte e auxílio-creche não serão:

I – incorporados aos vencimentos, remunerações, proventos ou pensões;

II – configurados como rendimentos tributáveis e nem sofrerão incidência de contribuição para o Fundo de Previdência Social;

III – caracterizados como salário-utilidade ou prestação salarial *in natura*.

CAPÍTULO II – DO AUXÍLIO-REFEIÇÃO

Art. 4º. O auxílio-refeição será concedido aos servidores submetidos à carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, que efetivamente estejam exercendo as atividades inerentes ao cargo, mediante adesão expressa dirigida à Diretoria-Geral.

§ 1º. O auxílio-refeição não será concedido ao servidor cuja jornada de trabalho, perene ou eventual, seja inferior a quarenta horas semanais.

§ 2º. Excetua-se à regra do parágrafo anterior a redução de jornada decorrente de regulamentação que vise à preservação da saúde do trabalhador.

§ 3º. O servidor fará jus ao auxílio-refeição na proporção dos dias trabalhados, limitados a 22 (vinte e dois) dias mensais.

Art. 5º. O auxílio-refeição destina-se a subsidiar despesas com a alimentação do servidor, sendo-lhe pago direta e antecipadamente, mediante depósito em conta-corrente ou por inserção na folha de pagamento do mês correspondente.

§ 1º. A critério da Administração Superior do Ministério Público poderá o valor do benefício ser substituído por vales-refeição ou outro instrumento similar.

§ 2º. Quando concedido em pecúnia o auxílio-refeição terá caráter indenizatório.

Art. 6º. O auxílio-refeição não será concedido nos casos de afastamento do servidor.

Art. 7º. O valor do auxílio refeição será fixado em portaria do Procurador-Geral de Justiça.

§ 1º. Em face das especificidades de cada Comarca, em especial o valor do custo de vida divulgado por instituições públicas ou oficiais, poderão ser estabelecidos valores diferenciados.

§ 2º. A contrapartida do servidor para recebimento do auxílio-refeição corresponderá a 3% (três por cento) dos vencimentos nos quais incidem previdência social e imposto de renda retido na fonte, a ser debitado na folha do mês subsequente ao do pagamento do benefício.

Art. 8º. A participação do servidor em programa de treinamento regularmente instituído, congressos, conferências, ou outros eventos de igual natureza, sem deslocamento da sede, não acarretará descontos no auxílio-refeição.

§ 1º. Quando houver deslocamento da sede para os mesmos fins descritos no caput, e que for paga diária correspondente, o desconto por cada delas será equivalente a 1/22 avos do total do auxílio-refeição.

§ 2º. Para o desconto por dia ou período não trabalhado, considerar-se-á a mesma proporcionalidade.

CAPÍTULO II – DO AUXÍLIO-TRANSPORTE

Art. 9º. O auxílio-transporte destina-se ao custeio parcial das despesas realizadas pelos servidores com transporte coletivo nos deslocamentos de suas residências para os locais de trabalho e vice-versa, excetuadas as realizadas nos intervalos para repouso ou alimentação, durante a jornada de trabalho, e aquelas efetuadas com transportes seletivos ou especiais.

Art. 10. O auxílio-transporte será concedido aos servidores que efetivamente estejam exercendo as atividades inerentes ao cargo, lotados nas Comarcas cujo município-sede tenha no mínimo 40.000 (quarenta mil) habitantes, de acordo com os dados oficiais do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.

§ 1º. O servidor fará jus ao auxílio-transporte na proporção dos dias trabalhados, limitados a 44 (quarenta e quatro) deslocamentos mensais.

§ 2º. O valor do auxílio-transporte terá por base os deslocamentos indenizáveis, limitados na forma do parágrafo anterior, e será fixado em portaria a ser expedida pelo Procurador-Geral de Justiça.

§ 3º. Em face das especificidades de cada Comarca, em especial o valor do custo por deslocamento, poderão ser estabelecidos valores diferenciados.

§ 4º. A contrapartida do servidor para recebimento do auxílio-transporte corresponderá a 2% (dois por cento) dos vencimentos nos quais incidem previdência social e imposto de renda retido na fonte, a ser debitado na folha do mês subsequente ao do pagamento do benefício.

§ 5º. A critério da Administração Superior do Ministério Público poderá o valor correspondente ser substituído por vales-transporte ou outro instrumento similar.

Art. 11. Não será devido ao servidor o auxílio-transporte relativo aos dias de ausência e nos períodos de afastamento considerados legalmente como de efetivo exercício, à exceção daqueles concedidos para participação em programa de treinamento regularmente instituído, sessão do Tribunal do Júri e outros serviços obrigatórios por lei.

Parágrafo único. Para o desconto por dia ou período não trabalhado considerar-se-á o valor correspondente ao respectivo deslocamento.

CAPÍTULO III – DO AUXÍLIO-CRECHE

Art. 12. Terão direito à percepção do auxílio-creche os servidores do quadro auxiliar do Ministério Público em atividade que tenham filhos ou dependentes sob sua guarda ou tutela, com idade superior a 4 (quatro) meses e inferior a 6 (seis) anos, matriculados em creche, pré-escola ou sob os cuidados de profissional contratado exclusivamente para fins de cuidados com a(s) criança(s).

Parágrafo único. A frequência ao primeiro ano do ensino fundamental fará cessar a percepção do auxílio-creche, ainda que a criança não tenha completado seis anos de idade.

Art. 13. Tanto a filiação quanto a dependência e a tutela devem ser comprovadas por documento hábil dirigido à Diretoria-Geral da Procuradoria-Geral de Justiça em requerimento próprio.

Art. 14. O valor do auxílio-creche, comum a todos os servidores do quadro auxiliar do Ministério Público, será fixado em portaria e quitado em folha de pagamento.

§ 1º. A critério da Administração Superior do Ministério Público poderá o valor correspondente ser substituído por cessão de local próprio ou conveniado para cuidados da criança, por período não inferior a quatro horas diárias.

Art. 15. Somente será concedido um único auxílio-creche ao servidor, ainda que ele tenha mais de um filho ou dependente em idade correspondente.

Art. 16. São requisitos específicos para recebimento do auxílio-creche.

I – Quando se tratar de frequência à pré-escola ou creche privada, o recibo de quitação da respectiva mensalidade, constando todos os dados essenciais à identificação e fiscalização da pessoa jurídica emissora do documento, em especial o número do Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas e nome e número no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda do emitente.

II – Quando se tratar de contratação de profissional para cuidar da criança, o servidor deverá apresentar na data do requerimento e nos meses de janeiro e julho subsequentes, sob pena de cancelamento da concessão do benefício:

- Carteira do Trabalho e Previdência Social comprovadora do vínculo empregatício;
- Contrato de trabalho de acordo com as disposições da Lei Federal nº 5.859, de 11.12.72, do Decreto Federal nº 71.885, de 09.03.73, e da Constituição Federal;
- Prova do recolhimento das respectivas contribuições ao Instituto Nacional de Seguridade Social;
- Recibos de quitação dos salários do período, contendo, no mínimo, assinatura da(o) contratada(o), número do Carteira de Identidade e Cadastro de Pessoa Física, bem como endereço residencial.

§ 1º. No caso de colocação da criança em creche o valor do benefício não poderá ultrapassar o da mensalidade efetivamente paga caso esta seja inferior àquele.

§ 2º. Não são reembolsáveis as despesas relativas a materiais escolares, uniformes, transporte, taxas de qualquer natureza, juros, correção monetária e multas por atraso no pagamento de mensalidades, bem como as verbas pagas fora do exercício financeiro da concessão do benefício.

Art. 17. Quando marido e mulher ou conviventes responsáveis forem servidores do Ministério Público, o auxílio-creche será concedido somente a um deles, obedecida a ordem de requerimento e, na hipótese de não conviverem sob o mesmo teto, àquele que detiver a guarda da criança.

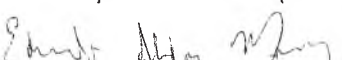
Art. 18. O descumprimento de qualquer uma das disposições do artigo anterior importará na imediata suspensão do pagamento do auxílio-creche e o recolhimento, em folha de pagamento, das importâncias indevidamente percebidas, corrigidas monetariamente.

CAPÍTULO IV – DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 19. Os casos omissos serão decididos pelo Procurador-Geral de Justiça.

Art. 20. Este ato entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial do Estado, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE GOIÁS, em Goiânia, aos dez dias do mês de março do ano de dois mil e oito (10.03.2008).


EDUARDO ABDON MOURA
PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA

ESTADO DE GOIÁS
MINISTÉRIO PÚBLICO

ATO DE 12 DE MARÇO DE 2008

O **PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE GOIÁS** no uso das atribuições que lhe são conferidas pelos artigos 127, § 2º, da Constituição Federal, e 15, incisos VIII e IX, da Lei Complementar Estadual nº 25/98, resolve **DEMITIR** o servidor **RENATO RABELO DE SOUZA** do cargo de Auxiliar Motorista do Quadro de Serviço Auxiliar do Ministério Público do Estado de Goiás, nos termos dos artigos 37 e 317 da Lei Estadual nº 10.460/88, ante a prática do ilícito funcional tipificado no artigo 303, LX, do mesmo diploma legal.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE GOIÁS, em Goiânia, 12 de março de 2008.


EDUARDO ABDON MOURA
Procurador-Geral de Justiça

ESTADO DE GOIÁS
MINISTÉRIO PÚBLICO

ATO DE 13 DE MARÇO DE 2008

O **PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE GOIÁS** no uso das atribuições que lhe são conferidas pelos artigos 127, § 2º, da Constituição Federal, e 15, incisos VII e IX, da Lei Complementar Estadual nº 25/98, resolve:

- nomear CAMILA FLEURY CANESIN** para exercer o cargo em comissão de Assessor de Promotoria de Justiça do Interior – MP-2;
- nomear FELÍCIA FRANCO JUNQUEIROZ** para exercer o cargo em comissão de Assessor de Promotoria de Justiça do Interior – MP-2, da Comarca de Caçu;
- nomear TATIANNA DE CASTRO SOUZA** para exercer o cargo em comissão de Assessor de Promotoria de Justiça do Interior – MP-2, da Comarca do Senador Canedo;
- nomear ALÍRIO AVELINO DA SILVA JÚNIOR** para exercer o cargo em comissão de Assessor de Promotoria de Justiça do Interior – MP-2, da Comarca de Itapuranga;
- nomear LARISSA CYWINSKI BRANQUINHO** para exercer o cargo em comissão de Assessor de Promotoria de Justiça do Interior – MP-2, da Comarca de Piracanjuba;
- nomear FRANSÉRGIO SOARES** para exercer o cargo em comissão de Assessor de Promotoria de Justiça do Interior – MP-2, da Comarca de Paranaíba;
- nomear MARCELO VASCONCELOS CASTRO** para exercer o cargo em comissão de Assessor de Promotoria de Justiça do Interior – MP-2, da Comarca de São Simão;
- nomear KARINE NAVES DE OLIVEIRA** para exercer o cargo em comissão de Assessor de Promotoria de Justiça do Interior – MP-2;
- nomear LUANNA LOPES BEZERRA** para exercer o cargo em comissão de Assessor de Promotoria de Justiça do Interior – MP-2;
- nomear SÓLIA MARIA DE CASTRO LOBO**, titular da 2ª Promotoria de Justiça Comarca de Inhumas, para exercer, em substituição e no período de 07.04.2008 a 06.05.2008, o cargo em comissão de Coordenador de Promotoria de Justiça - DAI-1, da referida Comarca, durante férias da titular Dra. Caria Fleury de Souza.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE GOIÁS, em Goiânia, 13 de março de 2008.


EDUARDO ABDON MOURA
Procurador-Geral de Justiça

AGÊNCIA GOIANA DE COMUNICAÇÃO

PORTARIA Nº 5 /2008

O PRESIDENTE DA AGÊNCIA GOIANA DE COMUNICAÇÃO, no uso das atribuições legais, conferidas pelo Decreto nº 5.910, de 08 de março de 2004, e, **CONSIDERANDO**:

- As informações trazidas aos autos de nº 200500028003116;
- Relatório Final da Comissão Especial de Processo Administrativo Disciplinar PAD, instituída pela Portaria nº 25/2007, apresentado às fls. 70 a 82;
- Despacho nº 277/2007 – ASJUR, de fls.85;

RESOLVE:

I – DETERMINAR à Gerência de Recursos Humanos que **CIENTIFIQUE** o servidor **Antônio Aurungo** de todo o teor dos autos, inclusive da necessidade de prover ressarcimento aos cofres públicos, em conformidade com o Decreto 5.657/2002, mediante desconto em parcela única do valor devidamente corrigido, conforme consta em Termo de Autorização de Desconto em Folha, constante às fls. 90, o qual deverá ser assinado pelo servidor Antônio Aurungo.

II – REGISTRAR no dossiê funcional do citado servidor,

III - PUBLIQUE-SE E CUMPRASE

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DA AGÊNCIA GOIANA DE COMUNICAÇÃO – AGECOM, em Goiânia, 12 do mês de Fevereiro do ano de 2008.


Valterli José Alves
Presidente

PORTARIA Nº 6 /2008

O PRESIDENTE DA AGÊNCIA GOIANA DE COMUNICAÇÃO, usando das atribuições que lhe são legalmente conferidas, pelo Decreto nº 5.910, de 08 de março de 2004, e, **CONSIDERANDO**:

- As informações trazidas aos autos de nº 200400028000441;
- Relatório Final da Comissão Especial de Processo Administrativo Disciplinar PAD, instituída pela Portaria nº 25/2007, apresentado às fls. 110 a 123;
- Despacho nº 276/2007 – ASJUR, de fls.126;

RESOLVE:

I – DETERMINAR à Gerência de Recursos Humanos que **CIENTIFIQUE** os servidores **Miguel Ângelo Urzedo** e **Marcelino José dos Santos** de todo o teor dos autos, inclusive da necessidade de prover ressarcimento aos cofres públicos, em conformidade com o Decreto 5.657/2002, mediante desconto do valor devidamente corrigido, conforme consta em Termos de Autorização de Desconto em Folha, constantes às fls. 131 e 132, os quais deverão ser assinados pelos respectivos servidores.

II – REGISTRAR no dossiê funcional do citado servidor,

III - PUBLIQUE-SE E CUMPRASE

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DA AGÊNCIA GOIANA DE COMUNICAÇÃO – AGECOM, em Goiânia, 12 do mês de Fevereiro do ano de 2008.


Valterli José Alves
Presidente

AGÊNCIA GOIANA DE REGULAÇÃO

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

1. PROCESSO Nº	200500029005671.
2. MODALIDADE DE LICITAÇÃO	Pregão Nº 001/2006
3. IDENTIFICAÇÃO DO TERMO ADITIVO	AGR/CPL Nº 003/2008
4. OBJETO	Inclusão da seguinte Dotação Orçamentária: 5702.04.125.3013.2863 3 (20).
5. CPF-MF/CNPJ-MF	03.662.441/0001-47
6. NOME/RAZÃO SOCIAL CONTRATADO	ELO TECNOLOGIA DE INFORMÁTICA LTDA – ME.
7. CONTRATANTE	AGR
8. VIGÊNCIA INÍCIO E FIM	26/04/07 a 25/04/08
9.DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	5702.04.125.3013.2281 3 (90).
10.DATA DE ASSINATURA	29/02/2008
11.LEGISLAÇÃO VIGENTE	LEI Nº 8.666/93

1. PROCESSO Nº	200500029005671.
2. MODALIDADE DE LICITAÇÃO	Pregão Nº 001/2006
3. IDENTIFICAÇÃO DO TERMO ADITIVO	AGR/CPL Nº 004/2008
4. OBJETO	Inclusão da seguinte Dotação Orçamentária: 5702.04.125.3013.2863 3 (20).
5. CPF-MF/CNPJ-MF	05.022.145/0001-07

6. NOME/RAZAO SOCIAL CONTRATADO	DIGITAL REPRESENTAÇÕES, COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA - ME
7. CONTRATANTE	AGR
8.DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	5702.04.125.3013.2281 3 (90).
9.DATA DE ASSINATURA	26/04/07 a 25/04/08
10.LEGISLAÇÃO VIGENTE	LEI Nº 8.666/93

ADV. MILTON ELIZEU DA SILVA
Gerente da Comissão Permanente de Licitação

WANDERLINO TEIXEIRA DE CARVALHO
Presidente e Diretor Administrativo e financeiro em exercício

ECOMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

1. PROCESSO Nº	200700029000459
2. MODALIDADE DE LICITAÇÃO	Pregão Nº 014/2007
3. IDENTIFICAÇÃO DO TERMO ADITIVO	AGR/CPL Nº 005/2008
4. OBJETO	Inclusão da Dotação Orçamentária 5702.04.125.3013.2.863 3 (20) retroagindo seus efeitos à 1º de janeiro de 2008.
5. CPF-MF/CNPJ-MF	03.662.441/0001-47
6. NOME/RAZÃO SOCIAL CONTRATADO	ELO TECNOLOGIA DE INFORMÁTICA LTDA - SISDATA.
7. CONTRATANTE	AGR
8.DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	5702.04.125.3013.2281 3 (90) e 5702.04.125.3013.2.863 3 (20).
9.DATA DE ASSINATURA	29/02/2008
10.LEGISLAÇÃO VIGENTE	LEI Nº 8.666/93

1. PROCESSO Nº	200700029000459
2. MODALIDADE DE LICITAÇÃO	Pregão Nº 014/2007
3. IDENTIFICAÇÃO DO TERMO ADITIVO	AGR/CPL Nº 006/2008
4. OBJETO	Inclusão da Dotação Orçamentária 5702.04.125.3013.2.863 3 (20) retroagindo seus efeitos à 1º de janeiro de 2008.
5. CPF-MF/CNPJ-MF	00.577.581/0001-29
6. NOME/RAZÃO SOCIAL CONTRATADO	INFORSYSTEM TECNOLOGIA LTDA.
7. CONTRATANTE	AGR
8.DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	5702.04.125.3013.2281 3 (90) e 5702.04.125.3013.2.863 3 (20).
9.DATA DE ASSINATURA	05/03/2008
10.LEGISLAÇÃO VIGENTE	LEI Nº 8.666/93

ADV. MILTON ELIZEU DA SILVA
Gerente da Comissão Permanente de Licitação

WANDERLINO TEIXEIRA DE CARVALHO
Presidente e Diretor Administrativo e financeiro em exercício

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL

ERRATA DE TERMO ADITIVO

Via do presente estamos retificando a publicação veiculada no dia 11/03/2008 – D.O.E. nº 20.327 – relativo ao extrato de termo aditivo nº 002/2008 – firmado com a Empresa de Conservação e Limpeza DALU LTDA – para inserir as seguintes Dotações Orçamentárias 5702.04.125.3316.2.890 3 (20) e 5702.04.125.3013.2.863 3 (90).

ADV. MILTON ELIZEU DA SILVA
Gerente da Comissão Permanente de Licitação

WANDERLINO TEIXEIRA DE CARVALHO
Presidente e Diretor Administrativo e financeiro em exercício

SECRETARIA DA EDUCAÇÃO

SEE
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO

MODALIDADE	ABERTURA	HORÁRIO	OBJETO	TIPO DA LICITAÇÃO
Pregão Eletrônico Estadual nº 002/08	02/04/2008	08.00	Aquisição de Combustível para abastecimento dos veículos desta Secretaria, conforme edital e seus anexos	Menor preço global

O Pregão Eletrônico Estadual será realizado em sessão pública, por meio da Internet, através do site www.comprasnet.go.gov.br, mediante condições de segurança-criptografia e autenticação em todas as suas fases.

Retire e acompanhe este edital gratuitamente nas páginas: www.comprasnet.go.gov.br ou www.educacao.go.gov.br (Informações adicionais poderão ser obtidas junto a GECLI, na Av. Anhanguera, 7.171, sala 02, térreo, Setor Oeste, Goiânia-GO, Telefex (62) 3201-3054/3017 e-mail: licitacao@seduc.go.gov.br).

Goiânia, 14 de março de 2008.

Elisa Yara Medeiros de Melo
Gerente da Comissão de Licitação

SECRETARIA DA EDUCAÇÃO

ERRATA

RESULTADO PREGÃO ELETRÔNICO ESTADUAL Nº044/2007-SEE-GO.

O PREGOEIRO DA SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o que consta do Processo nº 200700006030921, COMUNICA aos interessados a correção quanto ao valor total conforme segue:

ONDE SE LÊ:
Valor Total R\$ 193.879,00

LEIA-SE:
Valor Total R\$ 195.879,00

Os interessados poderão no horário das 08:00 às 12:00 e das 14:00 às 18:00 horas, nos dias normais de expediente, obter demais informações na SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO –Sala – Gerência da Comissão de Licitação, localizada na Av. Anhanguera, Quadra R.1 – Lote 26, nº 7.171, - Setor Oeste, Goiânia-GO, pelo telefone/fax: (0**62) 3201-3054/3017.

Goiânia, 14 de março de 2008.

Elisa Yara Medeiros de Melo
Gerente da Comissão de Licitação

SEE
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO

EXTRATO DE CONTRATO

Processo nº : 200700006010071 Data do processo: 20.03.07.
Nome : Berton e Cosmo Ltda.
Assunto : Contrato

Contrato de Fornecimento nº 364/07 que entre si celebram o Estado de Goiás, através da Secretaria de Estado da Educação e a empresa Berton e Cosmo Ltda.

DO OBJETO: Constitui objeto do presente ajuste a aquisição de material permanente para o Centro de Educação Profissional de Goianésia de acordo com as quantidades e especificações técnicas constantes nos itens 9/10/39/4042/44/59/67/69/73 /76/83/85/86/100/124 /162/167 /182 /185/191/198/201/204/205/206/207/213/216/219/223/225/246/248/249/250/253/256/258 /262/ 263/265/266/270/272/275/277/284/286 do Termo de Referência (Anexo II) e demais condições constantes do Edital.

DA MODALIDADE: Pregão Eletrônico nº 13/2007.

DA VIGÊNCIA: O contrato terá vigência de 90 (noventa) dias corridos, contados a partir da assinatura, condicionando sua eficácia à publicação no Diário Oficial do Estado, na forma e nos termos do Edital Pregão Eletrônico nº 13/2007 e das Leis nº 8.666/93 e nº 10.520/02, admitida prorrogação nos termos da Lei, mediante Termo Aditivo, persistindo as obrigações, especialmente as decorrentes da garantia.

DO VALOR: R\$ 4.817,60 (quatro mil oitocentos e dezessete reais e sessenta centavos)

DOS RECURSOS: Dotação Compactada – 2007.2201.017 / Classificação Funcional – 12 122 1040 1.064 / Grupo – 04 / Natureza – 4.4.90.52.23 / Fonte – 80 / R\$ 4.817,60 / Nota de Empenho nº 00530 / Data de emissão – 29.11.07.

DA DATA DE ASSINATURA: 13.03.08.

DOS SIGNATÁRIOS: O Estado de Goiás, através da Secretaria de Estado da Educação; Procuradoria Geral do Estado e a empresa Berton e Cosmo Ltda.

SEE
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO

EXTRATO DE CONTRATO

Processo nº : 200700006010071 Data do processo: 20.03.07.
Nome : Ser Serviços em Eletricidade e Rede Ltda.ME
Assunto : Contrato

Contrato de Fornecimento nº 365/07 que entre si celebram o Estado de Goiás, através da Secretaria de Estado da Educação e a empresa Ser Serviços em Eletricidade e RedeLtda.ME

DO OBJETO: Constitui objeto do presente ajuste a aquisição de material permanente para o Centro de Educação Profissional de Goianésia de acordo com as quantidades e especificações técnicas constantes no item 3 do Termo de Referência (Anexo II) e demais condições constantes do Edital.

DA MODALIDADE: Pregão Eletrônico nº 13/2007.

DA VIGÊNCIA: O contrato terá vigência de 90 (noventa) dias corridos, contados a partir da assinatura, condicionando sua eficácia à publicação no Diário Oficial do Estado, na forma e nos termos do Edital Pregão Eletrônico nº 13/2007 e das Leis nº 8.666/93 e nº 10.520/02, admitida prorrogação nos termos da Lei, mediante Termo Aditivo, persistindo as obrigações, especialmente as decorrentes da garantia.

DO VALOR: R\$ 869,69 (oitocentos e sessenta e nove reais e sessenta e nove centavos)

DOS RECURSOS: Dotação Compactada – 2007.2201.017 / Classificação Funcional – 12 122 1040 1.064 / Grupo – 04 / Natureza – 4.4.90.52.11 / Fonte – 80 / R\$ 869,69 / Nota de Empenho nº 00531 / Data de emissão – 29.11.07.

DA DATA DE ASSINATURA: 13.03.08.

DOS SIGNATÁRIOS: O Estado de Goiás, através da Secretaria de Estado da Educação; Procuradoria Geral do Estado e a empresa Ser Serviços em Eletricidade e RedeLtda.ME.

SEE
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO

EXTRATO DE CONTRATO

Processo nº : 200700006010071 Data do processo: 20.03.07.
Nome : Mais Imagem Locações Ltda.EPP
Assunto : Contrato

Contrato de Fornecimento nº 366/07 que entre si celebram o Estado de Goiás, através da Secretaria de Estado da Educação e a empresa Mais Imagem Locações Ltda.EPP.

DO OBJETO: Constitui objeto do presente ajuste a aquisição de material permanente para o Centro de Educação Profissional de Goianésia de acordo com as quantidades e especificações técnicas constantes nos itens 1 e 2 do Termo de Referência (Anexo II) e demais condições constantes do Edital.

DA MODALIDADE: Pregão Eletrônico nº 13/2007.

DA VIGÊNCIA: O contrato terá vigência de 90 (noventa) dias corridos, contados a partir da assinatura, condicionando sua eficácia à publicação no Diário Oficial do Estado, na forma e nos termos do Edital Pregão Eletrônico nº 13/2007 e das Leis nº 8.666/93 e nº 10.520/02, admitida prorrogação nos termos da Lei, mediante Termo Aditivo, persistindo as obrigações, especialmente as decorrentes da garantia.

DO VALOR: R\$ 21.744,97 (vinte e um mil setecentos e quarenta e quatro reais e noventa e sete centavos)

DOS RECURSOS: Dotação Compactada – 2007.2201.017 / Classificação Funcional – 12 122 1040 1.064 / Grupo – 04 / Natureza – 4.4.90.52.11 / Fonte – 80 / R\$ 21.744,97 / Nota de Empenho nº 00529 / Data de emissão – 29.11.07.

DA DATA DE ASSINATURA: 13.03.08.

DOS SIGNATÁRIOS: O Estado de Goiás, através da Secretaria de Estado da Educação; Procuradoria Geral do Estado e a empresa Mais Imagem Locações Ltda.EPP.

SEE
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO

EXTRATO DE CONTRATO

Processo nº : 200700006010071 Data do processo: 20.03.07.
Nome : Top Net Papéis e Informática Ltda.
Assunto : Contrato

Contrato de Fornecimento nº 367/07 que entre si celebram o Estado de Goiás, através da Secretaria de Estado da Educação e a empresa Top Net Papéis e Informática Ltda.

DO OBJETO: Constitui objeto do presente ajuste a aquisição de material permanente para o Centro de Educação Profissional de Goianésia de acordo com as quantidades e especificações técnicas constantes no item 4 do Termo de Referência (Anexo II) e demais condições constantes do Edital.

DA MODALIDADE: Pregão Eletrônico nº 13/2007.

DA VIGÊNCIA: O contrato terá vigência de 90 (noventa) dias corridos, contados a partir da assinatura, condicionando sua eficácia à publicação no Diário Oficial do Estado, na forma e nos termos do Edital Pregão Eletrônico nº 13/2007 e das Leis nº 8.666/93 e nº 10.520/02, admitida prorrogação nos termos da Lei, mediante Termo Aditivo, persistindo as obrigações, especialmente as decorrentes da garantia.

DO VALOR: R\$ 1.589,00 (mil quinhentos e oitenta e nove reais)

DOS RECURSOS: Dotação Compactada – 2007.2201.017 / Classificação Funcional – 12 122 1040 1.064 / Grupo – 04 / Natureza – 4.4.90.52.11 / Fonte – 80 / R\$ 1.589,00 / Nota de Empenho nº 00532 / Data de emissão – 29.11.07.

DA DATA DE ASSINATURA: 13.03.08.

DOS SIGNATÁRIOS: O Estado de Goiás, através da Secretaria de Estado da Educação; Procuradoria Geral do Estado e a empresa Top Net Papéis e Informática Ltda.

SEE
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO

EXTRATO DE CONTRATO

Processo nº : 200700006010060 Data do processo: 20.03.07.
Nome : Inforsystem Informática Ltda.
Assunto : Contrato

Contrato de Fornecimento nº 03508 que entre si celebram o Estado de Goiás, através da Secretaria de Estado da Educação e a empresa Inforsystem Informática Ltda.

DO OBJETO: Constitui objeto do presente ajuste a contratação de empresa especializada para aquisição de material permanente para o Centro de Educação Profissional de Catalão, referente ao item 36, de acordo com as quantidades e especificações técnicas constantes no Termo de Referência– Anexo II e demais condições constantes do Edital.

DA MODALIDADE: Pregão Eletrônico nº 09/2007.

DA VIGÊNCIA: O contrato terá vigência de 90 (noventa) dias corridos, contados a partir da assinatura, condicionando sua eficácia à publicação no Diário Oficial do Estado, na forma e nos termos do Edital Pregão Eletrônico nº 09/2007 e das Leis nº 8.666/93 e nº 10.520/02, admitida prorrogação nos termos da Lei, mediante Termo Aditivo, persistindo as obrigações, especialmente as decorrentes da garantia.

DO VALOR: R\$ 13.540,00 (treze mil quinhentos e quarenta reais)

DOS RECURSOS: Dotação Compactada – 2007.2201.017 / Classificação Funcional – 12 122 1040 1.064 / Grupo – 04 / Natureza – 4.4.90.52.11 / Fonte – 80 / R\$ 13.540,00 / Nota de Empenho nº 00581 / Data de emissão – 03.12.07.

DA DATA DE ASSINATURA: 13.03.08.

DOS SIGNATÁRIOS: O Estado de Goiás, através da Secretaria de Estado da Educação; Procuradoria Geral do Estado e a empresa Inforsystem Informática Ltda.

SEE
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO

EXTRATO DE CONTRATO

Processo nº : 200700006010060 Data do processo: 20.03.07.
Nome : LDR Soluções Ltda.
Assunto : Contrato

Contrato de Fornecimento nº 036/08 que entre si celebram o Estado de Goiás, através da Secretaria de Estado da Educação e a empresa LDR Soluções Ltda.

DO OBJETO: Constitui objeto do presente ajuste a contratação de empresa especializada para aquisição de material permanente para o Centro de Educação Profissional de Catalão, referente ao item 37, de acordo com as quantidades e especificações técnicas constantes no Termo de Referência– Anexo II e demais condições constantes do Edital.

DA MODALIDADE: Pregão Eletrônico nº 09/2007.

DA VIGÊNCIA: O contrato terá vigência de 90 (noventa) dias corridos, contados a partir da assinatura, condicionando sua eficácia à publicação no Diário Oficial do Estado, na forma e nos termos do Edital Pregão Eletrônico nº 09/2007 e das Leis nº 8.666/93 e nº 10.520/02, admitida prorrogação nos termos da Lei, mediante Termo Aditivo, persistindo as obrigações, especialmente as decorrentes da garantia.

DO VALOR: R\$ 14.400,00 (quatorze mil e quatrocentos reais)

DOS RECURSOS: Dotação Compactada – 2007.2201.017 / Classificação Funcional – 12 122 1040 1.064 / Grupo – 04 / Natureza – 4.4.90.52.11 / Fonte – 80 / R\$ 14.400,00 / Nota de Empenho nº 00582 / Data de emissão – 03.12.07.

DA DATA DE ASSINATURA: 13.03.08.

DOS SIGNATÁRIOS: O Estado de Goiás, através da Secretaria de Estado da Educação; Procuradoria Geral do Estado e a empresa LDR Soluções Ltda.

SEE
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO

EXTRATO DE CONTRATO

Processo nº : 200700006010060 Data do processo: 20.03.07.
Nome : Marconilab Equipamentos para Laboratórios Ltda.ME
Assunto : Contrato

Contrato de Fornecimento nº 037/08 que entre si celebram o Estado de Goiás, através da Secretaria de Estado da Educação e a empresa Marconilab Equipamentos para Laboratórios Ltda.ME.

DO OBJETO: Constitui objeto do presente ajuste a contratação de empresa especializada para aquisição de material permanente para o Centro de Educação Profissional de Catalão, referente ao item 21, de acordo com as quantidades e especificações técnicas constantes no Termo de Referência– Anexo II e demais condições constantes do Edital.

DA MODALIDADE: Pregão Eletrônico nº 09/2007.

DA VIGÊNCIA: O contrato terá vigência de 90 (noventa) dias corridos, contados a partir da assinatura, condicionando sua eficácia à publicação no Diário Oficial do Estado, na forma e nos termos do Edital Pregão Eletrônico nº 09/2007 e das Leis nº 8.666/93 e nº 10.520/02, admitida prorrogação nos termos da Lei, mediante Termo Aditivo, persistindo as obrigações, especialmente as decorrentes da garantia.



DO VALOR: R\$ 3.484,00 (três mil quatrocentos e oitenta e quatro reais)

DOS RECURSOS: Dotação Compactada – 2007.2201.017 / Classificação Funcional – 12 122 1040 1.064 / Grupo – 04 / Natureza – 4.4.90.52.02 / Fonte – 80 / R\$ 3.484,00 / Nota de Empenho nº 00583 / Data de emissão– 03.12.07.

DA DATA DE ASSINATURA: 13.03.08.

DOS SIGNATÁRIOS: O Estado de Goiás, através da Secretaria de Estado da Educação; Procuradoria Geral do Estado e a empresa Marconilab Equipamentos para Laboratórios Ltda.ME.



EXTRATO DE CONTRATO

Processo nº : **200700006010060** Data do processo: **20.03.07.**
Nome : **Tecnal Equipamentos para Laboratório Ltda.**
Assunto : **Contrato**

Contrato de Fornecimento nº 038/08 que entre si celebram o Estado de Goiás, através da Secretaria de Estado da Educação e a empresa Tecnal Equipamentos para Laboratório Ltda.

DO OBJETO: Constitui objeto do presente ajuste a contratação de empresa especializada para aquisição de material permanente para o Centro de Educação Profissional de Catalão, referente ao item 06, de acordo com as quantidades e especificações técnicas constantes no Termo de Referência– Anexo II e demais condições constantes do Edital.

DA MODALIDADE: Pregão Eletrônico nº 09/2007.

DA VIGÊNCIA: O contrato terá vigência de 90 (noventa) dias corridos, contados a partir da assinatura, condicionando sua eficácia à publicação no Diário Oficial do Estado, na forma e nos termos do Edital Pregão Eletrônico nº 09/2007 e das Leis nº 8.666/93 e nº 10.520/02, admitida prorrogação nos termos da Lei, mediante Termo Aditivo, persistindo as obrigações, especialmente as decorrentes da garantia.

DO VALOR: R\$ 2.880,00 (dois mil oitocentos e oitenta reais)

DOS RECURSOS: Dotação Compactada – 2007.2201.017 / Classificação Funcional – 12 122 1040 1.064 / Grupo – 04 / Natureza – 4.4.90.52.02 / Fonte – 80 / R\$ 2.880,00 / Nota de Empenho nº 00589 / Data de emissão– 03.12.07.

DA DATA DE ASSINATURA: 13.03.08.

DOS SIGNATÁRIOS: O Estado de Goiás, através da Secretaria de Estado da Educação; Procuradoria Geral do Estado e a empresa Tecnal Equipamentos para Laboratório Ltda.



EXTRATO DE CONTRATO

Processo nº : **200700006010060** Data do processo: **20.03.07.**
Nome : **Moderna Comercial de Papéis Ltda.**
Assunto : **Contrato**

Contrato de Fornecimento nº 029/08 que entre si celebram o Estado de Goiás, através da Secretaria de Estado da Educação e a empresa Moderna Comercial de Papéis Ltda.

DO OBJETO: Constitui objeto do presente ajuste a contratação de empresa especializada para aquisição de material permanente para o Centro de Educação Profissional de Catalão, referente aos itens 29 e 32, de acordo com as quantidades e especificações técnicas constantes no Termo de Referência– Anexo II e demais condições constantes do Edital.

DA MODALIDADE: Pregão Eletrônico nº 09/2007.

DA VIGÊNCIA: O contrato terá vigência de 90 (noventa) dias corridos, contados a partir da assinatura, condicionando sua eficácia à publicação no Diário Oficial do Estado, na forma e nos termos do Edital Pregão Eletrônico nº09/2007 e das Leis nº 8.666/93 e nº 10.520/02, admitida prorrogação nos termos da Lei, mediante Termo Aditivo, persistindo as obrigações, especialmente as decorrentes da garantia.

DO VALOR: R\$ 1.065,99 (mil e sessenta reais e noventa e nove centavos)

DOS RECURSOS: Dotação Compactada – 2007.2201.017 / Classificação Funcional – 12 122 1040 1.064 / Grupo – 04 / Natureza – 4.4.90.52.24 / Fonte – 80 / R\$ 1.065,99 / Nota de Empenho nº 00584 / Data de emissão– 03.12.07.

DA DATA DE ASSINATURA: 13.03.08.

DOS SIGNATÁRIOS: O Estado de Goiás, através da Secretaria de Estado da Educação; Procuradoria Geral do Estado e a empresa Moderna Comercial de Papéis Ltda.



EXTRATO DE CONTRATO

Processo nº : **200700006010060** Data do processo: **20.03.07.**
Nome : **Digifocus Copiadoras e Impressoras Ltda.**
Assunto : **Contrato**

Contrato de Fornecimento nº 030/08 que entre si celebram o Estado de Goiás, através da Secretaria de Estado da Educação e a empresa Digifocus Copiadoras e Impressoras Ltda.

DO OBJETO: Constitui objeto do presente ajuste a contratação de empresa especializada para aquisição de material permanente para o Centro de Educação Profissional de Catalão, referente aos itens 22, 27 e 31, de acordo com as quantidades e especificações técnicas constantes no Termo de Referência– Anexo II e demais condições constantes do Edital.

DA MODALIDADE: Pregão Eletrônico nº 09/2007.

DA VIGÊNCIA: O contrato terá vigência de 90 (noventa) dias corridos, contados a partir da assinatura, condicionando sua eficácia à publicação no Diário Oficial do Estado, na forma e nos termos do Edital Pregão Eletrônico nº 09/2007 e das Leis nº 8.666/93 e nº 10.520/02, admitida prorrogação nos termos da Lei, mediante Termo Aditivo, persistindo as obrigações, especialmente as decorrentes da garantia.

DO VALOR: R\$ 8.782,00 (oito mil setecentos e oitenta e dois reais)

DOS RECURSOS: Dotação Compactada – 2007.2201.017 / Classificação Funcional – 12 122 1040 1.064 / Grupo – 04 / Natureza – 4.4.90.52.14 / Fonte – 80 / R\$ 4.787,00 / Nota de Empenho nº 00574 / Data de emissão– 03.12.07.

Dotação Compactada – 2007.2201.017 / Classificação Funcional – 12 122 1040 1.064 / Grupo – 04 / Natureza – 4.4.90.52.22 / Fonte – 80 / R\$ 3.995,00 / Nota de Empenho nº 00575 / Data de emissão– 03.12.07

DA DATA DE ASSINATURA: 13.03.08.

DOS SIGNATÁRIOS: O Estado de Goiás, através da Secretaria de Estado da Educação; Procuradoria Geral do Estado e a empresa Digifocus Copiadoras e Impressoras Ltda.



EXTRATO DE CONTRATO

Processo nº : **200700006010060** Data do processo: **20.03.07.**
Nome : **Divimed Hospitalar Ltda.**
Assunto : **Contrato**

Contrato de Fornecimento nº 031/08 que entre si celebram o Estado de Goiás, através da Secretaria de Estado da Educação e a empresa Divimed Hospitalar Ltda.

DO OBJETO: Constitui objeto do presente ajuste a contratação de empresa especializada para aquisição de material permanente para o Centro de Educação Profissional de Catalão, referente aos itens 25 e 38, de acordo com as quantidades e especificações técnicas constantes no Termo de Referência– Anexo II e demais condições constantes do Edital.

DA MODALIDADE: Pregão Eletrônico nº 09/2007.

DA VIGÊNCIA: O contrato terá vigência de 90 (noventa) dias corridos, contados a partir da assinatura, condicionando sua eficácia à publicação no Diário Oficial do Estado, na forma e nos termos do Edital Pregão Eletrônico nº 09/2007 e das Leis nº 8.666/93 e nº 10.520/02, admitida prorrogação nos termos da Lei, mediante Termo Aditivo, persistindo as obrigações, especialmente as decorrentes da garantia.

DO VALOR: R\$ 1.100,00 (mil e cem reais)

DOS RECURSOS: Dotação Compactada – 2007.2201.017 / Classificação Funcional – 12 122 1040 1.064 / Grupo – 04 / Natureza – 4.4.90.52.22 / Fonte – 80 / R\$ 75,00 / Nota de Empenho nº 00577 / Data de emissão– 03.12.07.

Dotação Compactada – 2007.2201.017 / Classificação Funcional – 12 122 1040 1.064 / Grupo – 04 / Natureza – 4.4.90.52.11 / Fonte – 80 / R\$ 1.025,00 / Nota de Empenho nº 00578 / Data de emissão– 03.12.07

DA DATA DE ASSINATURA: 28.12.07.

DOS SIGNATÁRIOS: O Estado de Goiás, através da Secretaria de Estado da Educação; Procuradoria Geral do Estado e a empresa Divimed Hospitalar Ltda.



EXTRATO DE CONTRATO

Processo nº : **200700006010060** Data do processo: **20.03.07.**
Nome : **Dirceu Longo e Cia Ltda.**
Assunto : **Contrato**

Contrato de Fornecimento nº 032/08 que entre si celebram o Estado de Goiás, através da Secretaria de Estado da Educação e a empresa Dirceu Longo e Cia Ltda.

DO OBJETO: Constitui objeto do presente ajuste a contratação de empresa especializada para aquisição de material permanente para o Centro de Educação Profissional de Catalão, referente ao item 30, de acordo com as quantidades e especificações técnicas constantes no Termo de Referência– Anexo II e demais condições constantes do Edital.

DA MODALIDADE: Pregão Eletrônico nº 09/2007.

DA VIGÊNCIA: O contrato terá vigência de 90 (noventa) dias corridos, contados a partir da assinatura, condicionando sua eficácia à publicação no Diário Oficial do Estado, na forma e nos termos do Edital Pregão Eletrônico nº 09/2007 e das Leis nº 8.666/93 e nº 10.520/02, admitida prorrogação nos termos da Lei, mediante Termo Aditivo, persistindo as obrigações, especialmente as decorrentes da garantia.

DO VALOR: R\$ 400,00 (quatrocentos reais)

DOS RECURSOS: Dotação Compactada – 2007.2201.017 / Classificação Funcional – 12 122 1040 1.064 / Grupo – 04 / Natureza – 4.4.90.52.22 / Fonte – 80 / R\$ 400,00 / Nota de Empenho nº 00576 / Data de emissão– 03.12.07.

DA DATA DE ASSINATURA: 13.03.08.

DOS SIGNATÁRIOS: O Estado de Goiás, através da Secretaria de Estado da Educação; Procuradoria Geral do Estado e a empresa Dirceu Longo e Cia Ltda.



EXTRATO DE CONTRATO

Processo nº : **200700006010060** Data do processo: **20.03.07.**
Nome : **Farol Produtos Científicos Ltda.ME**
Assunto : **Contrato**

Contrato de Fornecimento nº 033/08 que entre si celebram o Estado de Goiás, através da Secretaria de Estado da Educação e a empresa Farol Produtos Científicos Ltda.ME.

DO OBJETO: Constitui objeto do presente ajuste a contratação de empresa especializada para aquisição de material permanente para o Centro de Educação Profissional de Catalão, referente ao item 05, de acordo com as quantidades e especificações técnicas constantes no Termo de Referência– Anexo II e demais condições constantes do Edital.

DA MODALIDADE: Pregão Eletrônico nº 09/2007.

DA VIGÊNCIA: O contrato terá vigência de 90 (noventa) dias corridos, contados a partir da assinatura, condicionando sua eficácia à publicação no Diário Oficial do Estado, na forma e nos termos do Edital Pregão Eletrônico nº 09/2007 e das Leis nº 8.666/93 e nº 10.520/02, admitida prorrogação nos termos da Lei, mediante Termo Aditivo, persistindo as obrigações, especialmente as decorrentes da garantia.

DO VALOR: R\$ 179,90 (cento e setenta e nove reais e noventa centavos)

DOS RECURSOS: Dotação Compactada – 2007.2201.017 / Classificação Funcional – 12 122 1040 1.064 / Grupo – 04 / Natureza – 4.4.90.52.02 / Fonte – 80 / R\$ 179,90 / Nota de Empenho nº 00580 / Data de emissão– 03.12.07.

DA DATA DE ASSINATURA: 13.03.08.

DOS SIGNATÁRIOS: O Estado de Goiás, através da Secretaria de Estado da Educação; Procuradoria Geral do Estado e a empresa Farol Produtos Científicos Ltda.ME.



EXTRATO DE CONTRATO

Processo nº : **200700006010060** Data do processo: **20.03.07.**
Nome : **FTC Sistemas Eletrônicos Ltda.**
Assunto : **Contrato**

Contrato de Fornecimento nº 034/08 que entre si celebram o Estado de Goiás, através da Secretaria de Estado da Educação e a empresa FTC Sistemas Eletrônicos Ltda.

DO OBJETO: Constitui objeto do presente ajuste a contratação de empresa especializada para aquisição de material permanente para o Centro de Educação Profissional de Catalão, referente ao item 39, de acordo com as quantidades e especificações técnicas constantes no Termo de Referência– Anexo II e demais condições constantes do Edital.

DA MODALIDADE: Pregão Eletrônico nº 09/2007.

DA VIGÊNCIA: O contrato terá vigência de 90 (noventa) dias corridos, contados a partir da assinatura, condicionando sua eficácia à publicação no Diário Oficial do Estado, na forma e nos termos do Edital Pregão Eletrônico nº 09/2007 e das Leis nº 8.666/93 e nº 10.520/02, admitida prorrogação nos termos da Lei, mediante Termo Aditivo, persistindo as obrigações, especialmente as decorrentes da garantia.

DO VALOR: R\$ 71.100,00 (setenta e um mil e cem reais)

DOS RECURSOS: Dotação Compactada – 2007.2201.017 / Classificação Funcional – 12 122 1040 1.064 / Grupo – 04 / Natureza – 4.4.90.52.11 / Fonte – 80 / R\$ 71.100,00 / Nota de Empenho nº 00579 / Data de emissão– 03.12.07.

DA DATA DE ASSINATURA: 13.03.08.

DOS SIGNATÁRIOS: O Estado de Goiás, através da Secretaria de Estado da Educação; Procuradoria Geral do Estado e a empresa FTC Sistemas Eletrônicos Ltda.



EXTRATO DE TERMO ADITIVO AO CONTRATO

Processo nº : **200600006007208** Data: **03.02.06.**
Nome : **Fuad Rassi Engenharia Ltda.**
Assunto : **Termo Aditivo**

Terceiro Termo Aditivo ao Contrato de Obras nº 169/06 que entre si celebram o Estado de Goiás, através da Secretaria de Estado da Educação e a empresa Fuad Rassi Engenharia Ltda.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO
O presente Termo Aditivo tem por objeto a alteração das disposições contidas na Cláusula Sexta do Contrato 169/06, referente à vigência do ajuste.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA ALTERAÇÃO

O item 1 da Clausula Sexta do instrumento Contratual passa a ter a seguinte redação:

O presente Termo Aditivo terá a vigência de 4 (quatro) meses, a partir de 28/11/07 tendo sua eficácia condicionada à publicação no Diário Oficial do Estado ereger-se-á pelo disposto no Art. 57 da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA PUBLICAÇÃO
O presente Termo Aditivo deverá ser publicado, por extrato, na Imprensa Oficial, no prazo de 20 (vinte) dias, a contar da data da outorga da Procuradoria Geral do Estado correndo as despesas por conta da Contratante.

CLÁUSULA QUARTA - DA RATIFICAÇÃO

Ratificam-se as demais cláusulas do Contrato Original nº 167/06.

DATA DE ASSINATURA: 12.03.08.

DOS SIGNATÁRIOS: O Estado de Goiás, através da Secretaria de Estado da Educação; Procuradoria Geral do Estado e empresa Fuad Rassi Engenharia Ltda.

SECRETARIA DA FAZENDA

Portaria n.º 022 /2008-GSF.

O SECRETÁRIO DA FAZENDA DO ESTADO DE GOIÁS, no uso das atribuições assumidas nos termos do art. 4º, inciso I, § 2º, e art. 5º do Decreto nº 6.711, de 14 de janeiro de 2008,

RESOLVE:

Art. 1º - Constituir Comissão composta pelos servidores Paulo César Póvoa Kamimura, Assessor Especial “B”, Referência III, e Carlos Alberto Rodrigues Silva, Assistente de Gabinete “F”, Referência V, Luiz Carlos Tosoni Sant’anna, Consultor Técnico Júnior, e Jacildo Rodrigues Santos, Assistente de Gestão Administrativa, para, sob a presidência do primeiro, realizar em todos os órgãos e entidades da Administração Pública Estadual, o levantamento da frota própria e terceirizada do governo estadual.

Art. 2º - O Grupo terá até 31 de maio de 2008, para conclusão dos trabalhos e apresentação do relatório.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CUMPRA-SE e PUBLIQUE-SE.

GABINETE DO SECRETÁRIO DA FAZENDA DO ESTADO DE GOIÁS, em Goiânia, aos dias do mês de 2008.

Jorcelino José Braga
Secretário da Fazenda

SECRETARIA DA FAZENDA DO ESTADO DE GOIÁS

Portaria nº 23 / 08 - GIEF

O GERENTE DE INFORMAÇÕES ECONÔMICO-FISCAIS, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º SUSPENDER a inscrição no cadastro de contribuintes do Estado, das empresas relacionadas no Anexo Único desta Portaria, tendo em vista sua situação irregular perante o fisco estadual, até a data da emissão do mesmo.

Art. 2º O contribuinte do ICMS que tiver sua inscrição suspensa não pode transitar com mercadoria, sob pena de apreensão da mesma, nem receber autorização para impressão de documentos fiscais ou para autenticação destes e de livros fiscais sendo que os documentos por eles emitidos ou a eles destinados não terão efeito algum, salvo como prova a favor do fisco.

Art. 3º Os sócios ou titulares de estabelecimento que possuam mais de uma inscrição estadual suspensa, ficam impedidos de cadastrar novo estabelecimento ou integrar o quadro social de empresa já inscrita exceto as Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, nos termos do Art 9º da Lei Complementar 123/06 até a regularização cadastral das mesmas.

Art. 4º Ficam os contribuintes com inscrição suspensa notificados a apresentar à Delegacia de sua circunscrição, no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data de publicação desta Portaria, a documentação necessária à regularização da situação cadastral, a seguir enumerada:

- I - livros fiscais e contábeis;
- II - documentos fiscais utilizados ou não;
- III - inventários de mercadorias e bens do ativo fixo;
- IV - documentos relativos a despesas e receitas do estabelecimento;
- V - Declaração Periódica de Informações - DPI;
- VI - comprovantes dos pagamentos do ICMS;
- VII - cópias do instrumento constitutivo do estabelecimento e suas alterações.

VIII – relativamente ao estabelecimento autorizado a utilizar Equipamentos Emissores de Cupom Fiscal – ECF’s, leitura X e leitura da Memória Fiscal referente a todo o período de utilização dos equipamentos, efetuados na mesma data da sua apresentação ou comunicado, acompanhadas, quando for o caso, do formulário Pedido de Cessação de Uso de Equipamento Emissor de Cupom Fiscal;

IX – demais documentos previstos na Instrução Normativa nº 606/03-GSF, de 27 de maio de 2003, de acordo com o evento cadastral.

Art. 5º Presumem-se desaparecidos, destruídos, extraviados, inutilizados ou perdidos, decorrente do não atendimento do disposto no artigo anterior, os livros, documentos fiscais e Equipamentos Emissores de Cupom Fiscal – ECF’s autorizados para o estabelecimento.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos, porém, a partir da data da suspensão cadastral da empresa, constante do Anexo Único.

CUMPRASE e PUBLIQUESE.

GABINETE DO GERENTE DE INFORMAÇÕES ECONÔMICO FISCAIS, em Goiânia, aos 07 dias do mês de março de 2008.



EUGÊNIO CESAR DA SILVA

Gerente da GIEF

ANEXO UNICO

ANAPOLIS			
CCE	RAZAO SOCIAL	DATA SUSP.	MOT.
10.164.511-2	COMERCIAL CAIXETA DE ARMARINHOS LTDA	04/03/2008	388
10.206.210-2	CLESIO RABELO SILVA	04/03/2008	388
10.228.439-3	LIDER COMERCIO DE FERRAGENS LTDA	04/03/2008	388
10.287.001-2	SHOP MEDICA DISTRIB. DE MEDIC. HOSPITALARES LTDA	04/03/2008	388
10.288.444-7	COMERCIO DE CONFECCOES NATALIA LTDA	04/03/2008	388
10.310.118-7	ALBBA INDUSTRIA E COMERCIO LTDA	04/03/2008	388
10.319.247-6	COMERCIO DE PISOS R & R LTDA	04/03/2008	388
10.347.273-8	S B CORREA MORAIS	04/03/2008	388
10.353.883-6	R MAJI & CIA LTDA	04/03/2008	388
10.353.965-4	LINDOMAR FRANCA DE SOUSA	04/03/2008	388
10.355.237-5	CINCO CONFIANCA INDUSTRIA E COMERCIO LTDA	04/03/2008	388
10.378.804-2	BBG BIG BAG GOIAS LTDA	04/03/2008	388
10.385.680-3	EXCELL AGROINDUSTRIAL S A	04/03/2008	388
10.387.201-9	A M DE MORAES SANTOS	04/03/2008	388
10.389.983-9	WALDIR THIELE BY DESIGN	04/03/2008	388
10.393.157-0	DIVINO DONIZETH CANDIDO DA COSTA	04/03/2008	388
10.411.377-4	IMPERIO DAS UTILIDADES LTDA	04/03/2008	388
10.415.142-0	NUTRIFARMA IND DE PROD NUTRICIONAIS E FARMOQ LTDA	04/03/2008	388
10.416.455-7	NAVES COMERCIAL DE COLCHOES & REPRESENTACAO LTDA	04/03/2008	388

APARECIDA DE GOIANIA			
CCE	RAZAO SOCIAL	DATA SUSP.	MOT.
10.344.072-0	NELSON GONCALVES RODRIGUES	05/03/2008	388

ARUANA			
CCE	RAZAO SOCIAL	DATA SUSP.	MOT.
10.359.541-4	MARCOS AURELIO DA SILVA ROSA	29/02/2008	388

CERES			
CCE	RAZAO SOCIAL	DATA SUSP.	MOT.
10.385.858-3	R P BORGES	03/03/2008	388

CIRILANDIA			
CCE	RAZAO SOCIAL	DATA SUSP.	MOT.
10.381.887-1	AGROCIL COM VAREJ DE PRODUTOS AGROPECUARIOS LTDA	04/03/2008	388

GOIANAPOLIS			
CCE	RAZAO SOCIAL	DATA SUSP.	MOT.
10.348.981-9	COMERCIAL DE ALIMENTOS R Y CITY LTDA	04/03/2008	388

GOIANESIA			
CCE	RAZAO SOCIAL	DATA SUSP.	MOT.
10.394.770-1	JALES CAETANO MONTEIRO	04/03/2008	388

GOIANIA			
CCE	RAZAO SOCIAL	DATA SUSP.	MOT.
10.278.889-3	EDITORA GRAFICA TERRA LTDA	05/03/2008	388
10.310.710-0	MARIA MARGARIDA PONTES BARRETO	03/03/2008	388
10.339.866-0	EDITORA GRAFICA TERRA AZUL LTDA	05/03/2008	388
10.341.100-3	EFRAIM INDUSTRIA E COMERCIO DE METAIS LTDA	05/03/2008	388
10.349.763-3	CAPEL & CAPEL LTDA	05/03/2008	388
10.383.478-9	CLAUDIMAR LUIZ DA SILVA	29/02/2008	388
10.364.653-1	EDITORA GRAFICA SERRA DOURADA LTDA	05/03/2008	388
10.379.934-6	QUEDES MODA EM COURO LTDA	05/03/2008	388
10.382.852-4	7 STREET ROUPAS LTDA	04/03/2008	388
10.388.878-8	BISINOTTO & DORNELAS COMERCIO ELETRONICO LTDA	06/03/2008	388
10.390.806-1	NEO EDITORA LTDA	05/03/2008	388
10.393.134-1	WELLIGTON EUSTAQUIO DE CARVALHO	05/03/2008	388
10.393.495-2	ANE'S BIJUTERIAS E PRESENTES LTDA	05/03/2008	388
10.398.526-3	CRISTIANE CACALORIO DOS SANTOS BORELLI	05/03/2008	388
10.399.570-6	ADERCIO DIAS CARNEIRO	05/03/2008	388
10.402.505-0	RUTH FERREIRA BOA SORTE IMP. E EXP. DE ALIM.LTDA ME	04/03/2008	388
10.403.168-9	L.V.CALCADOS.BOLSAS E ACESSORIOS LTDA	05/03/2008	388
10.405.353-4	DENELVIRO ABREU DE ALMEIDA	05/03/2008	388
10.410.941-6	FOUR TECH EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA LTDA	05/03/2008	388
10.419.067-1	ELZA BASILIO DA SILVA	04/03/2008	388

GOIATUBA			
CCE	RAZAO SOCIAL	DATA SUSP.	MOT.
10.333.843-8	GABI INDUSTRIA E COMERCIO LTDA	06/03/2008	388

INACIOLANDIA			
CCE	RAZAO SOCIAL	DATA SUSP.	MOT.
10.407.829-4	MARIA MARTA DE SOUZA	04/03/2008	388

INHUMAS			
CCE	RAZAO SOCIAL	DATA SUSP.	MOT.
10.357.467-0	FERNANDO OLIVEIRA CRUZ & CIA LTDA	03/03/2008	388
10.397.575-6	DIVINO EURIPEDES ONEZIO DE ARAUJO	03/03/2008	388
10.414.577-3	LUIZ FERNANDES NETO	03/03/2008	388
10.418.058-7	R L DISTRIBUIDORA DE CARNES E DERIVADOS LTDA	03/03/2008	388

ITAPIRAPUA			
CCE	RAZAO SOCIAL	DATA SUSP.	MOT.
10.400.198-4	MARIA MADALENA AUTA BORGES	05/03/2008	388

ITUMBIAIRA			
CCE	RAZAO SOCIAL	DATA SUSP.	MOT.
10.420.514-8	MARIA DAS GRACAS NEVES ME	29/02/2008	388

JANDAIA			
CCE	RAZAO SOCIAL	DATA SUSP.	MOT.
10.399.371-1	IND E COM DE CONFECCOES ERVA DOCES LTDA	05/03/2008	388

MATRINCHA			
CCE	RAZAO SOCIAL	DATA SUSP.	MOT.
10.279.221-6	LANCHONETE MANA CELESTIAL DE MATRINCHA LTDA ME	05/03/2008	388
10.355.747-4	DIVINO CAMELO MORAES	05/03/2008	388
10.399.066-6	IVONE RODRIGUES DE MORAES DISTRIBUIDORA	05/03/2008	388

MINACU			
CCE	RAZAO SOCIAL	DATA SUSP.	MOT.
10.386.473-4	MAURO BORGES GUIMARAES	05/03/2008	388

MINEIROS			
CCE	RAZAO SOCIAL	DATA SUSP.	MOT.
10.311.763-6	AGROPECUARIA MORRO VERMELHO LTDA	07/03/2008	388

OUROANA			
CCE	RAZAO SOCIAL	DATA SUSP.	MOT.
10.388.698-2	CLEBER LOPES RIBEIRO	05/03/2008	388

PALMEIRAS DE GOIAS			
CCE	RAZAO SOCIAL	DATA SUSP.	MOT.
10.376.991-9	SUPER FREITAS COM DE GENEROS ALIMENTICIOS LTDA	07/03/2008	388

PARAUNA			
CCE	RAZAO SOCIAL	DATA SUSP.	MOT.
10.403.303-7	ANA RAQUEL MORATO SILVA	05/03/2008	388

QUIRINOPOLIS			
CCE	RAZAO SOCIAL	DATA SUSP.	MOT.
10.332.580-8	L1 INFORMATICA LTDA	03/03/2008	388

RIO VERDE			
CCE	RAZAO SOCIAL	DATA SUSP.	MOT.
10.065.677-3	EUCIDES FILHO	07/03/2008	388
10.107.405-0	SAUL JOSE RODRIGUES	05/03/2008	388
10.280.334-0	GODOY E PEREIRA LTDA	07/03/2008	388
10.310.503-4	JUNNIS BORGES PEREIRA	05/03/2008	388
10.345.517-5	V C PAIVA & CIA LTDA ME	03/03/2008	388
10.369.097-2	COMFERBRAS COMERCIAL DE FERTIL DO BRASIL LTDA	05/03/2008	388
10.398.113-6	FERNANDO DA SILVA FERNANDES	05/03/2008	388

SANTA HELENA DE GOIAS			
CCE	RAZAO SOCIAL	DATA SUSP.	MOT.
10.107.643-6	PANIFICADORA BRASILIA LTDA	05/03/2008	388
10.360.168-6	IRACEMA BARRACHI MAGALHAES	05/03/2008	388
10.363.981-0	MARIA LUZINEIDE SOARES DE MIRANDA	05/03/2008	388
10.371.363-8	IPE ALGODOEIRA LTDA	05/03/2008	388
10.397.114-9	GILSON JENUARIO DE SOUSA	05/03/2008	388

SANTA ISABEL			
CCE	RAZAO SOCIAL	DATA SUSP.	MOT.
10.363.656-6	AUREDIA ALVES DOS SANTOS	04/03/2008	388

SAO LUIS DE MONTES BELOS			
CCE	RAZAO SOCIAL	DATA SUSP.	MOT.
10.384.583-6	LUCIMAR ALVES DE PAULA	05/03/2008	388

SENADOR CANEDO			
CCE	RAZAO SOCIAL	DATA SUSP.	MOT.
10.300.112-3	ANDREA SFORNI AZEVEDO DE QUEIROZ	06/03/2008	388
10.420.330-7	CHOPP GOMES E SANTOS LTDA ME	07/03/2008	388

TRINDADE			
CCE	RAZAO SOCIAL	DATA SUSP.	MOT.
10.283.530-6	CLIMATTO CONFECCOES LTDA	07/03/2008	388

SECRETARIA DA FAZENDA DO ESTADO DE GOIÁS

Portaria nº 24 / 08 - GIEF

O GERENTE DE INFORMAÇÕES ECONÔMICO-FISCAIS, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º SUSPENDER, nos termos do Convênio ICMS nº 81/93, as inscrições no Cadastro de Contribuintes do Estado de Goiás, das empresas relacionadas em listagem anexa a esta Portaria, tendo em vista que as mesmas se encontram em situação irregular perante o fisco estadual, até a data da emissão do mesmo.

Art. 2º Os contribuintes do ICMS com inscrição estadual suspensa, ficam obrigados quando realizarem remessas de mercadorias destinadas a contribuintes deste Estado, ao prévio recolhimento do ICMS Substituição Tributária, em conformidade com o Convênio ICMS nº 81/93 e suas alterações posteriores.

Art. 3º Os sócios ou titulares de estabelecimento que possuam mais de uma inscrição estadual suspensa, ficam impedidos de cadastrar novo estabelecimento ou integrar o quadro social de empresa já inscrita, até a regularização cadastral das mesmas.

Art. 4º Ficam os contribuintes, relacionados no anexo desta Portaria, notificados a apresentarem ao órgão Fazendário de circunscrição da sua atividade, no prazo de 10 (dez) dias, contados da publicação desta Portaria, a documentação necessária à regularização da situação cadastral, a seguir enumerada:

- I - comprovantes dos recolhimentos ICMS;
- II - cópias do instrumento constitutivo do estabelecimento e suas alterações;
- III - apresentação de arquivo magnético das operações com mercadorias realizadas para com este Estado;
- IV - caso não tenha havido operações com mercadorias para com este Estado informar por escrito;
- V – Guia Nacional de informação e apuração do ICMS Substituição Tributária GIA-ST;

VI – Relatório das operações interestaduais de combustível derivado de petróleo previstos no Convênio ICMS 03/99, quando se tratar de distribuidora.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos, porém, a partir da data da suspensão cadastral da empresa, constante do Anexo Único.

CUMPRASE e PUBLIQUESE.

GABINETE DO GERENTE DE INFORMAÇÕES ECONÔMICO FISCAIS, em Goiânia, aos 07 dias do mês de março de 2008.



EUGÊNIO CESAR DA SILVA

Gerente da GIEF

ANEXO UNICO

NOSSA SENHORA DO SOCORRO			
CCE	RAZAO SOCIAL	DATA SUSP.	MOT.
10.360.541-0	ITAGUASSU AGRO INDUSTRIAL S/A	06/03/2008	418

SEFAZ
SECRETARIA DA FAZENDA

AVISO DE ADIAMENTO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 001/2008

AQUISIÇÃO DE 48 (QUARENTA E OITO) APARELHOS HEADSET COMPLETOS (BASE COM TECLADO E FONE) E 22 (VINTE E DOIS) FONES DE CABEÇA PARA HEADSET

A Secretaria da Fazenda do Estado de Goiás por intermédio de sua Pregoeira e Equipe de Apoio, designados pela Portaria nº 195/2008-GSF, comunica que a sessão para realização do Pregão supracitado está **ADIADA**, *“sine die”*, para que sejam feitas algumas alterações no Termo de Referência, Anexo I do Edital de Licitação. Oportunamente será dada publicidade na imprensa oficial e nos “sites” www.comprasnet.go.gov.br e www.sefaz.go.gov.br, da nova data de abertura, bem como do Edital de Licitação com as devidas alterações.

Goiânia, 14 de março de 2008.



Cláudia Helena Lima Leite

Pregoeira

Fone/fax: 62-3269-2088

SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA

ESTADO DE GOIÁS
SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA
EXTRATO DE TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

Processo nº 200610265000347
Termo de Homologação do Pregão Eletrônico nº 018/2007
Às 11:43 horas do dia 03 de março de 2008, após constatada a regularidade dos atos procedimentais, o Sr. Edemundo Dias de Oliveira Filho, Autoridade competente da Secretaria de Estado da Justiça, homologa a ADJUCAÇÃO referente ao processo 200610265000347 Pregão Eletrônico nº 018/2007.

RESULTADO DA HOMOLOGAÇÃO

Itens: 01; 02; 03; 04; 06; 07; 10; 11; 13; 19; 20; 21; 22; 26; 27; 28; 29; 33; 34; 35; 38 e 40.
Empresa – 00.063.719/0001-71 – Papelaria Dinâmica Ltda.
Produtos/Serviços: Fornecimento de produtos de informática
Valor total R\$ 80.067,80 (oitenta mil e sessenta e sete reais e oitenta centavos)

RESULTADO DA HOMOLOGAÇÃO

Itens: 05; 08; 09; 12; 24; 25; 32; 36; 37 e 39.
Empresa – 03.896.373/0001-80 – Domimar Indústria e Comércio Ltda.
Produto/Serviço: Fornecimento de produtos de informática (cartuchos de tinta)
Valor total R\$ 28.798,80 (vinte e oito mil setecentos e noventa e oito reais e oitenta centavos)

RESULTADO DA HOMOLOGAÇÃO

Itens: 15 e 16.
Empresa: – 03.793.622/0001-02 – Supricopy Suprimentos e Equipamentos Reprográficos Ltda.
Produto/Serviço:Fornecimento de Cartucho de Toner, mod. ED- 2060 e ED- 1370
Valor total R\$ 2.430,00 (dois mil quatrocentos e trinta reais)

RESULTADO DA HOMOLOGAÇÃO

Itens: 17 e 18.
Empresa – 02.773.629/0052-40 – Xerox Comércio e Indústria Ltda.
Produto/Serviço: Fornecimento de Papel branco multifuncional, tamanho officio 2-216X330mm e A-4- 210X297mm.
Valor total R\$ 41.205,00 (quarenta e um mil duzentos e cinco reais)

RESULTADO DA HOMOLOGAÇÃO

Itens: 30 e 31.
Empresa: – 01.765.213/0001-77 – Copysystems – Copiadoras, Sistemas e Serviços Ltda.
Produto/Serviço: Fornecimento de cartucho de toner, marca kyocera, referências: NPG – II e TK – 60.
Valor total R\$ 10.334,00 (dez mil trezentos e trinta e quatro reais).

RESULTADO DA HOMOLOGAÇÃO

Item: 23.
Empresa: – 00.905.760/0004-90 – Papelaria Tributária Ltda.
Produto/Serviço: Fornecimento de teclado para micro, padrão ABNT.
Valor total R\$ 360,00 (trezentos e sessenta reais).

SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA

Estado de Goiás
Secretaria da Segurança Pública de Goiás
Superintendência de Administração e Finanças
AVISOS DE LICITAÇÃO

A **Secretaria da Segurança Pública**, toma público a realização do(s) procedimento(s) licitatório(s) em sua sede, sito à Av. Anhangüera nº 7.364, Setor Aeroviário, Goiânia-GO, em sessão pública na forma do Decreto Estadual nº 5.721, Decreto Estadual nº 5.818 de 25 de agosto de 2003, Lei Federal 8.666 de 21 de junho de 1993 e pelas disposições fixadas no(s) citado(s) editai(s) e seus anexos, cuja(s) cópia(s) encontra(m)-se à disposição dos interessados no Site: www.comprasnet.goias.gov.br.

MODALIDADE	Pregão Eletrônico nº 021/2008		
OBJETO	Aquisição de combustível para aviação;		
DATA	04/04/2008	HORA	10h
TIPO	Menor Preço (Item)		

Rosana de Freitas Santos
Gerente da CPL/SSP

POLÍCIA MILITAR

Estado de Goiás
Secretaria de Estado da Segurança Pública
Polícia Militar/DAL

EXTRATO DE TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DO PREGÃO PRESENCIAL n.º 002/2008

As 10:00 horas do dia 12 de março de 2.008, após constatada a regularidade dos atos procedimentais, o Sr. Ernesto Guimarães Roller, Autoridade Competente da SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA - PMGO-DAL, homologa a adjudicação referente ao Processo 200800002000050, Pregão 002/2008.

- Item nº: 1**
Produto/Serviço: GASOLINA COMUM, COMBUSTÍVEL PARA VEÍCULO AUTOMOTIVO.
Situação: ADJUDICADO
Homologado à empresa: 34.274.233/0001-02 - PETROBRÁS DISTRIBUIDORA S/A
Valor Total: R\$ 9.200.000,00
- Item nº: 2**
Produto/Serviço: COMBUSTIVEL AUTOMOTIVOS. ESPECIFICAÇÃO CONFORME EDITAL
Situação: ADJUDICADO
Homologado à empresa: 34.274.233/0001-02 - PETROBRÁS DISTRIBUIDORA S/A
Valor Total: R\$ 1.680.000,00
- Item nº: 3**
Produto/Serviço: ÁLCOOL HIDRATADO, COMBUSTÍVEL PARA VEÍCULO AUTOMOTIVO.
Situação: ADJUDICADO
Homologado à empresa: 34.274.233/0001-02 - PETROBRÁS DISTRIBUIDORA S/A
Valor Total: R\$ 3.528.000,00
- Item nº: 4**
Produto/Serviço: ÓLEO LUBRIFICANTE AUTOMOTIVO 20 W 50.
Situação: ADJUDICADO
Homologado à empresa: 33.069.766/0001-81 - COMPANHIA BRASILEIRA DE PETRÓLEO IPIRANGA
Valor Total: R\$ 81.000,00
- Item nº: 5**
Produto/Serviço: ÓLEO LUBRIFICANTE SAE 5W40.
Situação: ADJUDICADO
Homologado à empresa: 33.069.766/0001-81 - COMPANHIA BRASILEIRA DE PETRÓLEO IPIRANGA
Valor Total: R\$ 5.976,00
- Item nº: 6**
Produto/Serviço: ÓLEO LUBRIFICANTE AUTOMOTIVO 15 W 40
Situação: ADJUDICADO
Homologado à empresa: 33.069.766/0001-81 - COMPANHIA BRASILEIRA DE PETRÓLEO IPIRANGA
Valor Total: R\$ 33.480,00
- Item nº: 7**
Produto/Serviço: ÓLEO LUBRIFICANTE- 90
Situação: ADJUDICADO
Homologado à empresa: 33.069.766/0001-81 - COMPANHIA BRASILEIRA DE PETRÓLEO IPIRANGA
Valor Total: R\$ 5.640,00
- Item nº: 8**
Produto/Serviço: ÓLEO LUBRIFICANTE 80W
Situação: ADJUDICADO
Homologado à empresa: 33.069.766/0001-81 - COMPANHIA BRASILEIRA DE PETRÓLEO IPIRANGA
Valor Total: R\$ 1.152,00
- Item nº: 9**
Produto/Serviço: ÓLEO LUBRIFICANTE SAE- 140 HIDRÁULICO
Situação: ADJUDICADO
Homologado à empresa: 33.069.766/0001-81 - COMPANHIA BRASILEIRA DE PETRÓLEO IPIRANGA
Valor Total: R\$ 1.140,00
- Item nº: 10**
Produto/Serviço: ÓLEO LUBRIFICANTE- HIDRÁULICO 68
Situação: ADJUDICADO
Homologado à empresa: 34.274.233/0001-02 - PETROBRÁS DISTRIBUIDORA S/A
Valor Total: R\$ 1.712,00
- Item nº: 11**
Produto/Serviço: ÓLEO LUBRIFICANTE 2T- NÁUTICO
Situação: ADJUDICADO
Homologado à empresa: 33.069.766/0001-81 - COMPANHIA BRASILEIRA DE PETRÓLEO IPIRANGA
Valor Total: R\$ 43.800,00
- Item nº: 12**
Produto/Serviço: ÓLEO LUBRIFICANTE 20W50, GASOLINA
Situação: ADJUDICADO
Homologado à empresa: 33.069.766/0001-81 - COMPANHIA BRASILEIRA DE PETRÓLEO IPIRANGA
Valor Total: R\$ 14.508,00
- Item nº: 13**
Produto/Serviço: FLUIDO PARA FREIO
Situação: ADJUDICADO
Homologado à empresa: 09.292.256/0001-94 - STILLO COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA
Valor Total: R\$ 1.785,00

- Item nº: 14**
Produto/Serviço: FLUIDO PARA RADIADOR
Situação: ADJUDICADO
Homologado à empresa: 09.292.256/0001-94 - STILLO COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA
Valor Total: R\$ 3.240,00
- Item nº: 15**
Produto/Serviço: ÓLEO LUBRIFICANTE 80W-90
Situação: ADJUDICADO
Homologado à empresa: 34.274.233/0001-02 - PETROBRÁS DISTRIBUIDORA S/A
Valor Total: R\$ 1.281,60
- Item nº: 16**
Produto/Serviço: AQUISIÇÃO DE ÓLEO LUBRIFICANTE E PRODUTOS AUTOMOTIVOS
Situação: ADJUDICADO
Homologado à empresa: 33.069.766/0001-81 - COMPANHIA BRASILEIRA DE PETRÓLEO IPIRANGA
Valor Total: R\$ 3.840,00
- Item nº: 17**
Produto/Serviço: GRAXA A BASE DE SABÃO DE LÍLIO
Situação: ADJUDICADO
Homologado à empresa: 09.292.256/0001-94 - STILLO COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA
Valor Total: R\$ 1.420,00

Ernesto Guimarães Roller
Secretário da Segurança Pública

POLÍCIA CIVIL

POLÍCIA CIVIL
Secretaria da Segurança Pública
Diretoria-Geral da Polícia Civil
Diretoria de Apoio Administrativo e Financeiro
Comissão Permanente de Licitação

EXTRATO DO DESPACHO Nº 1035/2008

Processo nº: 200700016004016 - DGPC
Assunto: Ratifica Inexigibilidade de licitação
Objeto: Pistolas
Recursos: Tesouro Estadual

O Senhor Diretor Geral da Polícia Civil declara inexigível a licitação para a contratação da empresa **Forjas Taurus S/A** – aquisição de 20 (vinte) pistolas Marca Taurus, perfazendo um valor total de R\$ 61.880,00 (sessenta e um mil e oitocentos e oitenta reais), com fundamento no art. 25, caput, da Lei nº 8.666/93.

Diretoria Geral da Polícia Civil, aos 14 de março de 2008.

SOCIEDADE DE ECONOMIA MISTA
Celg



CELG DISTRIBUIÇÃO S/A-CELG D
AVISO DE JULGAMENTO DE PROPOSTAS
CONCORRÊNCIA. PR-CPL 2.0151/07 - DT
(Lei nº 8.666/93, Art. 109.)

A Celg Distribuição S/A – CELG D, por meio da Comissão Especial de Licitação, no uso de suas atribuições e, após o julgamento das propostas apresentadas pelas participantes habilitadas, em Reunião de Abertura de Proposta Comercial, no dia 13.03.08 às 08h30m, infoma:

I – Proposta mais vantajosa:
Terral Agrimensura e Projetos Ltda, pelo preço global de R\$ 697.899,50 (seiscentos e noventa e sete mil e oitocentos e noventa e nove reais e cinquenta centavos).

PR – CPL - Comissão Permanente de Licitações
Depto. de Cadastro e Licitação de Materiais, Obras e Serviços.

Goiaspar

COMPANHIA GOIÁS DE PARTICIPAÇÕES - GOIASPAR
EXTRATO DE CONTRATO
(Art. 61, § Único, da Lei nº 8.666/93)

- **PRGE.001/2008 – SODEXHO PASS DO BRASIL SERVIÇOS E COMÉRCIO LTDA e CELG DISTRIBUIÇÃO S.A. – CELG D** – Termo de Cessão Parcial do Contrato CELG D PRGE-1779/2005: Fornecimento de vales refeição/alimentação aos empregados transferidos da CELG D para a GOIASPAR – Preço Global: R\$ 80.704,40 - Vigência: até 23/11/2008 – Data assinatura: 25/02/2008 – Fundamentação legal: art. 4º, § 5º, 6º, 7º e 8º, da Lei nº 9.074/95, art. 8º da Lei Estadual nº 15.714/2006, e Resolução CELG D nº 044/07, 28/11/07 – Reserva financeira nº 06 – Proc. nº 08/300008-2;
- **PRGE.002/2008 – BANCO DO BRASIL S.A.** – Serviços de Administração de Ações Escriturais – Vigência: 180 dias – Data assinatura: 28/02/2008 – Preço Global: R\$ 9.842,88 – Dispensa de Licitação: art. 24, incisos II e IV, da Lei nº 8.666/93 – Reserva financeira nº 05 – Proc. nº 08/300008-2.

EXTRATO DE AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO DE SERVIÇOS - AFS SUBSTITUTIVA DE CONTRATO
(art. 62 da Lei nº 8.666/93)

- **AFS nº 92.0001 – MASTERS – AUDITORES INDEPENDENTES SS** – Assessoria para levantamento das Demonstrações Contábeis da GOIASPAR e consolidação do Balanço Patrimonial da GOIASPAR e suas controladas - Vigência: até 31/03/2008 - Data assinatura: 07/01/2008 – Preço Global: R\$ 15.800,00 – Dispensa de licitação: art. 24, inciso II, da Lei nº 8.666/93
- **AFS nº 92.00000 – BDO TREVISAN AUDITORES INDEPENDENTES** – Aditivo ao Contrato AJU.001/2007 – Acréscimo dos serviços em 25% - art. 65, § 1º, da Lei nº 8.666/93 - Data assinatura: 21/11/2007 – Preço Global: R\$ 34.040,00 – Proc. nº 07/7516-5 ;
- **AFS nº 92.00002 – GARDESANI E ASSOCIADOS CONSULTORES EMPRESARIAIS SS LTDA** – Serviços de Modelagem Econômico-financeira - Vigência: até 30/04/2008 - Data assinatura: 20/02/2008 – Preço Global: R\$ 11.220,00 – Dispensa de licitação: art. 24, inciso II, da Lei nº 8.666/93.

Saneago

GOVERNO DE GOIÁS
SECRETARIA DAS CIDADES
SANEAMENTO DE GOIÁS S/A

AVISO DE JULGAMENTO DE LICITAÇÃO

Ref.: CONVITE Nº 2.2 - 021/2008
PROCESSO: Nº 1051/2007

A SANEAMENTO DE GOIÁS S/A - SANEAGO, através da Comissão Permanente de Licitações, torna público que a empresa **ELÉTRICA COMERCIAL AJEL LTDA** foi julgada vencedora da licitação em referência, conforme ata inclusa no processo nº **1051/2007**, abrindo-se na data desta publicação, vista aos interessados do processo licitatório.

Goiânia, 14 de março de 2008

Adm. Leovaldo Rodrigues da Cunha
Presidente da PR-CL

GOVERNO DE GOIÁS
SECRETARIA DAS CIDADES
SANEAMENTO DE GOIÁS S/A

AVISO DE LICITAÇÃO PÚBLICA
MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO

A **SANEAMENTO DE GOIÁS S/A - SANEAGO**, torna público que em sua sede, sala 32, sito à Av. Fued José Sebba nº 1245, Setor Jardim Goiás, nesta Capital, em sessão pública, na forma da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto Estadual nº 5.721, de 27 de fevereiro de 2003, Decreto Estadual nº 5.818 de 25 de agosto de 2003 e, subsidiariamente às normas da Lei 8.666/93, fará realizar a licitação abaixo relacionada, na modalidade PREGÃO, do tipo menor preço.

O objeto deste edital correrá à conta dos recursos financeiros oriundos da Saneamento de Goiás S/A – SANEAGO.

0 Edital e Anexos encontram-se a disposição dos interessados no site: www.saneago.com.br.

Nº	OBJETO	DATA	HORA
028/2008 Proc. nº 200800038000190 Governadoria 1422/2008 - Saneago	AQUISIÇÃO DE CONTROLADORES DE ODORES, DENSIDADE 1,0 A 1,09, PH 7,3 A 8,7, DESTINADOS À GERÊNCIA DE TRATAMENTO DE ESGOTOS, DA SANEAGO.	31/03/08	14:00

Goiânia, 14 de março de 2008

Adm. Leovaldo Rodrigues da Cunha
Presidente da PR-CL

GOVERNO DE GOIÁS
SECRETARIA DAS CIDADES
SANEAMENTO DE GOIÁS S/A

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 5.2-03/2008.

A COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES da SANEAGO, torna público que, com base no artigo 24, inciso IV, da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993 e no que consta do **Processo nº 604/2008**, dispensou licitação para contratação de locação de 03 (três) caminhões caçamba toco e 11 (onze) caminhões tipo 3/4", 01 (um) caminhão tipo truck, destinados ao uso da SANEAMENTO DE GOIÁS S/A - SANEAGO, diretamente com a empresa POLIS CONSTRUÇÕES LTDA.

Goiânia, 29 de janeiro de 2008.

Adm. Leovaldo Rodrigues da Cunha
Presidente da CPL

VISTO:


Nicomedes Domingos Borges
Diretor Presidente

SANEAMENTO DE GOIÁS S/A

GOVERNO DE GOIÁS
SECRETARIA DAS CIDADES
SANEAMENTO DE GOIÁS S/A

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 5.2-004/2008.

A COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES da SANEAGO, torna público que, com base no artigo 24, inciso IV, da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993 e no que consta do **Processo nº 1351/2008**, dispensou licitação para contratação de locação de 90 (noventa) veículos tipo hacht modelos básicos, 98 (noventa e oito) tipo utilitários leves básicos, 12 (doze) caminhonetes cabine dupla 4x4 e 06 (seis) veículos sedans tipo passeio, totalizando 206 (duzentos e seis) veículos, destinados ao uso da SANEAMENTO DE GOIÁS S/A - SANEAGO, diretamente com a empresa LOCALIZA CAR RENTAL S/A.

Goiânia, 07 de fevereiro de 2008.

Adm. Leovaldo Rodrigues da Cunha
Presidente da CPL

VISTO:

Nicomedes Domingos Borges
Diretor Presidente

GOVERNO DE GOIÁS
SECRETARIA DAS CIDADES
SANEAMENTO DE GOIÁS S/A

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 5.2-005/2008

A COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES da SANEAGO, torna público que, com base no artigo 24, inciso IV, da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993 e no que consta do **Processo nº 1719/2008**, dispensou licitação para contratação de empresa tipo Rádio Táxi, para realizar o transporte de 70 (setenta) operadores de sistemas de captação de água, tratamento de água, tratamento de esgoto e serviços administrativos/operacionais que requeiram veículos com motoristas da SANEAMENTO DE GOIÁS S/A-SANEAGO, diretamente com a empresa RÁDIO TÁXI ABC LTDA.

Goiânia, 25 de fevereiro de 2008.

Adm. Leovaldo Rodrigues da Cunha
Presidente da CPL

VISTO:

Nicomedes Domingos Borges
Diretor Presidente

GOVERNO DE GOIÁS
SECRETARIA DAS CIDADES
SANEAMENTO DE GOIÁS S/A

AVISO DE JULGAMENTO DE LICITAÇÃO

Ref.: PREGÃO PRESENCIAL Nº 017/2008
PROCESSO: Nº 13984/2007

A SANEAMENTO DE GOIÁS S/A - SANEAGO, através da Comissão Permanente de Licitações, torna público o resultado do julgamento da licitação em referência, com as empresas vencedoras a seguir: 01) FLUID FEEDER INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA, nos itens 01 e 02; 02) YGUARÁ SANEAMENTO AMBIENTAL LTDA, nos itens 03 e 04; 03) KALL & KALL LTDA, nos itens 05 e 14; 04) TECNOBOMBAS BOMBAS MOTORES E SERVIÇOS LTDA, nos itens 06, 08, 10, 11, 15, 16, 18, 19 e 20; 04) EMEC BRASIL SISTEMAS DE TRATMENTO DE ÁGUAS LTDA, nos itens 07, 09, 12, 13, 17 e 21, conforme ata inclusa no processo nº 13984/2007, abrindo-se na data desta publicação, vista aos interessados do processo licitatório.

Goiânia, 14 de março de 2008

Adm. Leovaldo Rodrigues da Cunha
Presidente da PR-CL

AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES
Detran-GO

ESTADO DE GOIÁS
SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA
DETRAN/GO
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO DE GOIÁS

Gerência de Auditoria

REF. Proc. Adm. Investigatório nº 131564107

NOTIFICAÇÃO Nº 089/2008.

Através desta, notifico a Srª. MARCIA LEITE ALEIXO, portadora RG Nº 681352/MT, CPF nº 502.354.351-04 residente à rua 16 nº64 centro Mineiros-GO, a comparecer na GERÊNCIA DE AUDITORIA do **DETRAN-GO no dia 04/04/2008 às 10:00 h. na Av.Atilio Correia Lima s/n Cidade Jardim, Goiânia-Go**, a fim de prestar esclarecimentos sobre a aquisição, segundas vias de CRV e venda do veículo caminhão Scania placa KEE-8679 chassi nº 9BSR4X2A013528406.

Ressaltamos que este veículo se encontra com prenotação “Restrição Administrativa” em seu registro.

Obs: Apresentar-se munido de seus documentos pessoais originais.

GERÊNCIA DE AUDITORIA DO
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO DE GOIÁS, em Goiânia
aos 13 dias do mês de março de 2008.

Roberto Abdon Fragoso
Ger. de Auditoria

Ipasgo

EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE LOCAÇÃO DE IMÓVEL
(processo nº. 4.9-0914003/07)

1- AS PARTES:
INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA DOS SERVIDORES DO ESTADO DE GOIÁS/IPASGO, Autarquia Estadual com sede na Av. 1ª Radial, nº. 586, Setor Pedro Ludovico, Goiânia-GO, C.G.C. (M.F.) sob o nº. 01.246.693/0001/60.

Srª. AURISTELA DE OLIVEIRA LOPES, brasileira, residente e domiciliado em Palmeiras-GO, portador do CPF.: 782.013.301-53, doravante denominado LOCADOR

2- DO PROCESSO LICITATÓRIO:
Em conformidade com o disposto nos processos nº 4-9-0751607/2006 e 4-9-0914003/2007, celebram o presente contrato de locação, nos termos da Lei nº. 8.666/93 (Texto Consolidado).

3- DO OBJETO:
O objeto do presente contrato é a locação de imóvel situado na Rua Americano do Brasil, Qd.70, Lt.13, centro, Palmeiras-GO, para abrigar o posto de atendimento do IPASGO.

4- PRAZO DE DURAÇÃO:
A vigência do contrato será de 12 (doze) meses, compreendendo o período de 02/03/2008 à 01/03/2009.

5- VALOR DO CONTRATO:
O valor total anual estimado do presente contrato está orçado em R\$ 4.499,04 (quatro mil, quatrocentos e noventa e nove reais e quatro centavos), sendo empenhado para o presente exercício o valor de R\$ 3.736,49 (três mil, setecentos e trinta e seis reais e quarenta e nove centavos).

6- ORIGEM DOS RECURSOS:
O pagamento da despesa decorrente do presente contrato correrá a conta do Programa 2007 04 122 4001 4.001 - 03(20), elemento de despesa 3.3.90.36.05, constantes do vigente orçamento do IPASGO, conforme empenho nº. 123, datado de 07/03/2008.

DAVES SOARES DA SILVA
DIRETOR ADMINISTRATIVO
IPASGO

Juceg

EDITAL

A JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE GOIÁS, faz saber que a Empresa “ JARDIM ARMAZENS GERAIS LTDA”, localizada à Rod. GO-302 s/n Lote A 2 - Município Chapadão do Céu, Estado de Goiás, arquivou os documentos determinados pelo DECRETO FEDERAL nº 1.202 de 21 de novembro de 1.903.

Faz saber ainda que o Senhor CASSIANO CORREA DE FREITAS, assinou o TERMO DE RESPONSABILIDADE COMO FIEL DEPOSITARIO, dos gêneros e mercadorias que receber em depósito.

GABINETE DA SECRETARIA GERAL DA JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE GOIÁS, aos 14 dias do mês de fevereiro de 2008.

Dra MARIA DAS GRAÇAS C.DUARTE DE ASSIS
Secretária Geral JUCEG

Processo nº: 08/003248
Interessado: JUCEG/ CORREIOS
Assunto: Inexigibilidade de Licitação

DESPACHO N.º 464/2008 – PRES. Considerando a manifestação da Procuradoria, Parecer nº 124/08 – PROC., **RATIFICO** a Declaração de Inexigibilidade de Licitação, Despacho nº 051 – G.C.P.L., para contratação da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, CNJP nº 34.028.316/0013-47, em virtude da contratada ser a única empresa prestadora do serviço de correspondência.

Goiânia, 07 de março de 2008.

Maurício Rezende de Almeida Pontes
Presidente

OVG

Organização das Voluntárias de Goiás

AVISO DE LICITAÇÃO PÚBLICA

A Organização das Voluntárias de Goiás – OVG, através do Pregoeiro designado pela Portaria nº 030/2007, torna público o edital de Licitação, conforme discriminados abaixo:

Modalidade e Tipo	Objeto da Licitação	Processo nº	Data Realização
PE-015 / 2008 MENOR VALOR POR LOTE	AQUISIÇÃO MATERIAIS (AGULHAS DE COSTURA E OUTROS), PARA AS UNIDADES, COM ENTREGA PARCELADA.	185553/ 2008	01/04/2008 ÀS 8:00 HORAS
PE-016 / 2008 MENOR VALOR ÍTEM	AQUISIÇÃO DE 100.000 COBERTORES DESTINADOS A CAMPANHA "MOVIMENTO CIDADANIA CONTRA O FRIO – 2008"	185083/ 2008	01/04/2008 ÀS 14:00 HORAS

Leis Pertinentes: Lei Federal 10.520 de 17 de junho de 2002, Decreto Estadual 5.566 de 18 de março de 2002, Decreto Estadual 5.721 de 27 de fevereiro de 2003, aplicando-se subsidiariamente, no que couberem, as disposições da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, com alterações.

Obtenção de edital no site: www.comprasnet.go.gov.br

Informações: Fone/fax: (62) 3201-9409 Endereço: Rua T-14 n.º249, St. Bueno, Goiânia-GO.

ORGANIZAÇÃO DAS VOLUNTÁRIAS DE GOIÁS-OVG, aos 14 dias do mês de março de 2008.

JOHNILTON DE ALMEIDA E SILVA
PREGOIEIRO

FAPEG

FUNDAÇÃO DE AMPARO À
PESQUISA DO ESTADO DE GOIÁS

Portaria nº. 008 de 14 de março de 2008

Institui a Comissão Permanente de Licitação da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Goiás - FAPEG.

O Presidente da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Goiás, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º – Constituir a Comissão Permanente de Licitação, integrada pelos servidores **MÁRCIO ROGÉRIO RODRIGUES MANSANO, RICARDO DE OLIVEIRA BERRETTA e CARLOS JOSÉ DE OLIVEIRA** para, sob a presidência do primeiro, receber, examinar, julgar todos os documentos e procedimentos relativos às licitações para esta Fundação, compreendendo também a assinatura e divulgação dos Avisos de Licitação, nos termos da Lei nº. 8.666/93, de 21 de junho de 1993, reeditada pela Lei nº. 8.883/94 e suas alterações.

Art. 2º – Ficam também designados os servidores **MARIA SILVIA RIBEIRO MASCARENHAS RORIZ, ALINE BESSA PARMIGIANI e HUGO VINÍCIUS LEÃO E SILVA** como membros suplentes.

Art. 3º – Revogar a Portaria nº. 023, de 30 de outubro de 2007 e a Portaria nº. 007 de 9 de março de 2007.

Art. 4º – Esta Portaria entra em vigor a partir da data de sua publicação.

Gabinete do Presidente da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Goiás, em Goiânia, 14 de março de 2008.

Leonardo Guerra de Rezende Guedes
Presidente

FAPEG
Fundação de Amparo à
Pesquisa do Estado de Goiás

Estado de Goiás
Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Goiás
Conselho Superior

Resolução CONSUP nº 004/2007

Aprova normas concernentes a fomento a projetos de pesquisa para fortalecimento da ciência.

O CONSELHO SUPERIOR DA FUNDAÇÃO DE AMPARO À PESQUISA DO ESTADO DE GOIÁS – FAPEG, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a deliberação tomada na sessão ordinária realizada no dia 15 de fevereiro de 2007,

CONSIDERANDO o disposto no decreto Nº 6.562, de 26 de outubro de 2006, que instituiu esta Fundação, aprovou o seu Estatuto e deu outras providências;



RESOLVE:

Art. 1º. Ficam aprovadas normas concernentes a fomento a projetos de pesquisa para fortalecimento da ciência, apresentada pela Diretoria, e que passa a integrar esta Resolução como anexo único.

Art. 2º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação retroagindo seus efeitos a partir da data de sua assinatura

Goiânia, 15 de fevereiro de 2007.

Leonardo Guerra de Rezende Guedes
Presidente do Conselho Superior

RESOLUÇÃO N. 004/2007 – ANEXO ÚNICO
NORMAS PARA FOMENTO AO FORTALECIMENTO DA CIÊNCIA

Art. 1º Da conceituação das modalidades:

§1º - O fomento ao fortalecimento da ciência, consiste em financiar ou custear, através de apoio, auxílio, subvenção e/ou transferência de capital, projetos de pesquisa e inovação tecnológica, que representem contribuição significativa para o desenvolvimento científico e tecnológico do Estado de Goiás, preferencialmente de caráter interinstitucional e interdisciplinar, em todas as áreas do conhecimento. As propostas devem ser apresentadas por pesquisadores vinculados às Instituições de Pesquisa e Educação Superior – IPES, Fundações de Apoio à Pesquisa vinculadas às IES ou órgãos públicos de comprovada qualificação em pesquisa científica ou tecnológica, sediados no Estado de Goiás.

Art. 2º Dos objetivos gerais:

§1º - Viabilizar a execução de projetos de pesquisa e inovação tecnológica que representem contribuição significativa para o desenvolvimento científico e tecnológico do Estado de Goiás, em todas as áreas do conhecimento.

Art. 3º Dos objetivos específicos:

I - Em relação às instituições:

a) Incentivar a articulação interinstitucional entre as IPES, Fundações de Apoio e organizações governamentais na execução de pesquisa, desenvolvimento e inovação tecnológica;

b) Ampliar a competência científica e tecnológica das IPES sediadas no Estado de Goiás, visando maior participação no sistema nacional de C&T;

c) Incentivar a melhoria das condições institucionais de apoio à pesquisa e à publicação dos resultados em meios nacionais e internacionais.

II - Em relação aos pesquisadores:

a) Ampliar a experiência e competência de pesquisadores vinculados às instituições sediadas no Estado de Goiás, na execução de pesquisas e inovação tecnológica;

b) Incentivar a formação de grupos de pesquisa interinstitucionais, bem como o aumento da produção científica qualificada;

c) Estimular a pesquisa de caráter interdisciplinar que contribua ao desenvolvimento científico e tecnológico do Estado de Goiás.

Art. 4º Das chamadas e valores de financiamento

§1º A seleção das propostas será realizada em Editais específicos a serem publicados por Portaria da Presidência da FAPEG, respeitado o Plano de Trabalho anual aprovado pelo Conselho Superior da FAPEG.

Art. 5º Dos procedimentos para admissão, análise e julgamento.

§1º A admissão, análise e julgamento das propostas obedecerão aos seguintes procedimentos:

I - As propostas serão inscritas nessa modalidade, mediante o preenchimento e encaminhamento para o correio eletrônico da FAPEG do Formulário de Cadastro da Proposta do FAPEG-III e Formulário do Plano de Trabalho, conforme explicitados na *Home Page* da FAPEG e no Edital específico publicado no D.O.E.

II - Análise preliminar das propostas pela Diretoria Científica, promovendo o enquadramento ou não das mesmas, baseados nos documentos enviados e termos do Edital específico. As propostas de projetos que não se enquadram nos requisitos definidos no Edital específico serão desconsideradas pela Diretoria Científica.

III - Análise comparativa da proposta pela Assessoria Científica quanto ao mérito e relevância, coordenado pela Diretoria Científica;

Art. 6º Critérios para análise e julgamento de mérito e relevância pelos membros da Assessoria Científica da FAPEG:

I - Mérito científico e originalidade para o desenvolvimento científico, tecnológico e inovação do Estado de Goiás;

II - Abordagem transversal do problema proposto;

III - Relevância para o desenvolvimento científico, tecnológico e inovação no Estado de Goiás;

IV - Coerência e adequação entre a capacitação e a experiência da equipe do projeto aos objetivos, atividades e metas propostas;

V - Impacto para a formação de recursos humanos nos níveis de graduação e de pós-graduação;

VI - Adequação da metodologia proposta;

VIII - Adequação do cronograma físico-financeiro e qualidade dos indicadores de progresso técnico-científico do projeto;

IX - Impactos dos resultados esperados e benefícios potenciais para a respectiva área de conhecimento e para a sociedade, e

X - Mecanismos de repasse do conhecimento e produtos gerados para a sociedade.

XI - Apreciação e deliberação pelo Conselho Superior para a execução do fomento, respeitada a disponibilidade orçamentária e financeira;

XIII - Assinatura do Termo de Concessão ou Termo de Cooperação Técnico Científico, conforme Edital específico, pelo coordenador do Projeto de Pesquisa, pelo representante legal da instituição ao qual o pesquisador pertence e pela FAPEG;

Art. 7º Requisitos e compromissos da(s) instituição(ões) com a(s) qual(is) o(s) pesquisador(es) está(ão) vinculado(s)

I - Ser co-responsável pelo plano de trabalho quando da assinatura do Termo de Concessão;

II - Promover, como contrapartida na execução do projeto de pesquisa, condições materiais, humanas, financeiras adicionais com vistas a alcançar os objetivos e metas propostas.

Art. 8º Dos Requisitos e compromissos do coordenador do Projeto de Pesquisa:

I - Ser brasileiro nato ou naturalizado, ser pesquisador em regime de tempo integral vinculado às IPES, Fundação de Apoio à Pesquisa ou órgão público vinculado à pesquisa sediadas no Estado de Goiás, estar cadastrado no Banco de Pesquisadores da FAPEG e no Diretório dos Grupos de Pesquisa no Brasil do CNPq, possuir título de mestre e/ou doutor conforme exigência de cada Edital específico e ter produção científica, tecnológica ou artístico-cultural nos últimos 4 (quatro) anos, divulgada nos principais veículos de comunicação científica da área do conhecimento;

II - Apresentar somente uma proposta para o Edital respectivo;

III - Apresentar autorizações especiais de ordem ética ou legal para execução da proposta, quando aplicáveis;

IV - Quando de Edital específico de concessão de fomento, receber o respectivo fomento concedido pela FAPEG, comprometendo-se a utilizá-lo na execução do plano de trabalho;

V - Quando de Edital específico de concessão de fomento, devolver à FAPEG, em valores atualizados, o fomento, caso os requisitos e os compromissos estabelecidos acima não sejam cumpridos;

VI - A recusa ou omissão quanto ao ressarcimento de que trata o item acima ensejará a consequente inscrição do débito recorrente no cadastro da dívida ativa do Estado;

VII - O não cumprimento aos itens 7.3 e 7.4 da presente Resolução implicará na impossibilidade do pesquisador em pleitear e obter qualquer fomento da FAPEG, sem prejuízo da aplicação de penalidades cabíveis;

VIII - Nas publicações e trabalhos apresentados, decorrentes do respectivo fomento, fazer referência ao fomento concedido pela FAPEG;

IX - Responsabilizar-se pelo cumprimento das atividades de pesquisa estabelecidas no plano de trabalho, prestando à FAPEG as informações devidas, quando solicitadas;

X - Definir previamente o critério de autoria relativo às publicações e trabalhos apresentados em congressos e seminários, frutos do plano de trabalho aprovado, entre os integrantes da equipe, incluindo bolsistas;

XI - Apresentar à FAPEG os relatórios de acompanhamento e de finalização do plano de trabalho e, quando de Edital específico de concessão de fomento, a prestação de contas financeira nos prazos pactuados nos termos do Manual de Prestação de Contas aprovado pelo Conselho Superior;

XII - Participar de fóruns específicos realizados pela FAPEG para apresentação de resultados referentes ao fomento, sempre que convocado;

Art. 9º Os direitos relativos à propriedade intelectual porventura resultantes do projeto de pesquisa desenvolvido com o fomento da FAPEG serão objeto de proteção nos termos da legislação específica sobre a propriedade intelectual - Lei 9279/96 (Lei de Propriedade Industrial), Lei 9609/98 (Lei de Programas de Computador), Lei 9610/98 (Lei de Direitos Autorais) e Decreto 2553/98 (que dispõe sobre a obrigatoriedade de premiação a inventores de instituições públicas) - e Resolução específica da FAPEG, relacionada a esta matéria e, terão como cotitulares a FAPEG, a instituição a qual o coordenador do projeto pertence, o coordenador do projeto e os membros de sua equipe diretamente envolvidos, respeitados os direitos do AUTOR/INVENTOR.

Art. 10º A alocação dos benefícios pecuniários advindos de resultados econômicos (*royalties*) auferidos em eventual exploração comercial da tecnologia obtida do projeto, inclusive na hipótese de transferência do direito de exploração para terceiros, será definida nos contratos de transferência de tecnologia quando for o caso.

Art. 11º São requisitos e compromissos dos demais membros da equipe:

I - Estar cadastrado no diretório de pesquisadores da FAPEG;

II - Prestar declaração de anuência formal sobre a sua participação no plano de trabalho proposto, a qual deve ser mantida com o Coordenador;

III - Participar de fóruns específicos realizados pela FAPEG para apresentação de resultados referentes à execução do plano de trabalho aprovado;

IV - Nas publicações e trabalhos apresentados, decorrentes do fomento, fazer referência ao fomento concedido pela FAPEG;

Art. 12º Da duração do fomento

§1º O fomento será de até 36 meses, concedido em parcelas definidas em Edital específico;

Art. 13º Dos Itens elegíveis para fomento

§1º Serão elegíveis para fomento exclusivamente os itens: material de consumo, material permanente e outros serviços de terceiros de pessoas físicas ou jurídicas.

Art. 14º Dos Itens não Financiáveis

§1º Os recursos financeiros, concedidos no respectivo Edital não poderão ser aplicados no pagamento de salários e/ou complementação salarial de qualquer natureza, e

Art. 15º Estão vetados de financiamento, além daqueles listados no Edital específico, todos os itens relacionados a seguir:

I - Pagamentos de diárias a pesquisadores ou palestrantes que residam no Município onde se realiza o evento ou num raio de até 150km de este;

II - Gastos com despesas pessoais, tais como bebidas alcoólicas, objetos de uso pessoal etc;

III - Pagamento de serviços de nenhuma natureza a bolsista da FAPEG durante o período de vigência da bolsa;

IV - Pagamento de despesas com digitação de relatórios, demonstrações contábeis e outras que caracterizam serviços administrativos, a não ser os casos especiais autorizados pela FAPEG;

V - Salários, ou qualquer remuneração a pessoal e seus encargos sociais;

VI - Serviços e terceiros na forma de vale-transporte, vale-refeição, telefonia/fax, telex, serviço postal e telegráfico.

Art. 16º Das disposições Finais

I - Qualquer pagamento à pessoa física que for empregado na execução do projeto deve ser realizado de acordo com a legislação em vigor, de forma a não estabelecer vínculo de qualquer natureza com a FAPEG e desta não poderá demandar quaisquer pagamentos, permanecendo na exclusiva responsabilidade do Coordenador/Instituição do projeto.

II - A FAPEG poderá cancelar ou suspender o fomento a qualquer momento, caso seja verificado o não cumprimento das normas estabelecidas;

III - A FAPEG executará o fomento em parcelas descritas em Edital específico por meio da Instituição Bancária por ela definida;

IV - O proponente assume inteira responsabilidade pela ocorrência de extravio ou chegada extemporânea da documentação;

V - A FAPEG não se responsabiliza pelo atraso ou desvio dos documentos encaminhados via postal;

VI - No caso de eventual recebimento fora do prazo o projeto será desconsiderado, e os ENVELOPES serão devolvidos devidamente fechados.

Art. 17º Os casos omissos serão resolvidos pelo Conselho Superior da FAPEG.

CONSELHO SUPERIOR DA FUNDAÇÃO DE AMPARO À PESQUISA DO ESTADO DE GOIÁS, EM GOIÂNIA, 15 DE FEVEREIRO DE 2007.

Leonardo Guerra de Rezende Guedes
Presidente

FUNDAÇÃO DE AMPARO À
PESQUISA DO ESTADO DE GOIÁS

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 002/2008

PROCESSO Nº 200710267000413

OBJETO: contratação de empresa especializada para fornecimento de passagens aéreas nacionais e internacionais, incluindo reserva, emissão e marcação de bilhetes, destinadas ao uso dos Diretores e Servidores desta Fundação, por um período de 12 (doze) meses.

JULGAMENTO: Maior Percentual de Desconto

ABERTURA: 02/04/08 às 09 horas

LOCAL DA ABERTURA: Sala da Comissão Permanente de Licitação da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Goiás – FAPEG, situada na Rua Dona Mª Joana Qd. F 14, Lt. Área nº 150, Setor Sul – Goiânia/GO.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 6002 19 122 4001 4001 03 00 – 3.390.33.02 e 3.3.90.33.03- Fonte: 00

Esclarecemos que a presente licitação e consequente contratação serão regidas pela Lei Federal 10.520, de 17/07/02, Decreto Estadual nº 5.721, de 27/02/03, Lei Federal nº. 8.666, de 21/06/93 e pelas disposições fixadas no Edital e seus Anexos.

O Edital e seus Anexos encontram-se à disposição dos interessados gratuitamente nos sites www.comprasnet.gov.br, www.fapeg.go.gov.br (licitação) e na Comissão Permanente de Licitação da FAPEG no endereço acima mencionado

Informações pelo telefone (62) 3201-8083

Goiânia/GO, 14 de março de 2008

Carlos José de Oliveira
Fregoeiro/FAPEG

PUBLICAÇÕES PARTICULARES

Editais de Convocação

Edital de Convocação

O Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Alimentação dos Estados de Goiás e Tocantins comunica que será realizada eleição para composição da diretoria, conselho fiscal e delegados representantes, bem como dos respectivos suplentes, no dia 20 de junho de 2008, das 8h00 às 18h00, na sede da entidade, sito na Rua 12-A nº 235, Setor Aeroporto, nesta capital e através de mesas coletoras itinerantes, para a qual ficam convocados todos os associados em pleno gozo de seus direitos sindicais, nos termos do Estatuto Social. O prazo para registro de chapas é de 5 (cinco) dias a contar da publicação deste edital, devendo o registro ser apresentado na secretaria geral que funcionará na sede do sindicato, no horário das 8h00 às 11h30 e das 13h00 às 17h30. O edital completo encontra-se afixado na sede do Sindicato. Goiânia-Go, 14 de março de 2008.

Ana Maria da Costa e Silva – presidenta

11.666

CONDOMÍNIO DO CENTRO COMERCIAL SHOPPING CENTER SUL – ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA – CONVOCAÇÃO - O Síndico do Condomínio Shopping Center Sul, no uso de suas atribuições, convoca os demais condôminos para a Assembléia Geral Ordinária, a se realizar em 26.03.08 às 18:00 h em primeira convocação e às 18:30 h em Segunda e última convocação com qualquer número de presentes, a fim de deliberarem sobre os seguintes assuntos: 1 – PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA PARA 2008; 2 - PRESTAÇÃO DE CONTAS REFERENTE AO PERÍODO DE MARÇO/07 A FEVEREIRO/08; 3 - ELEIÇÃO DE SÍNDICO E CONSELHO PARA O PERÍODO DE MARÇO DE 2008 A FEVEREIRO DE 2010; Goiânia, 14 de Março de 2008. VALTER TOLEDO – SÍNDICO.

11.669

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA PARA ALTERAÇÃO ESTATUTÁRIA DO SINDICATO DOS TRABALHADORES E TRABALHADORAS RURAIS DO MUNICÍPIO DE EDÉIA GO.

A Diretoria do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais do município de Edéia GO, **CONVOCA** todos os membros da categoria dos trabalhadores e trabalhadoras rurais ativos e inativos: assalariados e assalariadas rurais empregados permanentes, safristas, e eventuais na agricultura, criação de animais, silvicultura, hortifruticultura e extrativismo rural; e agricultores e agricultoras que exerçam atividades individualmente ou em regime de economia familiar, na qualidade de pequenos produtores, proprietários, posseiros, assentados, meeiros, parceiros, arrendatários, comodatários e extrativistas, dos municípios de Edéia e Poteirão GO, para Assembleia Geral Extraordinária a ser iniciada às 19h00, do dia 29 de março de 2008, no Salão do Cereja, Rua 01, esquina com a Rua Osório Ricardo de Urzeda, qd. 01, lt. 02, Setor Cibrazem, CEP nº 75.940-000, Edéia GO, para tratar da ALTERAÇÃO ESTATUTÁRIA DO SINDICATO DOS TRABALHADORES E TRABALHADORAS RURAIS DO MUNICÍPIO DE EDÉIA GO. Edéia GO, 13 de março de 2008. MÔNICA PEREIRA DE OLIVEIRA NUNES - Presidente, RAIMUNDO BORGES DA SILVA - Secretário e MAURÍLIO JOSÉ DA SILVA - Tesoureira.

11.659

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA PARA ALTERAÇÃO ESTATUTÁRIA DO SINDICATO DOS TRABALHADORES E TRABALHADORAS RURAIS DO MUNICÍPIO DE MINEIROS GO.

A Diretoria do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais do município de Mineiros GO, **CONVOCA** todos os membros da categoria dos trabalhadores e trabalhadoras rurais ativos e inativos: assalariados e assalariadas rurais empregados permanentes, safristas, e eventuais na agricultura, criação de animais, silvicultura, hortifruticultura e extrativismo rural; e agricultores e agricultoras que exerçam atividades individualmente ou em regime de economia familiar, na qualidade de pequenos produtores, proprietários, posseiros, assentados, meeiros, parceiros, arrendatários, comodatários e extrativistas, do município de Mineiros GO, para Assembleia Geral Extraordinária a ser iniciada às 14h00, do dia 30 de março de 2008, na Câmara Municipal – Prédio do Banco do Brasil, nº 08, Praça Deputado José Alves de Assis, CEP nº 75.830-000, Mineiros GO, para tratar da ALTERAÇÃO ESTATUTÁRIA DO SINDICATO DOS TRABALHADORES E TRABALHADORAS RURAIS DO MUNICÍPIO DE MINEIROS GO. Mineiros GO, 13 de março de 2008. CONSTANTINO CARRIJO NUNES - Presidente, DIVINO NAVES CARRIJO - Secretário e KLÊNIA MARIA TEODORO OLIVEIRA - Tesoureira.

11.658

EMPRESA GOIANA DE INDÚSTRIA E COMERCIO S/A
(CAPITAL FECHADO)
CNPJ Nº01554021/0001-11
EDITAL DE CONVOCAÇÃO

São convidados os acionistas da Empresa Goiana de Indústria e Comércio S/A., a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária, a ser realizada na sala 902 do Edifício Itamaraty, sito a Ave Goiás nº315, Centro, em Goiânia, Goiás, às 16:00 horas do dia 31 de março de 2008, para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: 1º) tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as Demonstrações Financeiras, levantadas em 31 de dezembro de 2007; 2º) destinação do lucro do exercício findo e a distribuição de dividendos; 3º) fixação dos honorários da diretoria e 4º) outros assuntos de interesse social.

Goiânia, 22 de fevereiro de 2008
Dr. Carlos Alberto Ferreira Coelho
Diretor Presidente

11.662

Editais de Comunicação

ENGEMIX S/A, torna público que recebeu da **Agência Ambiental de Goiás** a licença de funcionamento n. 187/2008 válida até 14/02/2009 para produção de concreto usinado, processo n. 5601.05079/2003-2, sito a Quadra 15, Módulo 06 – Distrito Industrial, Município de Catalão/ GO. O empreendimento não se enquadra na Resolução do CONAMA 001/86. **11.674**

CHADRON UASSELES FERREIRA, torna público que recebeu da **Agência Ambiental de Goiás** a licença ambiental simplificada n. 082/2008 válida até 23/05/2009 para Indústria de Abate de Bovinos, processo n. 5601.08506/2002-1, sito a Rodovia Go 465 s/n Km 05 – Zona Rural, Município de Crixás/ GO. O empreendimento não se enquadra na Resolução do CONAMA 001/86. **11.674**

ARAÚJO DE AZEVEDO E SOUZA COMÉRCIO DE VIDROS LTDA, torna público que recebeu da **Agência Ambiental de Goiás** a licença de ambiental simplificada n. 077/2008 válida até 29/05/2009 para Indústria e comércio de vidros, processo n. 5601.06288/2007-1, sito a Via Primária 03, Qd 15, Módulos 04/11 – DAIAAG, Município de Aparecida de Goiânia/ GO. O empreendimento não se enquadra na Resolução do CONAMA 001/86. **11.674**

CERÉAL COMERCIO EXPORTAÇÃO E REPRESENTAÇÃO AGROPECUÁRIA LTDA, torna público que recebeu da **Agência Ambiental de Goiás** a licença de funcionamento n. 184/2008 válida até 28/03/2010 para unidade de fábrica de ração animal, processo n. 6301.00796/1994-1, sito a Rodovia Br 060 Km 381 s/n – Setor Industrial, Município de Rio Verde/ GO. O empreendimento não se enquadra na Resolução do CONAMA 001/86. **11.674**

LATICÍNIOS MENDONÇA E GUIMARÃES LTDA - ME, torna público que recebeu da **Agência Ambiental de Goiás** a licença de funcionamento n. 164/2008 válida até 18/12/2009 para funcionamento de indústria de derivados do leite, processo n. 5601.21031/2003-1, sito a Fazenda Bambuzal – Zona Rural, Município de Quirinópolis/ Go. O empreendimento não se enquadra na Resolução do CONAMA 001/86. **11.674**

NIDERA SEMENTES LTDA, torna público que recebeu da **Agência Ambiental de Goiás** a licença de exploração florestal para desmatamento na Fazenda Bom Jardim Local Formoso – Zona Rural, Município de Nova Aurora/ Go. O empreendimento não se enquadra na Resolução do CONAMA 001/86. **11.674**

PORTO E PEREIRA LTDA, torna público que requereu da **Agência Ambiental de Goiás** a renovação da licença de funcionamento para Administradora de Refeitórios, processo n. 5601.05518/2006-1, sito a Via Perimetral 2D s/n Quadra 05 Lt 02 – DAIA, Município de Anápolis/ Go. O empreendimento não se enquadra na Resolução do CONAMA 001/86. **11.674**

FRANCISCO PIMENTA DA SILVA, torna público que requereu da **Agência Ambiental de Goiás** a licença de exploração florestal para desmatamento na Fazenda Bom Jardim Local Formoso – Zona Rural, Município de Nova Aurora/ Go. O empreendimento não se enquadra na Resolução do CONAMA 001/86. **11.674**

CLÉZIO HONORIO BORGES E OUTRO, torna público que requereu da **Agência Ambiental de Goiás** a licença de instalação para barragem, sito a Fazenda Beira da Serra – Zona Rural, Município de Joviânia/ Go. O empreendimento não se enquadra na Resolução do CONAMA 001/86. **11.674**

REI DO MILHO ALIMENTOS LTDA, torna público que recebeu da **Agência Ambiental de Goiás** a licença ambiental simplificada n. 086/2008 válida até 31/05/2009 para indústria e comércio de beneficiamento de derivados do milho, processo n. 5601.13713/2004-1, sito a Rodovia Go 426 Km 01 – Zona Rural, Município de Inhumas/ Go. O empreendimento não se enquadra na Resolução do CONAMA 001/86. **11.674**

-EDITAL DE COMUNICAÇÃO-
Jose Carneiro de Carvalho Junior, CPF nº. 195.758.661-34, torna público que requereu da Agencia Goiana do Meio Ambiente a Licença para Desmatamento em 96,80ha de Cerrado Aberto Alto, na Fazenda Alvorada, Nova Crixas-GO. **11.673**

ERRATA
No Edital de **Antonio Brito Costa**, do dia 12 de Novembro de 2007, Onde se diz “torna publico que requereu Licença de Funcionamento” Diz-se agora “torna publico que requereu a Licença de Instalação e Funcionamento”. **11.673**

-EDITAL DE COMUNICAÇÃO-
Orlandina Marques Perfeito, CPF. 044.236.741-49, torna publico que requereu da Agencia Goiana do Meio Ambiente, a Licença para Desmatamento em 99,00ha, de Cerrado Aberto Alto, na Faz. Santo Antonio de Cima, Santo Antonio de Baixo e Sucuri, Ipameri-GO. **11.673**

-EDITAL DE COMUNICAÇÃO-
Nivaldo Teodoro da Silva, CPF. 302.073.636-68, torna publico que requereu da Agencia Goiana do Meio Ambiente, a Licença para Desmatamento em 195,00ha de Cerrado Aberto Alto, processo 5601.13663/2003-4, na Fazenda Santa Lucia, Cumari-GO. **11.673**

-EDITAL DE COMUNICAÇÃO-
Maria Rosa de Carvalho e Outros, CPF. 349.186.201-91, torna publico que requereu da Agencia Goiana do Meio Ambiente, a Licença para Desmatamento em 60,00ha de Cerrado Aberto Alto, e 30,00ha de Limpeza de Pasto, na Faz. Muquém da Barra, Caldas Novas-GO. **11.673**

-EDITAL DE COMUNICAÇÃO-
Rômulo Teixeira Madureira, CPF. 085.548.031-91, torna publico que requereu da Agencia Goiana do Meio Ambiente, a Licença para Desmatamento em 150,00ha de Cerrado Aberto Baixo, na Fazenda Santo Antônio da Laguna, Barro Alto-GO. **11.673**

-EDITAL DE COMUNICAÇÃO-
Alderico de Souza Caldas, CPF. 076.135.571-91, torna publico que requereu da Agencia Goiana do Meio Ambiente, a Licença para Desmatamento em 95,00ha de Cerrado Aberto Alto, na Fazenda Saco, Zona Rural, Água Fria de Goiás-GO. **11.673**

-EDITAL DE COMUNICAÇÃO-
Antônio Lino de Araújo, CPF. 023.208.041-87, torna publico que requereu da Agencia Goiana do Meio Ambiente, a Licença para Desmatamento (180,00ha de Limpeza de Pasto e 17,90ha de Aproveitamento de Restos de Exploração Florestal, na Fazenda Caetano, Luziânia-GO. **11.673**

-EDITAL DE COMUNICAÇÃO-
Edson Corsi, CPF. 073.454.538-04, torna publico que requereu da Agencia Goiana do Meio Ambiente, a Renovação da Licença de Funcionamento, para Piscicultura, processo 5601.00331/2004-1, na Fazenda Lageado de Baixo, Zona Rural, Itumbiara-GO. **11.673**

-EDITAL DE COMUNICAÇÃO-
Terezinha da Paixão Santana, CPF. 494.407.991-53, torna publico que requereu da Agencia Goiana do Meio Ambiente, a Licença para Desmatamento em 33,54, 33ha de Cerradão, processo 5601.02350/2007-4, na Fazenda São Miguel, local Barreiro, Goiandira-GO. **11.673**

-EDITAL DE COMUNICAÇÃO-
Ludgero Pinto Resende, CPF. 039.541.911-91, torna publico que requereu da Agencia Goiana do Meio Ambiente, a Licença para Desmatamento em 10,00ha na Fazenda Caruru do Mato Grande e 20,00ha na Fazenda Caruru dos Maia e Silva, Abadiânia-GO. **11.673**

-EDITAL DE COMUNICAÇÃO-
Senio Construtora, Incorporadora e Administradora de Imóveis LTDA, CNPJ. 07.318.800/0001-02, torna publico que requereu da Agencia Goiana do Meio Ambiente, a Licença para Desmatamento em 64,47, 45ha, sendo C.A.A, C.A.B e Limpeza de Pasto, na Faz. Rego D’água, Padre Bernardo-GO. **11.673**

-EDITAL DE COMUNICAÇÃO-
Melquíades Fonseca Aguiar Filho, CPF. 118.740.311-34, torna publico que requereu da Agencia Goiana do Meio Ambiente, a Licença para Desmatamento em 15,65,16ha de Cerrado Aberto Baixo, na Fazenda Colônia/Rancho 2R, Padre Bernardo-GO. **11.673**

-EDITAL DE COMUNICAÇÃO-
Marinho Gonçalves Cardoso, CPF. 051.681.801-59, torna publico que requereu da Agencia Goiana do Meio Ambiente, a Licença para Desmatamento em 408,56, 98ha de Cerrado Aberto Alto e Cerrado Aberto Baixo, na Fazenda Ponte de Pedra, Córrego da Porteira ou Água Limpa do Araguaia, Jussara-GO. **11.673**

EDITAL DE COMUNICAÇÃO
CERÂMICA SANTA LÚCIA LTDA, torna público que requereu junto à Agência Ambiental de Goiás, a renovação da licença de funcionamento para extração de argila, processo n.º 5601.05395/2007-2, sito à Fazenda Santa Tereza no município de Caturai-GO. Foi determinada a apresentação do RCA. **11.665**

EDITAL DE COMUNICAÇÃO
CAJUGRAN GRANITOS E MARMORES DO BRASIL LTDA, processo n.º 5601.03325/2002-2, torna público que requereu junto a Agência Ambiental de Goiás, que seja considerada a taxa paga em 16/01/2007 como licença de instalação e não licença de funcionamento, para atendimento de exigência junto ao DNPm, para extração de granito sito à Fazenda Córrego Indaiá, município de Piranhas – GO. **11.665**

EDITAL DE COMUNICAÇÃO
ROSIVALDO RODRIGUES, CPF: 247.727.981-53, torna público que requereu da Agência Ambiental de Goiás, a Licença de Exploração Florestal para desmatamento de 193.6000 há para formação de pastagem, sito a Fazenda Guanabara / Calado, Zona Rural, Município de Niquelandia – GO. **11.671**

EDITAL DE COMUNICAÇÃO
FRIGORIFICO ANICUNS LTDA, torna público que requereu da Agência Ambiental de Goiás, a renovação da Licença de Funcionamento do processo n. 5601.05732/2003-1 para Frigorífico – abate de bovinos, sito a Fazenda Patrimônio Municipal, s/n. Zona Rural, Município de Anicuns – GO. **11.671**

EDITAL DE COMUNICAÇÃO
GILBERTO MARQUES, CPF: 125.163.411-72, torna público que requereu da Agência Ambiental de Goiás, a Licença de Exploração Florestal para desmatamento em 98.02.93 há de formação florestal tipo cerrado aberto baixo e cerrado aberto alto, sito Fazenda Boa Vista dos Pires, zona rural, município de Ipameri - GO. **11.671**

EDITAL DE COMUNICAÇÃO
WILMAR CÉZAR PEIXOTO e ALLISON HENRIQUE BARBOSA, torna público que requereu da Agência Ambiental de Goiás, a Licença de Exploração Florestal para desmatamento de 18.23.81,00 há de formação florestal tipo cerradão, sito à Fazenda São Miguel, zona rural, município de Goiandira - GO. **11.671**

EDITAL DE COMUNICAÇÃO
IRMÃOS BRETAS, FILHOS E CIA LTDA – Bretas Supermercados, CNPJ: 24.444.127/0071-70, torna público que requereu da Agência Ambiental de Goiás, a Licença de Exploração Florestal para Desmatamento em 0,6 há, sito Av. Paulina Fonseca Pascoal, nº 707, setor Central, município de Catalão - GO. **11.671**

EDITAL DE COMUNICAÇÃO
IRMÃOS BRETAS, FILHOS E CIA LTDA – Bretas Supermercados, CNPJ: 24.444.127/0071-70, torna público que requereu da Agência Ambiental de Goiás, a Licença de Instalação para comercio varejista de mercadorias em geral, sito Av. Paulina Fonseca Pascoal, nº 707, setor Central, município de Catalão - GO. **11.671**

EDITAL DE COMUNICAÇÃO
PRO-METALICA MINERAÇÃO CENTRO OESTE S/A, torna público que requereu da Agência Ambiental de Goiás, a Renovação da Licença de Funcionamento do processo n.º 5601.05826/2006-1 para posto de armazenagem de combustível, sito à Fazenda Novo Mundo, Zona Rural, município de Americano do Brasil - GO. **11.671**

EDITAL DE COMUNICAÇÃO
FRIGORIFICO BALBINOS LTDA, torna público que requereu à Agência Ambiental de Goiás, a Licença de Funcionamento, situada à Rodovia GO 302 Km 191- Zona Rural - Aporé - GO. O Empreendimento não se enquadra na resolução CONAMA 001/86, que dispõe sobre o impacto Ambiental. **11.671**

EDITAL DE COMUNICAÇÃO
COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL DOS PRODUTORES RURAIS DO SUDOESTE GOIANO (COMIGO), torna público que requereu da Agência Ambiental de Goiás, a renovação da Licença Instalação - Ampliação para o Armazém Graneleiro, estabelecida à Rodovia GO 174 Km 44 Zona Rural – Montividiu - GO. O Empreendimento não se enquadra na resolução CONAMA 001/86, que dispõe sobre o impacto Ambiental. **11.671**

EDITAL DE COMUNICAÇÃO
COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL DOS PRODUTORES RURAIS DO SUDOESTE GOIANO (COMIGO), torna público que requereu da Agência Ambiental de Goiás, a renovação da Licença de funcionamento para a Indústria De Processamento De Óleos, estabelecida à Rod. GO 174- Zona Rural – Rio Verde - GO. O Empreendimento não se enquadra na resolução CONAMA 001/86, que dispõe sobre o impacto Ambiental. **11.671**

EDITAL DE COMUNICAÇÃO
PLANALTO ENERGÉTICA S/A, torna público que recebeu do INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE e DOS RECURSOS NATURAIS – RENOVÁVEIS - IBAMA, a RENOVAÇÃO DE AUTORIZAÇÃO DE SUPRESSÃO DE VEGETAÇÃO Nº 71/2005, válida até 28 de fevereiro de 2009 do processo nº 0200.008799/2001-34, para proceder a supressão de vegetação (11,1987 de mata ciliar seca e 8,7503 de mata ciliar paludosa), necessária à implantação da Pequena Central Hidrelétrica Planalto, nos municípios de Cassilândia-MS e Aporé-GO. **11.671**

EDITAL DE COMUNICAÇÃO
ANTONIO FERNANDES DE PADUA LOPES, torna público que requereu da Agência Ambiental de Goiás, a renovação da Licença de Piscicultura do processo n. 5601.20036/2001-1 para bovino leiteiro e piscicultura, sito a Fazenda Pouso Alegre na Rod. GO Barro Alto p/ Santa Bárbara, Zona Rural, Município de Barro Alto – GO. **11.671**

Prefeituras Municipais

ESTADO DE GOIÁS
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS BELOS
AVISO DE CONCURSO PÚBLICO
EDITAL Nº. 001/2008

O MUNICÍPIO DE CAMPOS BELOS, Estado de Goiás, avisa a quem possa interessar que no dia de 13 de abril de 2008, realizará **CONCURSO PÚBLICO DE PROVAS** para preenchimento de vagas existentes no seu Quadro de Pessoal de provimento efetivo, conforme Edital, publicado no Placard oficial, localizado na Sede da Prefeitura Local e através do site: www.municípioassessoria.com.br.

As inscrições deverão ser feitas na secretaria da Prefeitura Municipal no período de 17 a 25 de março de 2008, excetuando-se sábado, domingo e feriados durante o expediente normal da Prefeitura.

Editais e maiores informações encontram-se à disposição no local de inscrições durante o expediente ou no site www.municípioassessoria.com.br.

Campos Belos/GO, 07 de março de 2008.

Aurolino José dos Santos Ninha
Prefeito Municipal

SAE

Estado de Goiás
Prefeitura Municipal de Catalão
Superintendência Municipal de Água e Esgoto - SAE

Aviso de Licitação
Processo Licitatório nº 008/2008
Pregão Eletrônico nº 005/2008

A Superintendência Municipal de Água e Esgoto – SAE de Catalão, através do Pregoeiro e Equipe de Apoio, torna público para o conhecimento de todos os interessados que fará realizar Licitação Modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO nº 005/2008-SAE/Catalão**, do tipo menor preço por lote, referente ao **Processo Licitatório nº 008/2008**, objetivando a aquisição de Hidrômetros para a SAE, descritos e especificados no documento ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA, do Edital, com início do recebimento das propostas a partir de 18/03/2008 e o início da sessão de lances dia **27 de março de 2008, a partir das 08:30:00 horas**, no site www.pregao.com.br.

Os interessados poderão obter o Edital e maiores esclarecimentos com o Pregoeiro e Equipe de Apoio, na Superintendência Municipal de Água e Esgoto – SAE, à Rua Kaveffs Abrão nº 660 – Setor Leão, Bairro São Francisco em Catalão / Goiás, telefone: (64) 3442.7036 / 3442.7038, no horário de expediente ou através do site: www.pregao.com.br.

Catalão, 13 de março de 2008.

Nálio Pires
Pregoeiro

ESTADO DE GOIÁS
PREFEITURA MUNICIPAL DE FORMOSA
AVISO DE RESULTADO DA HABILITAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Formosa, através de sua Comissão Permanente de Licitação, comunica aos interessados o resultado da fase de habilitação da Tomada de Preços nº 001/2008, cujo objeto é a Execução dos serviços de ampliação e reforma da Escola Municipal Maria Lúcia de Castro Trindade na Cidade de Formosa-Goiás:

Empresas habilitadas:

- 1 – MASSA CONSTRUTORA LTDA
- 2 – SANTA HELISA ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO LTDA

Empresas inabilitadas:

- 1 – ENGENHARIA E CONSTRUTORA FRANCO DUMONT LTDA, pelo descumprimento do item 3.8.1 do edital.
- 2 – HOLDING MARKETING NET WORLD LTDA-ME, pelo descumprimento do item 3.8 do edital.
- 3 – CONSTRUTORA BRASIL JR LTDA, pelo descumprimento do item 4.3.1 do edital.
- 4 – ENGENMAR CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA, pelo descumprimento dos itens 3.8 e 4.3.1 do edital.
- 5 – JOSÉ MARIA DE MACEDO E CIA LTDA, pelo descumprimento do item 4.3.1 do edital.
- 6 – A P PISCINAS LTDA, pelo descumprimento dos itens 4.3.1 e 4.3.2 do edital.
- 7 – CONSTRUTORA RS LTDA-ME, pelo descumprimento do item 4.3.1 do edital.
- 8 – GOULART E FARIAS CONSTRUÇÕES LTDA, pelo descumprimento dos itens 3.8 e 4.3.1 do edital.

Comunica também, a abertura dos prazos recursais constantes do artigo 109 da Lei 8.666/93, para caso queiram apresentar defesa.

Formosa, 14 de março de 2.008.

MANOEL BOTELHO DA SILVA
Presidente da CPL

ESTADO DE GOIÁS
PREFEITURA MUNICIPAL DE FORMOSA

EXTRATO DE CONTRATOS

Contrato nº 078/2008-CPL: Antares Informática Ltda – Locação e Manutenção de Programa para o Recursos Humanos. Valor: R\$ 12.000,00 / **Contrato nº 082/2008-CPL:** Aécio José Fernandes Ltda – Contratação de caminhões para prestação de serviços de transportes de agregados e lixo. Valor R\$ 91.176,00 / **Contrato nº 086/2008-CPL:** Transportadora Araújo Ferreira Ltda – Contratação dos serviços de Transporte Escolar para os alunos do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI). Valor R\$ 121.000,00 / **Contrato nº 090/2008-CPL:** EMFOL – Empresa de Mineração Formosa Ltda – Aquisição de britas e pó de brita. Valor R\$ 97.200,00 / **Contrato nº 091/2008-CPL:** Mineração Itaúna Ltda – Aquisição de britas e pó de brita. Valor R\$ 11.850,00 / **Contrato nº 096/2008-CPL:** COMPET – Comercial de Derivados de Petróleo Paraná Ltda – Aquisição de Combustíveis. Valor R\$ 104.000,00 / **Contrato nº 097/2008-CPL:** COMPET – Comercial de Derivados de Petróleo Paraná Ltda – Aquisição de Combustíveis. Valor R\$ 77.100,00 / **Contrato nº 098/2008-CPL:** COMPET – Comercial de Derivados de Petróleo Paraná Ltda – Aquisição de Combustíveis. Valor R\$ 717.155,00 / **Contrato nº 099/2008-CPL:** COMPET – Comercial de Derivados de Petróleo Paraná Ltda – Aquisição de Combustíveis. Valor R\$ 178.325,00 / **Contrato nº 100/2008-CPL:** Oliveira Comércio de Derivados de Petróleo Ltda – Aquisição de Combustíveis. Valor R\$ 4.410,00 / **Contrato nº 101/2008-CPL:** Oliveira Comércio de Derivados de Petróleo Ltda – Aquisição de Combustíveis. Valor R\$ 2.940,00 / **Contrato nº 102/2008-CPL:** Oliveira Comércio de Derivados de Petróleo Ltda – Aquisição de Combustíveis. Valor R\$ 4.410,00 / **Contrato nº 105/2008-CPL:** G&O Gráfica e Editora Ltda – Fornecimento de Material Gráfico. Valor R\$ 3.573,00 / **Contrato nº 106/2008-CPL:** Gráfica e Editora Planaltina Ltda-ME – Fornecimento de Material Gráfico. Valor R\$ 10.596,70 / **Contrato nº 109/2008-CPL:** JL Materiais de Construção Ltda – Aquisição de Cimento. Valor R\$ 18.840,00 / **Contrato nº 120/2008-CPL:** Centro-Oeste Asfaltos Ltda – Aquisição de Emulsão Asfáltica. Valor R\$ 77.940,00 / **Contrato nº 123/2008-CPL:** Transportadora Araújo Ferreira Ltda – Contratação de ônibus para o Programa "Morrer com Dignidade". Valor R\$ 24.000,00.

EXTRATO DE TERMOS ADITIVOS

2º Termo Aditivo de reerratificação ao Contrato nº 306/2007-CPL, AEF – Associação de Ensino de Formosa, referente à locação de imóvel destinado aos alunos da Escola Municipal Prof. Joaquim Moreira, Acréscimo no valor: 5.250,00 / **1º Termo Aditivo de reerratificação ao Contrato nº 407/2007-CPL**, Construtora Brasil JR Ltda, referente à Urbanização do Canteiro Central da Avenida Lagoa Feia, Prorrogação de Prazo até 06 de fevereiro de 2008. Acréscimo no valor: R\$ 13.584,71.

ESTADO DE GOIÁS
PREFEITURA MUNICIPAL DE FAZENDA NOVA

CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2008
AVISO DE REABERTURA DE INSCRIÇÕES

Avisamos aos inscritos e aos interessados que serão reabertas as inscrições no período de 18 (dezoito) a 20 (vinte) de março de 2008, podendo ser efetuadas no endereço eletrônico <http://www.orplam.com.br> até as 23 horas e 59 minutos observado o horário oficial de Brasília/DF.

Informamos ainda aos inscritos ao cargo ao cargo de Professor III que a carga horária que era de 20 horas passa a ser de 40 horas, os candidatos inscritos para este cargo que não concordarem com a nova carga horária poderão cancelar a inscrição e reaver o valor pago.

O Edital e maiores informações serão obtidos no site <http://www.orplam.com.br>.

Fazenda Nova, 14 de março de 2008

João Batista de Medeiros
Prefeito Municipal

PREFEITTURA MUNICIPAL DE GOIÂNIA
DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO MUNICÍPIO
COMISSÃO DE LICITAÇÃO

AVISO DE REVOGAÇÃO
TOMADA DE PREÇOS Nº 001/2008.
PROCESSO Nº 3.257.713-0/2007

O DERMU – DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO MUNICÍPIO DE GOIÂNIA, com sede à Rua 21, nº 410, Vila Santa Helena, Goiânia – GO, torna do conhecimento público que fica **REVOGADA** a TOMADA DE PREÇOS nº 001/08, por razões de interesse público decorrente de fato superveniente, em consonância com o disposto no Art. 49, da Lei nº 8.666/93, e no item 20.8 do Edital da referida licitação, cujo objeto tratava-se da construção de um Bueiro Celular no Córrego Vaca Brava e Galerias de Águas Pluviais na quadra 171-A, da Av. T-9 no Setor Bueno.

Comissão de Licitação, 14 de Março de 2008.

Eliel Gonçalves de Lima
Presidente da Comissão de Licitação

Visto:

Engº Mauro Miranda Soares
Diretor Geral do DERMU

PREFEITTURA MUNICIPAL DE GOIÂNIA
DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO MUNICÍPIO
COMISSÃO DE LICITAÇÃO

AVISO DE REVOGAÇÃO
TOMADA DE PREÇOS Nº 002/2008
PROCESSO Nº 3.358.088-1/2008

O DERMU – DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO MUNICÍPIO DE GOIÂNIA, com sede à Rua 21, nº 410, Vila Santa Helena, Goiânia – GO, torna do conhecimento público que fica **REVOGADA** a TOMADA DE PREÇOS nº 002/08, por razões de interesse público decorrente de fato superveniente, em consonância com o disposto no Art. 49, da Lei nº 8.666/93, e no item 20.8 do Edital da referida licitação, cujo objeto tratava-se da construção de uma PONTE em concreto armado sobre o RIBEIRÃO ANICUNS, ligando a Rua 17 da Vila Santa Helena com o Setor Gentil Meirelles.

Comissão de Licitação, 14 de Março de 2008.

Eliel Gonçalves de Lima
Presidente da Comissão de Licitação

Visto:

Engº Mauro Miranda Soares
Diretor Geral do DERMU

ESTADO DE GOIÁS
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARANI DE GOIÁS

TOMADA DE PREÇO Nº 003/2008

A Prefeitura Municipal de Guarani de Goiás, torna público que fará às 10:00 horas do dia 03 de abril de 2008, em sua sede, situada à Av. Savagé Alves de Oliveira, S/N, Centro, Guarani de Goiás – GO (**SALA DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**), nos termos da Lei nº 8.666/93, Licitação Pública, na modalidade de **Tomada de Preço Tipo Menor Preço**, para o serviço de Fornecimento de Combustíveis e Lubrificantes para veículos da Frota Municipal de Guarani de Goiás (Administração Geral, Secretaria de Saúde, Secretaria de Educação). O Edital e maiores informações encontram-se à disposição dos interessados na **COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**, no endereço acima, onde poderão ser retirados na forma legal, de segundas às sextas-feiras, das 13:00 às 17:00 horas. Tel. (62) 3449-1133 / 3449-1116.

Guarani de Goiás, 14 de Março de 2008.

MANOEL DE MOURA SALES
Prefeito Municipal

ESTADO DE GOIÁS
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOVIÂNIA
Secretaria Municipal de Adm e Planejamento

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL 01/08

A Prefeitura Municipal de Joviânia comunica a todos os interessados que fará realizar na sua sede a seguinte licitação, na modalidade PREGÃO, respeitando especialmente a lei nº 10.520/02:

OBJETO: escolha de instituição financeira para serviços bancários, inclusive folha de pagamento, Recursos: Tesouro Municipal.

Data da abertura: 08 de abril de 2008, às 11:00 h.

Maiores informações: Prefeitura Municipal de Joviânia-GO

Fones (64)3408-7000, entre 08:00 e 11:00 h ou das 13:00 as 17:30 h.

Joviânia, 14 de março de 2008.

PREGOEIRO MUNICIPAL/EQUIPE DE APOIO - Prefeitura Municipal de Joviânia

PREFEITURA MUNICIPAL DE JATAÍ
COMUNICADO

A Prefeitura Municipal de Jataí-GO, pessoa jurídica inscrita no CNPJ(MF) sob nº 01.165.729/0001-80, com sede na Rua Itarumã nº 355, Setor Santa Maria, na cidade de Jataí, comunica que requereu junto à SMACT – Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Ciência e Tecnologia, a Licença Prévia para Construção e Reforma do Parque Olho D'água , de acordo com as Legislações Ambientais Pertinentes.

FERNANDO HENRIQUE PERES
Prefeito Municipal

ESTADO DE GOIÁS
PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZIÂNIA

Tomada de Preços n.º 018/2008

AVISO DE ADIAMENTO DE LICITAÇÃO E SUSPENSÃO DE VISITA

A Prefeitura Municipal de Luziânia, Estado de Goiás, por intermédio da Comissão Permanente de Licitação, diante da necessidade de atualização do ANEXO I – Planilha Orçamentária e ANEXO VI – Cronograma Físico Financeiro, torna público, para conhecimento dos interessados, que a **Tomada de Preços nº 018/2008 – Construção de Escola Padrão no Parque Estrela Dalva V – FICA ADIADA para o dia 10/04/2008, às 09:00 horas, com suspensão da visita anteriormente designada, fixando-se nova data da visita para o dia 07/04/2008, às 09:00 horas.**

O Adendo contendo as referidas modificações estará disponível aos interessados a partir do dia 26/03/2008.

Luziânia, 13 de março de 2008.

Neusa Maria Siqueira
Presidente da CPL

ESTADO DE GOIÁS
PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZIÂNIA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

AVISO DE CANCELAMENTO DE LICITAÇÃO

A Município de Luziânia, Estado de Goiás, por intermédio do Pregoeiro, torna público aos interessados, o **CANCELAMENTO DO PREGÃO ELETRÔNICO**, aberto pelo Edital nº 010/2008 – **Aquisição de Material Didático/Pedagógico e Uniformes para uso da Secretaria Municipal de Educação**, por relevante interesse da administração municipal.

Luziânia, 13 de março de 2008.

Edioman Antônio Gomes dos Santos
Pregoeiro

PREFEITURA MUNICIPAL DE NIQUELÂNDIA

AVISO DE PUBLICAÇÃO
Licitação na Modalidade Pregão Eletrônico
Edital nº. 001/08

A PREFEITURA MUNICIPAL DE NIQUELANDIA, Estado de Goiás, por meio das Secretarias Municipais, torna público que fará realizar licitação na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO nº. 001/2008 (Regido pela Lei 10.520/2002, Decreto Municipal 522 de 28 de Novembro de 2006), sendo às 09:00 horas do dia 03 de Abril de 2008, aquisição de equipamentos diversos, equipamentos de processamentos de dados, mobiliário em geral, conforme especificações no Edital e seus anexos. O local da sessão pública será na Sala da Comissão Permanente de Licitação, localizada na Rua Teófilo Taveira nº. 21, Centro nesta cidade de Niquelândia-GO, licitação do Tipo Menor Preço. Cópias do edital encontram-se à disposição dos interessados por meio do site: www.pregao.com.br.

Niquelândia, 14 de Março de 2008

MARIA CÂNDIDA DE MELO SILVA
Pregoeira Municipal Decreto nº. 308

PREFEITURA MUNICIPAL DE OURO VERDE DE GOIÁS
ESTADO DE GOIÁS

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 002/2008
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 001/2008

O Município de Ouro Verde de Goiás, Estado de Goiás, comunica aos interessados, que fará realizar Pregão Presencial, cujo Edital assim se resume:

Objeto: Contratação de instituição financeira, para a prestação de serviços de pagamento de vencimentos, salários, proventos, pensões e similares, dos servidores de administração pública municipal, conforme especificações contidas no formulário proposta e anexos, partes integrantes do edital

Proposta e Documentação. Serão recebidas no dia 03 de Abril de 2008, às 15:30 (quinze e trinta) horas, no seguinte endereço: Rua do Comércio nº 29 Centro, Ouro Verde de Goiás – Goiás. Edital. Poderá ser obtido junto à Secretaria de Administração do Município de Ouro Verde de Goiás, no endereço acima mencionado.

Ouro Verde de Goiás, 13 de março de 2008.

ANÍZIO FLORENTINO ALVES
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO QUENTE – GO
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

A Prefeitura Municipal de RIO QUENTE, Estado de Goiás, torna público a realização do(s) procedimento(s) licitatório(s) em sua sede, sito à Avenida José Dias Guimarães, s/n., Centro, Rio Quente-Go, em sessão pública na forma da Lei nº 10.520/2002, Portaria Municipal nº 115/2007, e, subsidiariamente, às normas da Lei nº 8666/93, bem como as condições previstas no Edital, na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, do tipo menor preço por lote. O Edital e maiores informações poderão ser obtidos na Secretaria Municipal de Administração desta municipalidade, a partir da publicação deste na imprensa ou pelo fone: (64) 3452-7003.

MODALIDADE	PREGAO PRESENCIAL Nº 01/2008
OBJETO	Aquisição de materiais para manutenção de veículos e máquinas rodoviárias da Prefeitura Municipal de Rio Quente até 31/12/2008.
DATA	1º/04/20008
TIPO	MENOR PREÇO POR LOTE
HORA	08:30 HORAS

Rio Quente, 13 de março de 2008.

OTÁVIO MARCOLINO DOS SANTOS
PREGOEIRO

ESTADO DE GOIÁS
PREFEITURA MUNICIPAL DE SENADOR CANEDO
CPL – COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

AVISO DE PUBLICAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 033/2008- CPL

A Pregoeira Livia de Mattos e sua equipe de apoio, designada pelo Decreto nº 008 de 02 de janeiro de 2008, torna público, para conhecimento dos interessados, que será realizado a licitação, na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL Nº 033/2008**, tipo **MENOR PREÇO POR ITEM**, de conformidade com as disposições da Lei 10.520/2002, bem como as condições a seguir estabelecidas:

OBJETO: Contratação de empresa para o fornecimento de materiais betuminosos, agregados e artefatos de cimento para aplicação na malha rodoviária e galerias de águas pluviais, para atender a Prefeitura Municipal de Senador Canedo, conforme processo nº 2008001567.

DATA: 03/04/2008 às 09:00 horas, na sede da Comissão Permanente de Licitação, situada na GO 403 KM 09 Conjunto Morada do Morro, Senador Canedo – Goiás.

Livia de Mattos
Pregoeira

ESTADO DE GOIÁS
PREFEITURA MUNICIPAL DE SENADOR CANEDO
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

AVISO DE RESULTADO
CONCORRÊNCIA Nº 002/2008

O município de Senador Canedo torna público para conhecimento dos interessados, o resultado, por meio da autoridade competente, da licitação na modalidade **CONCORRÊNCIA 002/2008**, tipo **MENOR PREÇO GLOBAL** no regime de execução - empreitada global, consubstanciado nos autos do processo nº 2007008878, para atender à Prefeitura Municipal de Senador Canedo, conforme tabela abaixo:

LICITANTE VENCEDORA	VALOR GLOBAL
CONSTRUTORA COSTA GOMES LTDA	1.978.648,53
Hum milhão novecentos e setenta e oito mil seiscentos e quarenta e nove reais e cinquenta e três centavos	

Secretaria Municipal de Administração, aos 14 dias do mês de março do ano de 2008.

ALTAMIR DE CASTRO BRITO
Secretário Municipal de Administração

ESTADO DE GOIÁS
PREFEITURA MUNICIPAL
SÃO LUÍS DE MONTES BELOS

Ofício de Convocação nº 240 /2008 Em 11 de fevereiro de 2008.

Prezado (a) Senhor (a)

Venho pelo presente e na condição de Prefeita Municipal de São Luís de Montes Belos, no uso da competência e atribuições que me conferem as Constituição da República e do Estado de Goiás, bem assim a Lei Orgânica do Município, no exercício de direção da Administração Municipal e tendo em vista as necessidades dos serviços, à presença de Vossa Senhoria, cumprido formalidades de praxe, **CONVOCA-LO(A) a comparecer**, munido(a) de documentação exigida em lei e no Edital, ao Departamento de Recursos Humanos da Secretaria de Administração, no edifício sede da Prefeitura Municipal, no horário de expediente, para tomar posse no cargo de **Médico Clínico Geral** do quadro de pessoal do provimento efetivo do município, no âmbito do Poder Executivo, para o qual foi Vossa Senhoria habilitado e aprovado em Concurso Público realizado em 09 de setembro de 2007, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da data de entrega e assinatura na 2ª via do presente ofício, e apresentar a documentação exigida.

A justificativa de não comparecimento deverá ocorrer, em caso de força maior ou motivo aceitável e justificável, por escrito com a juntada da documentação idônea que o comprove, diretamente ou por representante legal, no prazo acima citado.

Assim sendo, prevaleço-me da ocasião para apresentar a Vossa Senhoria os meus mais sinceros votos de real estima e particular apreço.

Atenciosamente,

Marisa Assis de Oliveira Guimarães
Prefeita Municipal

ESTADO DE GOIÁS
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LUÍS DE MONTES BELOS

EDITAL DE CHAMAMENTO Nº 001/2008

O MUNICÍPIO DE SÃO LUÍS DE MONTES BELOS-GO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 02.320.406/0001-87, sediado na Rua Rio da Prata, 662 – centro – São Luís de Montes Belos, torna público que em cumprimento aos preceitos contidos na Lei nº 8.666/93, Resolução Normativa nº 017/98 do TCM/GO e Decisão Plenária nº 24/2000 do TCM/GO, Estará recebendo até a data de **28 de março de 2008**, na **Secretaria Municipal de Saúde**, sito na Rua Floresta Qd. 62 Lt. 18, Setor Rodoviário, no horário de expediente, as inscrições para credenciamento de profissionais da área de saúde para posterior prestação de serviços, na seguinte especialidade: **médico clínico geral**, para prestação de serviços em regime de credenciamento, visando o atendimento da população desta municipalidade. Os interessados deverão apresentar documentos pessoais (RG e CPF); comprovante de inscrição no conselho ou órgão equivalente; certificado de conclusão do curso; *curriculum vitae*; declaração de ter conhecimento da tabela de serviços da área de saúde aprovada pelo CMS. Os valores a serem pagos aos credenciados serão definidos pelo mesmo Conselho, conforme tabela devidamente aprovada.

Maiores informações e edital poderão ser obtidas na Secretaria Municipal de Saúde, nesta, no horário de expediente.

Publique-se.

Gabinete da Prefeita, 12 de março de 2008.

MARISA ASSIS OLIVEIRA GUIMARÃES
Prefeita Municipal

ESTADO DE GOIÁS
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO D'ALIANÇA

EDITAL DE LICITAÇÃO
TOMADA DE PREÇO Nº004/2008

A Prefeitura do Município de São João d'Aliança, Estado de Goiás, torna público que fará realizar em sua sede, no dia 31.03.2008 às 15:00 horas, à Rua Goiás nº. 629, licitação na modalidade **Tomada de Preços**, por tipo menor preço por item, para contratação de serviços de transporte escolar destinados a Prefeitura Municipal de São João d'Aliança. Edital e anexos.poderão ser retirado junto à CLP, mediante apresentação do DAM, devidamente recolhido, da importância de R\$ 40,00 (quarenta) reais, referente ao custo das referidas cópias. Maiores informações pelo fone: (62) 3438-1161 / 1944. São João d'Aliança (GO), 14 de março de 2008. Renilze Geiss de Almeida – Presidente da CPL

ESTADO DE GOIÁS
PREFEITURA MUNICIPAL DE VALPARAISO GOIÁS
AVISO DE LICITAÇÃO
TOMADA DE PREÇO Nº001/2008

A Prefeitura Municipal de Valparaíso de Goiás, pessoa jurídica de direito público, localizada a Av Desembargador Dr José Dilermando Meireles Área Especial Norte s/n, Cidade Jardins, Valparaíso de Goiás, Estado de Goiás, inscrita no CNPJ sob o nº 01.616.319/0001-09, torna público para conhecimento dos interessados que fará realizar Licitação sob a modalidade de TOMADA DE PREÇO, nº 001/2008 às 10horas do dia 03 (três) de abril de 2008, para contratação de empresa especializada para execução de obras sob o regime de empreitada por MENOR PREÇO GOBAL, cujo objetivo é a execução de obras de Reforma da Escola Municipal Cecília Meireles no Município de Valparaíso de Goiás, tudo de acordo com a Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, com suas alterações posteriores e pelas disposições deste edital. Informamos aos interessados que o endereço acima citado é o local para obtenção das informações do referido edital, telefone (061) 3627-8953 ramal 219. Valparaíso de Goiás,18 de março de 2008.

MARIA VALDENEIA MELO BARBALHO RABELO
Presidente da Comissão de Licitação



CNPJ Nº 01.540.541/0001-75

RELATÓRIO DA DIRETORIA

Senhores Acionistas:
Apresentamos as demonstrações contábeis do Banco Beg S.A., relativas aos exercícios de 01/01 a 31/12 de 2007 e 2006, as quais seguem os dispositivos estabelecidos pelo Banco Central do Brasil (BACEN).
Goiânia, 11 de fevereiro de 2008.
A Diretoria

BALANÇO PATRIMONIAL (Em Milhares de Reais)

	31/12/2007	31/12/2006		31/12/2007	31/12/2006
ATIVO			PASSIVO		
CIRCULANTE	20.460	16.591	CIRCULANTE - OUTRAS OBRIGAÇÕES	19.646	21.049
DISPONIBILIDADES	2	1	Sociais e Estatutárias (Nota 6b)	200	242
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ -			Fiscais e Previdenciárias (Notas 3c, 3d e 4c)	4.908	5.347
Aplicações no Mercado Aberto (Notas 3a e 7)	7.744	7.531	Diversas (Nota 8c)	14.538	15.460
OUTROS CRÉDITOS - Diversos (Nota 8b)	12.714	9.059	EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	20.035	16.941
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	357.539	339.474	DEPÓSITOS - Depósitos Interfinanceiros (Notas 3a e 7)	12.365	11.060
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ -			OUTRAS OBRIGAÇÕES	7.670	5.881
Aplic. em Depósitos Interfinanceiros (Notas 3a e 7)	265.134	237.158	Fiscais e Previdenciárias (Notas 3c, 3d e 4c)	6.192	4.488
OUTROS CRÉDITOS - Diversos (Nota 8b)	92.405	102.316	Diversas (Nota 8c)	1.478	1.393
PERMANENTE - INVESTIMENTOS - Participação em Coligada -			PATRIMÔNIO LÍQUIDO (Nota 6)	346.819	325.996
No País (Notas 3b e 5)	8.501	7.921	Capital Social de Domiciliados no País	160.000	160.000
TOTAL DO ATIVO	386.500	363.986	Reservas de Capital	34.177	34.177
			Reservas de Lucros	152.639	131.814
			Ajuste ao Valor de Mercado - TVM e Derivativos	3	5
			TOTAL DO PASSIVO	386.500	363.986

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO (Em Milhares de Reais)

	2º Semestre 2007	01/01 a 31/12/2007	01/01 a 31/12/2006
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA			
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários	15.935	34.367	37.799
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA			
Operações de Captação no Mercado (Nota 7)	(641)	(1.305)	(1.061)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	15.294	33.062	36.738
OUTRAS RECEITAS/ (DESPESAS) OPERACIONAIS	(363)	(464)	905
Despesas de Pessoal	(27)	(27)	—
Outras Despesas Administrativas	(295)	(427)	(373)
Despesas Tributárias (Nota 3d)	(718)	(1.554)	(1.792)
Resultado de Participações em Coligadas (Notas 3b e 5)	257	583	1.489
Outras Receitas/ (Despesas) Operacionais	420	961	1.581
RESULTADO OPERACIONAL	14.931	32.598	37.643
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	—	—	3
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	14.931	32.598	37.646
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL			
(Notas 3d e 4a)	(5.065)	(11.573)	(12.211)
Devidos sobre Operações do Período	(3.537)	(8.168)	(9.643)
Referentes a Diferenças Temporárias	(1.528)	(3.405)	(2.567)
LUCRO LÍQUIDO	9.866	21.025	25.436
Nº DE AÇÕES EM CIRCULAÇÃO (Nota 6a)	3.473.480	3.473.335	3.473.335
LUCRO LÍQUIDO POR AÇÃO - R\$	2,84	6,05	7,32
VALOR PATRIMONIAL POR AÇÃO - R\$	99,26	99,26	93,86

DEMONSTRAÇÃO DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS

(Em Milhares de Reais)	2º Semestre 2007	01/01 a 31/12/2007	01/01 a 31/12/2006
A - ORIGENS DOS RECURSOS	13.964	28.390	35.003
LUCRO LÍQUIDO AJUSTADO	9.609	20.442	23.943
- Lucro Líquido:	9.866	21.025	25.436
- Ajustes ao Lucro Líquido	(257)	(583)	(1.493)
Resultado de Participação em Coligadas	(257)	(583)	(1.489)
Outros	—	—	(4)
RECURSOS DE TERCEIROS:	4.355	7.948	11.060
- Aumento dos Subgrupos do Passivo	3.119	1.693	11.060
Depósitos	641	1.305	11.060
Outras Captações	2.478	388	—
- Diminuições dos Subgrupos do Ativo -			
Outros Créditos	1.236	6.255	—
B - APLICAÇÕES DOS RECURSOS	13.963	28.389	35.003
DIVIDENDOS PROVISIONADOS	94	200	241
UMENTOS DOS SUBGRUPOS DO ATIVO	13.869	28.189	31.924
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	13.869	28.189	21.104
Outros Créditos	—	—	10.820
REDUÇÃO DOS SUBGRUPOS DO PASSIVO -			
Outras Obrigações	—	—	2.838
UMENTO (REDUÇÃO) DAS DISPONIBILIDADES (A - B)	1	1	—
MODIFICAÇÕES NA POSIÇÃO FINANCEIRA:			
Disponibilidades:			
- Início do Período	1	1	1
- Fim do Período	2	2	1
- Variação	1	1	—

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (Nota 6) (Em Milhares de Reais)

	Capital Realizado	Reservas de Capital	Reservas de Lucros	Ajuste ao Valor de Mercado TVM e Derivativos	Lucros Acumulados	Total
SALDOS EM 01/07/2007	160.000	34.177	142.867	8	—	337.052
Variação do Ajuste a Valor de Mercado	—	—	—	(5)	—	(5)
Lucro Líquido	—	—	—	—	9.866	9.866
Destinação:						
Reserva Legal	—	—	493	—	(493)	—
Reservas Estatutárias	—	—	9.279	—	(9.279)	—
Dividendos Provisionados	—	—	—	—	(94)	(94)
SALDOS EM 31/12/2007	160.000	34.177	152.639	3	—	346.819
MUTAÇÕES DO PERÍODO	—	—	9.772	(5)	—	9.767
SALDOS EM 01/01/2006	147.201	34.177	119.418	—	—	300.796
Capitalização de Reservas - AÇÃO 04/2006	12.799	—	(12.799)	—	—	—
Variação do Ajuste a Valor de Mercado	—	—	—	5	—	5
Lucro Líquido	—	—	—	—	25.436	25.436
Destinação:						
Reserva Legal	—	—	1.272	—	(1.272)	—
Reservas Estatutárias	—	—	23.923	—	(23.923)	—
Dividendos Provisionados	—	—	—	—	(241)	(241)
SALDOS EM 31/12/2006	160.000	34.177	131.814	5	—	325.996
MUTAÇÕES DO PERÍODO	12.799	—	12.396	5	—	25.200
Variação do Ajuste a Valor de Mercado	—	—	—	(2)	—	(2)
Lucro Líquido	—	—	—	—	21.025	21.025
Destinação:						
Reserva Legal	—	—	1.051	—	(1.051)	—
Reservas Estatutárias	—	—	19.774	—	(19.774)	—
Dividendos Provisionados	—	—	—	—	(200)	(200)
SALDOS EM 31/12/2007	160.000	34.177	152.639	3	—	346.819
MUTAÇÕES DO PERÍODO	—	—	20.825	(2)	—	20.823

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - EXERCÍCIOS DE 01/01 A 31/12 DE 2007 E 2006 (Em Milhares de Reais)

NOTA 1 - CONTEXTO OPERACIONAL

O Banco Beg S.A. (BEG) tem por objeto a atividade bancária, nas modalidades autorizadas para banco múltiplo, com carteira comercial.

NOTA 2 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis do BEG foram elaboradas de acordo com a Lei das Sociedades por Ações e normativos do Banco Central do Brasil (BACEN) e de Conselho Monetário Nacional (CMN), que incluem práticas e estimativas contábeis no que se refere à constituição de provisões.

NOTA 3 - RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) **Aplicações Interfinanceiras de Liquidez, Depósitos Interfinanceiros e Demais Operações Ativas e Passivas** - As operações com cláusula de atualização monetária e as operações com encargos prefixados estão registradas a valor presente, calculadas "pro rata die" com base na variação do indexador e na taxa de juros pactuados.

b) **Investimentos** - Em coligada está avaliado pelo método de equivalência patrimonial.

c) **Passivos Contingentes e Obrigações Legais - Fiscais e Previdenciárias** - São avaliados, reconhecidos e divulgados de acordo com as determinações estabelecidas na Resolução nº 3.535, de 31/01/2008, do CMN.

I. Passivos Contingentes - Decorrem basicamente de processos judiciais e administrativos, inerentes ao curso normal dos negócios, movidos por terceiros e órgãos públicos, em ações trabalhistas, cíveis e de natureza fiscal e previdenciária. Essas contingências, coerentes com práticas conservadoras adotadas, são avaliadas por assessores legais e levam em consideração a probabilidade que recursos financeiros sejam exigidos para liquidar as obrigações e que o montante das obrigações possa ser estimado com suficiente segurança. As contingências são classificadas como prováveis, para as quais são constituídas provisões; possíveis, que somente são divulgadas sem que sejam provisionadas; e remotas, que não requerem provisão e divulgação.

Os Depósitos Judiciais em Garantia correspondentes são atualizados de acordo com a regulamentação vigente.

II. Obrigações Legais - Fiscais e Previdenciárias - Representadas por exigíveis relativos às obrigações tributárias, cuja legalidade ou constitucionalidade é objeto de contestação judicial, constituídas pelo valor integral em discussão.

Os Exigíveis e os Depósitos Judiciais correspondentes são atualizados de acordo com a regulamentação vigente.

O BEG, com base na opinião de seus assessores legais, não está envolvido em quaisquer outros processos administrativos ou judiciais, que possam afetar significativamente os resultados de suas operações.



CNPJ Nº 01.540.541/0001-75

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - EXERCÍCIOS DE 01/01 A 31/12 DE 2007 E 2006 (Em Milhares de Reais) (Continuação)

d) Tributos - Calculados às alíquotas abaixo demonstradas, consideram, para efeito das respectivas bases de cálculo, a legislação vigente pertinente a cada encargo.

Impostos de Renda	15,00%
Adicional de Imposto de Renda	10,00%
Contribuição Social (Nota 8e II)	9,00%
PIS	0,65%
COFINS	4,00%
ISS	até 5,00%
CPMF (*)	0,38%

(*) A partir de 01/01/2008, a retenção e o recolhimento desta contribuição foram encerrados conforme Instrução Normativa nº 450, de 21/09/2004, da Secretária da Receita Federal.

NOTA 4 - TRIBUTOS

a) Composição das Despesas com Impostos e Contribuições

I - Demonstramos a seguir o Imposto de Renda e Contribuição Social devidos sobre as operações do período e sobre as diferenças temporárias decorrentes de adições e exclusões:

	01/01 a 31/12/2007	01/01 a 31/12/2006
Devidos sobre Operações do Período	32.598	37.646
Resultado Antes do Imposto de Renda e Contribuição Social		
Encargos (Imposto de Renda e Contribuição Social) às alíquotas de 25% e 9% (Nota 3d), respectivamente	(11.083)	(12.800)
Acréscimos/Decréscimos aos encargos de Imposto de Renda e Contribuição Social decorrentes de:		
Exclusões Permanentes	273	590
Participações em Coligadas e Controladas	199	508
Despesas Indedutíveis e Outros	74	82
(Inclusões)/Exclusões Temporárias	294	(203)
Compensação sobre Prejuízo Fiscal	2.348	2.770
Despesa com Imposto de Renda e Contribuição Social	(8.168)	(9.643)
Referentes às Diferenças Temporárias		
Constituição/ (Reversão) do Período	(2.642)	(2.567)
Constituição/ (Reversão) de Períodos Anteriores	(763)	—
Despesa de Tributos Diferidos	(3.405)	(2.567)
Total de Imposto de Renda e Contribuição Social	(11.573)	(12.210)

NOTA 5 - INVESTIMENTOS - PARTICIPAÇÃO EM COLIGADA

Capital	
Patrimônio Líquido	
Valor Contábil do Investimento em 31/12/2007	
Valor Contábil do Investimento em 31/12/2006	
Cotas Possuídas pelo BEG	
Participação no Capital Votante e no Capital Social	
Lucro Líquido do Exercício	
Ajuste Decorrente de Avaliação - 01/01 a 31/12/2007	
Ajuste Decorrente de Avaliação - 01/01 a 31/12/2006	

(a) Investimento adquirido em 31.10.2007 na incorporação da Sisplan pela Itaubank Com. e Part. Ltda., Reflete participação em outras variações do patrimônio líquido da coligada no montante de: (1) R\$ 20 e (2) R\$ (4); (c) Reflete ajuste extra-contábil de forma a padronizar os procedimentos no âmbito da investidora no montante de R\$ 414.

NOTA 6 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Ações

O capital social está representado por 3.473.380 ações escriturais ordinárias, sem valor nominal.

b) Dividendos

Os acionistas têm direito a dividendo mínimo obrigatório de 1% do Lucro Líquido, ajustado conforme disposto na Lei das Sociedades por Ações. Em 31/12/2007 foi provisionado o valor de R\$ 200 equivalente ao dividendo mínimo obrigatório, registrado em Outras Obrigações - Sociais e Previdenciárias.

c) Reservas de Capital e de Lucros

	31/12/2007	31/12/2006
RESERVA DE CAPITAL	34.177	34.177
Reserva Especial (Art. 2º - Lei nº 8.200/91)	1.333	1.333
Reservas Decorrentes de Incentivos Fiscais e Atualização de Títulos Patrimoniais	45	45
Opções por Incentivos Fiscais	887	887
Recomposição Patrimonial (1)	31.912	31.912
RESERVAS DE LUCROS	152.639	131.814
Legal	6.503	5.452
Especial (2)	146.136	126.362

(1) O Estado de Goiás constituiu fundo para garantir ao BEG e sua controlada recomposição patrimonial em decorrência de ações cíveis, trabalhistas, fiscais e outras superveniências passivas atribuíveis a períodos anteriores a maio de 1999, conforme Edital de Venda nº 2001/001, publicado em 19/10/2001 pelo BACEN.

(2) Constituída visando possibilitar a formação de recursos para o exercício do direito preferencial de subscrição em aumentos de capital das empresas participadas, futuras incorporações desses recursos ao capital social e para o pagamento de dividendos intermediários conforme previsto no estatuto.

d) Eventos Subsequentes

Em AGE de 14/01/2008, que se encontra em processo de homologação pelo BACEN, foi deliberado aumento do capital social no montante de R\$ 700.000 em dinheiro, com emissão de 7.034.895 ações ordinárias escriturais, sem valor nominal, subscritas pelo acionista Banco Itaú S.A..

DIRETORIA

Diretor Presidente
HENRI PENCHAS

Vice-Presidentes Seniores
ALFREDO EGYDIO SETUBAL
ANTONIO JACINTO MATIAS

Vice-Presidentes Executivos
RODOLFO HENRIQUE FISCHER
RONALD ANTON DE JONGH

Diretores Gerentes Seniores
CARLOS HENRIQUE MUSSOLINI
JACKSON RICARDO GOMES

Diretores Gerentes
CÍCERO MARCUS DE ARAÚJO
ERIVELTO CALDERAN CORRÊA
MARCO ANTONIO ANTUNES

Diretor Júnior “S”
OTTAVIO ALDO RONCO

Contador
JOSÉ MANUEL DA COSTA GOMES
CRC 1SP219892/O-0-S-GO

Sede: Rua 2, 140 - 1ª sobreloja - Goiânia (GO)

b) Tributos Diferidos

I - A estimativa de realização e o valor presente dos créditos tributários e da contribuição social a compensar, decorrente da Medida Provisória nº 2.158-35, de 24/08/2001, de acordo com a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, com base no histórico de rentabilidade e em estudo técnico de viabilidade, são:

Ano de Realização	Diferenças Temporárias (1)	Prejuízo Fiscal e Base Negativa	Total	Contribuição Social a Compensar
2008	622	6.806	7.428	3.476
2009	616	5.006	5.622	3.843
2010	616	—	616	3.878
2011	616	—	616	1.540
2012	616	—	616	—
Acima de 2012	3.368	—	3.368	—
Total em 31/12/2007	6.454	11.812	18.266	12.737
Total em 31/12/2006	7.233	14.694	21.927	13.523

Valor Presente em 31/12/2007 (2) 4.852 10.842 15.694 11.166

(1) Representado basicamente por Provisão para Cobertura de Insuficiência Atuarial de R\$ 4.930 (R\$ 5.565 em 31/12/2006), contabilizados em Outros Créditos Diversos.

(2) Para o ajuste a valor presente foi utilizada a taxa média de captação, líquida dos efeitos tributários.

As projeções de lucros tributáveis futuros incluem estimativas referente a variáveis macroeconômicas, taxas de câmbio, taxas de juros, volume de operações financeiras e tarifas de serviços entre outros que podem apresentar variações em relação aos dados e valores reais.

O lucro líquido contábil não tem relação direta com o lucro tributável para o imposto de renda e contribuição social, em função das diferenças existentes entre os cálculos contábeis e a legislação fiscal pertinente, além de aspectos societários. Portanto, recomendamos que a evolução da realização dos créditos tributários decorrentes das diferenças temporárias e prejuízos fiscais não sejam tomadas como indicativo de lucros líquidos futuros.

II - Não existem Créditos Tributários não contabilizados.

c) Obrigações Fiscais e Previdenciárias - Totalizam R\$ 11.100 (R\$ 9.835 em 31/12/2006) e estão representadas basicamente por Impostos e Contribuições sobre Lucros a Pagar/Recolher de R\$ 4.908 (R\$ 5.347 em 31/12/2006) e por Obrigações Legais - Fiscais e Previdenciárias de R\$ 6.183 (R\$ 4.486 em 31/12/2006), cuja legalidade e constitucionalidade é objeto de contestação judicial, constituídas pelo valor integral em discussão (Nota 3c).

Itaubank Comercial e Participações Ltda. (a)	SISPLAN - Sistema de Proc. Dados, Planj. Adm. Cartão de Crédito Ltda. (a)
422.424	—
640.500	—
8.501	8.501
—	7.921 (c)
7.377.321	—
1,33%	—
5.937	—
99 (b1)	484
—	1.489 (b2) (c)
	1.489

(a) Investimento adquirido em 31.10.2007 na incorporação da Sisplan pela Itaubank Com. e Part. Ltda., Reflete participação em outras variações do patrimônio líquido da coligada no montante de: (1) R\$ 20 e (2) R\$ (4); (c) Reflete ajuste extra-contábil de forma a padronizar os procedimentos no âmbito da investidora no montante de R\$ 414.

NOTA 7 - PARTES RELACIONADAS

As operações realizadas entre partes relacionadas, basicamente com o Banco Itaú S.A., são efetuadas a valores, prazos e taxas médias usuais de mercado, vigentes nas respectivas datas, e em condições de comutatividade. Entre essas operações destacam-se:

	Ativos/(Passivos)		Receitas/(Despesas)	
	31/12/2007	31/12/2006	01/01 a 31/12/2007	01/01 a 31/12/2006
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez(*)	272.878	244.689	28.843	32.993
Depósitos Interfinanceiros	(12.365)	(11.060)	(1.305)	(1.061)

(*) O montante de R\$ 272.878 (R\$ 244.689 em 31/12/2006) é distribuído em R\$ 7.744 (R\$ 7.531 em 31/12/2006) com vencimento até 365 dias e R\$ 265.134 (R\$ 237.158 em 31/12/2006) acima de 365 dias.

NOTA 8 - INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

a) Em 31/12/2007 e 31/12/2006 não existiam posições em aberto no mercado de derivativos.

b) Outros Créditos - Diversos - Totalizam R\$ 105.119 (R\$ 111.375 em 31/12/2006) e estão compostos basicamente por Créditos Tributários R\$ 18.266 (R\$ 21.927 em 31/12/2006), Contribuição Social a Compensar R\$ 12.737 (R\$ 13.523 em 31/12/2006) e Impostos e Contribuições a Compensar R\$ 73.995 (R\$ 75.815 em 31/12/2006).

c) Outras Obrigações - Diversas - Totalizam R\$ 16.016 (R\$ 16.853 em 31/12/2006) e estão compostas basicamente por Provisão para Planos Previdenciários R\$ 14.499 (R\$ 15.420 em 31/12/2006) e Provisões para Passivos Contingentes R\$ 1.478 (R\$ 1.393 em 31/12/2006).

d) Gerenciamento de Risco Operacional - O BEG, por intermédio da instituição líder Banco Itaú Holding Financeira S.A., aderiu à estrutura de gerenciamento de risco operacional em atendimento à Resolução nº 3.380, de 29/06/2006, do CMN. A descrição da estrutura de gerenciamento de risco operacional será disponibilizada no site de Relacionamento com Investidores da instituição líder (rota: Governança Corporativa/Regulamentos e Políticas/Política de Gerenciamento de Risco Operacional).

e) Eventos Subsequentes

I - Lei nº 11.638 - Em 28/12/2007 foi sancionada a Lei nº 11.638 que altera e revoga dispositivos da Lei nº 6.404, de 15/12/1976, e da Lei nº 6.385, de 07/12/1976 sobre práticas contábeis, elaboração e divulgação das demonstrações contábeis.

O artigo 9º da referida lei estabeleceu a sua entrada em vigor no primeiro dia do exercício seguinte ao de sua publicação. Desta forma, as alterações contidas nesta lei deverão produzir efeitos sobre as demonstrações dos exercícios iniciados a partir de 01/01/2008 sendo que algumas dessas alterações aguardam regulamentação do BACEN e devem estar em consonância com os padrões internacionais de contabilidade. Em razão disso, o BEG entende que, no momento, não é praticável determinar os impactos da adoção plena desta Lei.

II - Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) - A Medida Provisória 413 de 03/01/2008 elevou a alíquota da CSLL de 9% para 15% para as empresas financeiras e equiparadas, a partir de 01/05/2008, o que resultará em aumento nas despesas de CSLL geradas a partir desta data, bem como aumento dos créditos tributários ativados, proporcional a elevação da alíquota.

PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos Administradores e Acionistas
Banco BEG S.A.

1. Examinamos os balanços patrimoniais do Banco BEG S.A. em 31 de dezembro de 2007 e de 2006 e as demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e das origens e aplicações de recursos dos exercícios findos nessas mesmas datas e do semestre findo em 31 de dezembro de 2007, elaborados sob a responsabilidade da sua administração. Nossa responsabilidade é a de emitir parecer sobre essas demonstrações contábeis.

2. Nossos exames foram conduzidos de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil, as quais requerem que os exames sejam realizados com o objetivo de comprovar a adequada apresentação das demonstrações contábeis em todos os seus aspectos relevantes. Portanto, nossos exames compreenderam, entre outros procedimentos: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e os sistemas contábil e de controles internos do Banco, (b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados e (c) a avaliação das práticas e estimativas contábeis mais representativas adotadas pela administração do Banco, bem como da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

3. Somos de parecer que as referidas demonstrações contábeis apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco BEG S.A. em 31 de dezembro de 2007 e de 2006 e o resultado das operações, as mutações do patrimônio líquido e as origens e aplicações de recursos dos exercícios findos nessas datas e do semestre findo em 31 de dezembro de 2007, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Goiânia, 11 de fevereiro de 2008

PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES
Audidores Independentes
CRC 2SP000160/O-5 “S” GO

Emerson Laerte da Silva
Contador CRC 1SP171089/O-3 “S” GO

TRIBUNAL DE CONTAS

Artigo 30

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS
SERVIÇO DE CONTROLE DE CONTAS

Mem. nº 007/2008
Goiânia, 11 de março de 2008.

Senhor Presidente,

Encaminhamos a Vossa Excelência o disquete contendo relatórios consolidados da Administração Direta e Indireta relativos ao **4º trimestre de 2007**, de acordo com o art. 30 da Constituição Estadual, para que sejam publicados no Diário Oficial do Estado, conforme preceitua o parágrafo 1º do mesmo artigo.

Ressalvamos:

- a) que as informações foram enviadas pelos órgãos por meio de sistema informatizado desta Corte de Contas, via Internet;
- b) que os órgãos abaixo relacionados encontram-se inadimplentes no que se refere ao envio das informações do citado artigo referentes ao 4º trimestre/2007;
- c) que os órgãos que não enviaram o valor da receita, despesa com pessoal e despesa com publicidade (Incisos II e III) não tiveram seus dados condensados neste relatório;
- d) que os quantitativos de pessoal dos órgãos que não forneceram estes dados foram transcritos do relatório referente ao 3º trimestre de 2007.

ADMINISTRAÇÃO DIRETA

Assembléia Legislativa (não forneceu o inciso I)
Secretaria para Assuntos da Região Integrada do Entorno do DR – SEDF (não forneceu incisos II e III)

EMPRESAS

Companhia de Distritos Industriais de Goiás - GOIASINDUSTRIAL (não forneceu incisos I, II e III)

Atenciosamente,

Marcos Rodrigues Mendes,
Chefe do Serviço de Controle de Contas

Exmo Sr.
Dr. Edson Ferrari
DD. Conselheiro Presidente do Tribunal de Contas do Estado de Goiás
NESTA

Tribunal de Contas do Estado de Goiás

Serviço de Controle de Contas
ART.30, II e III, DA CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DE GOIÁS

4º Trimestre de 2007

DESPESAS C/ PROPAGANDA E NOTICIÁRIO			
Jan/Set 2007	Out/Dez 2007	TOTAL	
EMPRESAS ECONÔMICAS	6.906.085,69	3.279.666,23	10.185.751,92
AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES	7.900.345,40	3.504.053,48	11.404.398,88
ADMINISTRAÇÃO DIRETA	949.769,54	63.422,10	1.013.191,64
FUNDOS ESPECIAIS	3.331.497,47	497.552,57	3.829.050,04
Total Geral :	19.087.698,10	7.344.694,38	26.432.392,48

DESPESAS C/ PROPAGANDA E NOTICIÁRIO			
Jan/Set 2007	Out/Dez 2007	TOTAL	
AGÊNCIA GOIANA DE GAS CANALIZADO - GOIASGAS	15.605,00	2.187,48	17.792,48
AGÊNCIA GOIANA DE HABITAÇÃO - AGEHAB	30.808,95	7.636,83	38.445,78
CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DE GOIÁS S/A - CEASA	4.244,00	1.000,04	5.244,04
COMPANHIA DE ARMAZENS E SILOS EST GOIÁS - CASEGO	120,84	0,00	120,84
COMPANHIA DE DISTRITOS INDUSTRIAIS DE GOIÁS - GOIASINDUSTRIAL	22.120,60	Não Forneceu	22.120,60
COMPANHIA DE INVESTIMENTO E PARCEIRAS DO ESTADO DE GOIÁS	0,00	0,00	0,00
COMPANHIA ENERGÉTICA DE GOIÁS S/A - CELG	4.452.776,76	1.988.927,16	6.441.703,92
CONSORCIO EMP RADIODIFUSAO NOTICIAS GO - CERNE	5.370,00	0,00	5.370,00
CONSORCIO RODOVIARIO INTERMUNICIPAL S/A - CRISA	37.827,77	0,00	37.827,77
EMPRESA ASSIST TEC EXTENSAO RURAL EST GO - EMATER	4.485,29	180,00	4.665,29
EMPRESA DE TRANSPORTE URBANO DO ESTADO DE GOIÁS - TRANSURB	6.878,74	3.560,99	10.439,73
EMPRESA EST PROCESSAMENTO DE DADOS DE GOIÁS - PRODAGO	6.593,40	0,00	6.593,40
GOIAS INVESTIMENTOS S/A - GOIASINVEST	0,00	7.921,24	7.921,24
INDÚSTRIA QUÍMICA DO ESTADO DE GOIÁS - IQUEGO	91.065,60	55.770,60	146.836,20
METAIS DE GOIÁS S/A - METAGO	31.099,04	1.109,40	32.208,44
SAANEAMENTO DE GOIÁS S/A - SANEAGO	2.140.369,26	1.198.148,29	3.338.517,55
TRANSPORTES COLETIVOS S/A - METROBUS	56.720,44	13.224,20	69.944,64
Total Geral :	6.906.085,69	3.279.666,23	10.185.751,92

DESPESAS C/ PROPAGANDA E NOTICIÁRIO			
Jan/Set 2007	Out/Dez 2007	TOTAL	
AGÊNCIA GOIANA DE ADMINISTRAÇÃO E NEGOCIOS PÚBLICOS - AGANP	7.629,60	39.971,20	47.600,80
AGÊNCIA GOIANA DE COMUNICAÇÃO - AGECOM	5.277.135,81	661.127,44	5.938.263,25
AGÊNCIA GOIANA DE CULTURA PEDRO LUDOVICO TEIXEIRA - AGEPEL	149.872,00	15.296,00	165.168,00
AGÊNCIA GOIANA DE DEFESA AGROPECUÁRIA - AGRODEFESA	4.871,70	0,00	4.871,70
AGÊNCIA GOIANA DE DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL - AGDI	363,00	0,00	363,00
AGÊNCIA GOIANA DE DESENVOLVIMENTO RURAL E FUNDIARIO	0,00	0,00	0,00
AGÊNCIA GOIANA DE ESPORTE E LAZER - AGEL	99.823,60	2.129,60	101.953,20
AGÊNCIA GOIANA DE MEIO AMBIENTE - AGEAMAR	14.740,80	0,00	14.740,80
AGÊNCIA GOIANA DE SISTEMA PRISIONAL - AGESP	0,00	0,00	0,00
AGÊNCIA GOIANA DE TRANSPORTE E OBRAS PÚBLICAS - AGETOP	0,00	0,00	0,00
AGÊNCIA GOIANA DE TURISMO - AGETUR	270.000,00	1.031,80	271.031,80
AGÊNCIA GOIANA DESENVOLVIMENTO REGIONAL - AGDR	210,00	1.496,00	1.706,00
AGÊNCIA GOIANA REG CONTROLE FISC SER PÚBLICOS - AGR	213.160,40	42.688,58	255.848,98
DEPARTAMENTO DE TRANSITO ESTADO DE GOIÁS - DETRAN	1.740.289,99	2.704.386,46	4.444.676,45
FUNDAÇÃO DE AMPARO A PESQUISA DO ESTADO DE GOIÁS - FAPEG	11.692,30	121,00	11.813,30
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS - FUEG	0,00	0,00	0,00
INSTITUTO PREV ASSISTENCIA SERV GOIÁS - IPASGO	65.182,40	34.584,60	99.767,00
JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE GOIÁS - JUCEG	45.373,80	1.220,80	46.594,60
Total Geral :	7.900.345,40	3.504.053,48	11.404.398,88

DESPESAS C/ PROPAGANDA E NOTICIÁRIO			
Jan/Set 2007	Out/Dez 2007	TOTAL	
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO GOIÁS - AL	47.330,20	14.815,00	62.145,20
CORPO DE BOMBEIROS MILITAR ESTADO GOIÁS - CBMGO	4.283,08	0,00	4.283,08
DIRETORIA GERAL DA POLICIA CIVIL - DGPC	74.656,00	3.203,80	77.859,80
GABINETE CIVIL - GC	0,00	0,00	0,00
GABINETE DO CONTROLE INTERNO - GCI	0,00	0,00	0,00
GABINETE DO GOVERNADOR - GGOV	0,00	0,00	0,00
GABINETE DO VICE GOVERNADOR - GVG	800,80	0,00	800,80
GABINETE MILITAR - GM	15.161,40	2.498,90	17.660,30
OUVIDORIA GERAL DO ESTADO - OGE	180,00	0,00	180,00
POLICIA MILITAR DO ESTADO DE GOIÁS - PMGO	6.233,80	1.911,00	8.144,80
PROCURADORIA GERAL DE JUSTICA - PGJ	2.968,00	0,00	2.968,00
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO - PGE	2.026,00	1.046,70	3.072,70
SECRETARIA DA EDUCACAO - SE	0,00	30.000,00	30.000,00
SECRETARIA DA INDUSTRIA E COMERCIO - SIC	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA DAS CIDADES - SC	0,00	1.050,00	1.050,00

SECRETARIA DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO - SEAGRO	3.135,00	0,00	3.135,00
SECRETARIA DE CIDADANIA - SEC	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA DE CIENCIA E TECNOLOGIA - SECTEC	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA DE COMERCIO EXTERIOR - SECOMEX	3.091,40	0,00	3.091,40
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA - SEF	156.210,00	0,00	156.210,00
SECRETARIA DE ESTADO DA INFRA ESTRUTURA - SEINFRA	2.713,60	0,00	2.713,60
SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTICA - SEJUS	37.712,40	0,00	37.712,40
SECRETARIA DE ESTADO DA SAUDE - SES	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA DE GOVERNO E ASSUNTOS INSTITUCIONAIS - SGAI	574,00	0,00	574,00
SECRETARIA DE POLITICAS PARA MULHERES PROM. IGUALDADE RACIAL	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA DE SEGURANCA PUBLICA - SSP	43.744,33	0,00	43.744,33
SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS HIDRICOS - SEMARH	44.300,18	0,00	44.300,18
SECRETARIA DO PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO - SEPLAN	464.209,76	0,00	464.209,76
SECRETARIA DO TRABALHO - SET	12.039,80	0,00	12.039,80
SECRETARIA GERAL DA GESTAO - SGG	11.586,80	748,00	12.334,80
SECRETARIA PARA ASSUNTOS DA REG INTEGRADA DO ENTORNO DO DF	0,00	Não Forneceu	0,00
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS - TCE-GO	2.976,00	1.728,00	4.704,00
TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICIPIOS DO ESTADO DE GOIÁS - TCM-GO	13.836,99	6.420,70	20.257,69
TRIBUNAL DE JUSTICA DO ESTADO DE GOIÁS - TJ	0,00	0,00	0,00
Total Geral :	949.769,54	63.422,10	1.013.191,64

DESPESAS C/ PROPAGANDA E NOTICIÁRIO			
Jan/Set 2007	Out/Dez 2007	TOTAL	
FUNDO DA PREVIDENCIA ESTADUAL - FUNPREV	51.944,00	65.519,00	117.463,00
FUNDO DE ASSISTENCIA JUDICIARIA - FAJ	0,00	0,00	0,00
FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL - FAS	0,00	268.458,76	268.458,76
FUNDO DE AUXILIO FUNERARIO AOS GOIANOS VITIMADOS NO EXTERIOR	0,00	0,00	0,00
FUNDO DE AVAL DO ESTADO DE GOIÁS - FAEG	0,00	0,00	0,00
FUNDO DE CAPACITAÇÃO DO SERVIDOR PUBLICO - FCSP	6.321,00	28.368,00	34.689,00
FUNDO DE DESENVOLVIMENTO DE ATIVIDADES INDUSTRIAIS - FUNPRODUZIR	2.645.668,20	11.779,34	2.657.447,54
FUNDO DE FOMENTO A MINERAÇÃO - FFM	0,00	4.583,58	4.583,58
FUNDO DE FOMENTO E DESENVOLVIMENTO ECONOMICO E SOCIAL DE GOIÁS	170.902,65	0,00	170.902,65
FUNDO DE MANUTENCAO E REAPARELHAMENTO DA PROCURADORIA GERAL	0,00	0,00	0,00
FUNDO DE MODERNIZACAO DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO - FM	1.224,00	6.432,00	7.656,00
FUNDO DE MODERNIZACAO E APRIMORAMENTO FUNCIONAL DA AL	0,00	0,00	0,00
FUNDO DE PARTICIPACAO E FOMENTO A INDUSTRIALIZACAO DO ESTADO	0,00	1.137,89	1.137,89
FUNDO DE PROTECAO E DEFESA AO CONSUMIDOR - PROCON	0,00	0,00	0,00
FUNDO DE PROTECAO SOCIAL DO ESTADO DE GOIÁS - PROTEGE	0,00	0,00	0,00
FUNDO DE TRANSPORTE - FT	0,00	0,00	0,00
FUNDO ESPECIAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL - FUNDER	4.395,00	0,00	4.395,00
FUNDO ESPECIAL DE GERACAO DE EMPREGO E RENDA - FUNGER	0,00	0,00	0,00
FUNDO ESPECIAL DE REAPARELHAMENTO E MODERNIZACAO DO PODER JUDIC	10.077,44	37.381,10	47.458,54
FUNDO ESPECIAL DE SAUDE - FUNESA	429.452,98	73.892,90	503.345,88
FUNDO ESPECIAL DOS JUIZADOS DO PODER JUDICIARIO - FJPJ	0,00	0,00	0,00
FUNDO ESTADUAL DE CIENCIA TECNOLOGIA - FECTEC	11.512,30	0,00	11.512,30
FUNDO ESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO DA REGIAO NORTE - FUNORTE	0,00	0,00	0,00
FUNDO ESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE - FUNDESTE	0,00	0,00	0,00
FUNDO ESTADUAL DE SEGURANCA PUBLICA - FUNESP	0,00	0,00	0,00
FUNDO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE - FEMA	0,00	0,00	0,00
FUNDO ESTADUAL DOS DIREITOS DA CRIANCA E DO ADOLESCENTE - FUNPRO	0,00	0,00	0,00
Total Geral :	3.331.497,47	497.552,57	3.829.050,04

DESPESAS C/ PESSOAL			
Jan/Set 2007	Out/Dez 2007	TOTAL	
DESPESAS ECONÔMICAS	420.735.847,80	148.902.510,23	569.638.358,03
AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES	323.340.909,03	122.829.115,48	446.170.024,51
ADMINISTRAÇÃO DIRETA	2.222.825.828,34	823.035.500,24	3.045.861.328,58
FUNDOS ESPECIAIS	983.289.264,25	352.310.186,95	1.335.599.451,20
Total Geral :	3.950.191.849,42	1.447.077.312,90	5.397.269.162,32

DESPESAS C/ PESSOAL			
Jan/Set 2007	Out/Dez 2007	TOTAL	
AGÊNCIA GOIANA DE GAS CANALIZADO - GOIASGAS	313.289,69	138.023,19	451.312,88
AGÊNCIA GOIANA DE HABITAÇÃO - AGEHAB	2.244.945,21	662.334,32	2.907.279,53
CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DE GOIÁS S/A - CEASA	1.936.140,26	736.296,37	2.672.436,63
COMPANHIA DE ARMAZENS E SILOS EST GOIÁS - CASEGO	500.446,41	64.101,00	564.547,41
COMPANHIA DE DISTRITOS INDUSTRIAIS DE GOIÁS - GOIASINDUSTRIAL	1.762.022,28	Não Forneceu	1.762.022,28
COMPANHIA DE INVESTIMENTO E PARCEIRAS DO ESTADO DE GOIÁS	0,00	0,00	0,00
COMPANHIA ENERGÉTICA DE GOIÁS S/A - CELG	187.056.437,25	66.828.414,53	253.884.851,78
CONSORCIO EMP RADIODIFUSAO NOTICIAS GO - CERNE	610.187,19	170.830,93	781.018,12
CONSORCIO RODOVIARIO INTERMUNICIPAL S/A - CRISA	1.121.007,57	329.199,70	1.450.207,27
EMPRESA ASSIST TEC EXTENSAO RURAL EST GO - EMATER	717.102,03	372.423,90	1.089.525,93
EMPRESA DE TRANSPORTE URBANO DO ESTADO DE GOIÁS - TRANSURB	856.859,46	321.270,57	1.178.130,03
EMPRESA EST PROCESSAMENTO DE DADOS DE GOIÁS - PRODAGO	1.182.869,95	384.138,95	1.567.008,90
GOIAS INVESTIMENTOS S/A - GOIASINVEST	0,00	0,00	0,00
INDÚSTRIA QUÍMICA DO ESTADO DE GOIÁS - IQUEGO	10.019.864,28	3.969.187,57	13.989.051,85
METAIS DE GOIÁS S/A - METAGO	1.501.606,89	590.574,07	2.092.180,96
SAANEAMENTO DE GOIÁS S/A - SANEAGO	197.854.875,89	69.888.726,62	267.743.602,51
TRANSPORTES COLETIVOS S/A - METROBUS	13.058.193,44	4.446.988,51	17.505.181,95
Total Geral :	420.735.847,80	148.902.510,23	569.638.358,03

DESPESAS C/ PESSOAL			
Jan/Set 2007	Out/Dez 2007	TOTAL	
AGÊNCIA GOIANA DE ADMINISTRAÇÃO E NEGOCIOS PÚBLICOS - AGANP	28.965.508,99	12.103.666,00	41.069.174,99
AGÊNCIA GOIANA DE COMUNICAÇÃO - AGECOM	13.372.658,16	4.902.024,42	18.274.682,58
AGÊNCIA GOIANA DE CULTURA PEDRO LUDOVICO TEIXEIRA - AGEPEL	7.370.568,13	2.651.818,51	10.022.386,64
AGÊNCIA GOIANA DE DEFESA AGROPECUÁRIA - AGRODEFESA	21.921.072,62	8.570.721,02	30.491.793,64
AGÊNCIA GOIANA DE DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL - AGDI	1.745.561,49	473.922,80	2.219.484,29
AGÊNCIA GOIANA DE DESENVOLVIMENTO RURAL E FUNDIARIO	30.081.514,45	11.670.700,83	41.752.215,28
AGÊNCIA GOIANA DE ESPORTE E LAZER - AGEL	7.739.779,20	2.924.010,00	10.663.789,20
AGÊNCIA GOIANA DE MEIO AMBIENTE - AGEAMAR	8.037.184,15	2.207.644,64	10.244.828,79
AGÊNCIA GOIANA DE SISTEMA PRISIONAL - AGESP	0,00	0,00	0,00
AGÊNCIA GOIANA DE TRANSPORTE E OBRAS PÚBLICAS - AGETOP	44.141.712,67	15.033.095,82	59.174.808,49
AGÊNCIA GOIANA DE TURISMO - AGETUR	1.778.189,89	925.548,84	2.703.738,73
AGÊNCIA GOIANA DESENVOLVIMENTO REGIONAL - AGDR	2.132.673,87	739.801,16	2.872.475,03
AGÊNCIA GOIANA REG CONTROLE FISC SER PÚBLICOS - AGR	10.617.986,25	3.940.854,54	14.558.840,79
DEPARTAMENTO DE TRANSITO ESTADO DE GOIÁS - DETRAN	34.156.482,52	11.636.257,10	45.792.739,62
FUNDAÇÃO DE AMPARO A PESQUISA DO ESTADO DE GOIÁS - FAPEG	613.893,20	239.627,87	853.521,07
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS - FUEG	66.175.804,46	28.869.163,67	95.044.968,13
INSTITUTO PREV ASSISTENCIA SERV GOIÁS - IPASGO	41.774.851,45	14.634.324,13	56.409.175,58
JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE GOIÁS - JUCEG	2.715.467,53	1.305.934,13	4.021.401,66
Total Geral :	323.340.909,03	122.829.115,48	446.170.024,51

DESPESAS C/ PESSOAL			
Jan/Set 2007	Out/Dez 2007	TOTAL	
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO GOIÁS - AL	98.305.212,41	34.980.840,73	133.286.053,14
CORPO DE BOMBEIROS MILITAR ESTADO GOIÁS - CBMGO	41.227.715,32	20.038.189,61	61.265.904,93
DIRETORIA GERAL DA POLICIA CIVIL - DGPC	124.246.095,99	43.518.936,12	167.765.032,11
GABINETE CIVIL - GC	4.063.864,52	1.319.935,46	5.383.799,98
GABINETE DO CONTROLE INTERNO - GCI	6.610.910,82	2.115.880,12	8.726.790,94
GABINETE DO GOVERNADOR - GGOV	6.494.611,79	1.923.801,69	8.418.413,48
GABINETE DO VICE GOVERNADOR - GVG	1.777.849,95	611.865,22	2.389.715,17
GABINETE MILITAR - GM	3.292.755,96	1.047.945,86	4.340.701,82
OUVIDORIA GERAL DO ESTADO - OGE	851.260,19	288.245,28	1.139.505,47



FUNDO DE PROTECAO SOCIAL DO ESTADO DE GOIAS - PROTEGE	0,00	0,00	0,00
FUNDO DE TRANSPORTE - FT	0,00	0,00	0,00
FUNDO ESPECIAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL - FUNDER	0,00	0,00	0,00
FUNDO ESPECIAL DE GERACAO DE EMPREGO E RENDA - FUNGER	173.253,95	35.655,73	208.909,68
FUNDO ESPECIAL DE REAPARELHAMENTO E MODERNIZAÇÃO DO PODER JUDIC	0,00	0,00	0,00
FUNDO ESPECIAL DE SAUDE - FUNESA	180.373.399,95	68.836.308,66	249.209.708,61
FUNDO ESPECIAL DOS JUIZADOS DO PODER JUDICIARIO - FJPJ	0,00	0,00	0,00
FUNDO ESTADUAL DE CIENCIA TECNOLOGIA - FECTEC	3.918.885,36	871.375,65	4.790.261,01
FUNDO ESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO DA REGIAO NORTE - FUNORTE	0,00	0,00	0,00
FUNDO ESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE - FUNDESTE	0,00	0,00	0,00
FUNDO ESTADUAL DE SEGURANCA PUBLICA - FUNESP	0,00	0,00	0,00
FUNDO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE - FEMA	32.630,15	0,00	32.630,15
FUNDO ESTADUAL DOS DIREITOS DA CRIANCA E DO ADOLECENTE - FECAD	0,00	0,00	0,00
Total Geral :	983.289.264,25	352.310.186,95	1.335.599.451,20

RECEITA ARRECADADA

	Jan/Set 2007	Out/Dez 2007	TOTAL
EMPRESAS ECONÔMICAS	1.990.531.823,34	681.540.370,26	2.672.072.193,60
AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES	1.084.231.183,07	388.735.982,13	1.472.967.165,20
ADMINISTRAÇÃO DIRETA	2.624.570.347,86	1.012.011.998,88	3.636.582.346,74
FUNDOS ESPECIAIS	1.705.482.211,50	597.534.762,19	2.303.016.973,69
Total Geral :	7.404.815.565,77	2.679.823.113,46	10.084.638.679,23

EMPRESAS ECONÔMICAS

	Jan/Set 2007	Out/Dez 2007	TOTAL
AGENCIA GOIANA DE GAS CANALIZADO - GOIASGAS	478.488,00	310.612,40	789.100,40
AGÊNCIA GOIANA DE HABITAÇÃO - AGEHAB	1.990.890,98	902.555,72	2.893.365,70
CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DE GOIÁS S/A - CEASA	4.256.148,98	1.443.330,58	5.699.479,56
COMPANHIA DE ARMAZENS E SILOS EST GOIAS - CASEGO	800.173,61	204.021,29	1.004.194,90
COMPANHIA DE DISTRITOS INDUSTRIAIS DE GOIÁS - GOIASINDUSTRIAL	4.913.533,90	Não Forneceu	4.913.533,90
COMPANHIA DE INVESTIMENTO E PARCERIAS DO ESTADO DE GOIAS	0,00	0,00	0,00
COMPANHIA ENERGETICA DE GOIAS S/A - CELG	1.356.339.647,66	436.623.963,82	1.792.963.611,48
CONSORCIO EMP RADIODIFUSAO NOTICIAS GO - CERNE	1.414.406,48	329.202,38	1.743.608,86
CONSORCIO RODOVIARIO INTERMUNICIPAL S/A - CRISA	2.044.412,75	292.309,70	2.336.722,45
EMPRESA ASSISTIT TEC EXTENSAO RURAL EST GO - EMATER	1.602.219,26	610.682,11	2.212.901,37
EMPRESA DE TRANSPORTE URBANO DO ESTADO DE GOIÁS - TRANSURB	72.570,19	8,54	72.578,73
EMPRESA EST PROCESSAMENTO DE DADOS DE GOIAS - PRODAGO	2.421.076,33	914.982,88	3.336.059,21
GOIAS INVESTIMENTOS S/A - GOIASINVEST	75.000,00	25.000,00	100.000,00
INDUSTRIA QUIMICA DO ESTADO DE GOIAS - IQUEGO	41.115.312,46	23.897.091,54	65.012.404,00
METAIS DE GOIAS S/A - METAGO	1.223.207,48	734.351,66	1.957.559,14
SAANEAMENTO DE GOIAS S/A - SANEAGO	515.644.089,40	196.610.953,91	712.255.043,31
TRANSPORTES COLETIVOS S/A - METROBUS	56.140.726,86	18.641.303,73	74.782.030,59
Total Geral :	1.990.531.823,34	681.540.370,26	2.672.072.193,60

AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES

	Jan/Set 2007	Out/Dez 2007	TOTAL
AGÊNCIA GOIANA DE ADMINISTRAÇÃO E NEGOCIOS PÚBLICOS - AGANP	50.105.370,94	14.894.562,08	64.999.933,02
AGÊNCIA GOIANA DE COMUNICAÇÃO - AGECOM	35.099.693,67	10.567.705,93	45.667.399,60
AGÊNCIA GOIANA DE CULTURA PEDRO LUDOVICO TEIXEIRA - AGEPEL	18.837.475,78	5.837.952,64	24.675.428,42
AGÊNCIA GOIANA DE DEFESA AGROPECUÁRIA - AGRODEFESA	29.980.368,93	10.320.834,83	40.301.203,76
AGÊNCIA GOIANA DE DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL - AGDI	1.842.982,89	422.353,90	2.265.336,79
AGÊNCIA GOIANA DE DESENVOLVIMENTO RURAL E FUNDIARIO	38.226.043,59	13.409.589,64	51.635.633,23
AGÊNCIA GOIANA DE ESPORTE E LAZER - AGEI	11.005.860,00	4.444.210,00	15.450.070,00
AGÊNCIA GOIANA DE MEIO AMBIENTE - AGEMAR	9.629.937,72	3.147.842,76	12.777.780,48
AGÊNCIA GOIANA DE SISTEMA PRISIONAL - AGESP	0,00	0,00	0,00
AGÊNCIA GOIANA DE TRANSPORTE E OBRAS PÚBLICAS - AGETOP	162.106.192,07	80.204.497,50	242.310.689,57
AGÊNCIA GOIANA DE TURISMO - AGETUR	3.146.593,63	1.367.857,66	4.514.451,59
AGÊNCIA GOIANA DESENVOLVIMENTO REGIONAL - AGDR	3.001.734,11	1.862.205,86	4.863.939,97
AGÊNCIA GOIANA REG CONTROLE FISC SER PÚBLICOS - AGR	16.101.915,73	5.222.520,60	21.324.436,33
DEPARTAMENTO DE TRANSITO ESTADO DE GOIAS - DETRAN	215.173.660,23	65.755.373,60	280.929.033,83
FUNDAÇÃO DE AMPARO A PESQUISA DO ESTADO DE GOIAS - FAPEG	710.651,62	434.390,40	1.145.042,02
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIAS - FUEG	83.751.260,84	31.728.162,28	115.479.423,12
INSTITUTO PREV ASSISTENCIA SERV GOIAS - IPASGO	399.908.113,60	136.974.300,95	536.882.414,55
JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE GOIAS - JUCEG	5.603.327,42	2.141.621,50	7.744.948,92
Total Geral :	1.084.231.183,07	388.735.982,13	1.472.967.165,20

ADMINISTRAÇÃO DIRETA

	Jan/Set 2007	Out/Dez 2007	TOTAL
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO GOIÁS - AL	116.139.344,74	13.176.222,00	159.315.570,29
CORPO DE BOMBEIROS MILITAR ESTADO GOIAS - CBMGO	60.886.828,48	21.226.155,11	82.112.983,62
DIRETORIA GERAL DA POLICIA CIVIL - DGPC	109.063.123,04	43.479.398,87	152.542.521,91
GABINETE CIVIL - GC	4.401.312,76	18.396,11	5.849.708,97
GABINETE DO CONTROLE INTERNO - GCI	7.741.221,69	2.421.850,10	9.663.072,30
GABINETE DO GOVERNADOR - GGOV	6.968.108,65	27.172,10	9.100.270,75
GABINETE DO VICE GOVERNADOR - GVG	1.745.451,22	1.038,40	2.671.489,62
GABINETE MILITAR - GM	1.400.014,00	484.897,43	4.087.427,57
OUVIDORIA GERAL DO ESTADO - OGE	53.200,00	337.782,92	1.291.053,21
POLICIA MILITAR DO ESTADO DE GOIAS - PMGO	369.841.338,00	135.452.727,20	505.317.065,55
PROCURADORIA GERAL DE JUSTICA - PGJ	299.910,75	91.367.155,98	188.254.066,73
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO - PGE	30.000,98,51	13.027.164,75	46.853.273,26
SECRETARIA DA EDUCACAO - SE	869.562.857,18	292.737.083,58	1.162.299.940,76
SECRETARIA DA INDUSTRIA E COMERCIO - SIC	894.304,19	1.867.025,70	7.761.329,89
SECRETARIA DAS CIDADES - SC	8.318.066,50	1.890.912,55	10.208.979,05
SECRETARIA DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO - SEAGRO	7.437.945,36	2.365.036,69	9.802.982,05
SECRETARIA DE CIDADANIA - SEC	25.125.919,73	8.828.181,81	33.954.101,54
SECRETARIA DE CIENCIA E TECNOLOGIA - SECTEC	147.779,57	0,00	147.779,57
SECRETARIA DE COMERCIO EXTERIOR - SECOM	1.158.570,08	542.488,87	1.701.058,95
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA - SEF	232.815.334,01	77.460.414,33	310.275.748,34
SECRETARIA DE ESTADO DA INFRA ESTRUTURA - SEINFRA	40.728.800,79	17.027.361,79	57.756.162,58
SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTICA - SEJUS	37.890.206,51	18.099.885,59	55.990.092,10
SECRETARIA DE ESTADO DA SAUDE - SES	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA DE GOVERNO E ASSUNTOS INSTITUCIONAIS - SGAI	4.736.603,71	1.522.609,15	6.259.212,86
SECRETARIA DE POLITICAS PARA MULHERES PROM. IGUALDADE RACIAL	0,00	782.451,28	782.451,28
SECRETARIA DE SEGURANCA PUBLICA - SSP	31.406.160,30	14.777.988,27	46.184.148,57
SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS HIDRICOS - SEMARH	4.285.607,37	1.416.421,40	5.702.028,77
SECRETARIA DO PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO - SEPLAN	72.235.488,70	47.996.588,41	120.232.077,11
SECRETARIA DO TRABALHO - SET	8.328.714,25	3.244.418,90	11.573.133,15
SECRETARIA GERAL DA GESTAO - SGG	17.686.150,62	6.453.447,03	24.139.597,65
SECRETARIA PARA ASSUNTOS DA REG INTEGRADA DO ENTORNO DO DF	487.509,99	Não Forneceu	487.509,99
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIAS - TCE-GO	82.175.635,45	25.802.602,99	107.978.238,44
TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICIPIOS DO ESTADO DE GOIÁS - TCM-GO	40.664.258,66	10.577.827,62	51.242.086,28
TRIBUNAL DE JUSTICA DO ESTADO DE GOIAS - TJ	282.190.886,27	162.854.297,76	445.045.184,03
Total Geral :	2.624.570.347,86	1.012.011.998,88	3.636.582.346,74

FUNDOS ESPECIAIS

	Jan/Set 2007	Out/Dez 2007	TOTAL
FUNDO DA PREVIDENCIA ESTADUAL - FUNPREV	945.269.868,45	313.275.927,19	1.258.545.795,64
FUNDO DE ASSISTENCIA JUDICIARIA - FAJ	500.000,00	300.000,00	800.000,00
FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL - FAS	0,00	0,00	0,00
FUNDO DE AUXILIO FUNERARIO AOS GOIANOS VITIMADOS NO EXTERIOR	29.101,78	7.893,55	36.995,33
FUNDO DE AVAL DO ESTADO DE GOIAS - FAEG	12.248,95	5.178,30	17.427,25
FUNDO DE CAPACITAÇÃO DO SERVIDOR PUBLICO - FCSP	2.656.742,85	1.248.914,61	3.905.657,46
FUNDO DE DESENVOLVIMENTO DE ATIVIDADES INDUSTRIAIS - FUNPRO	10.047.102,03	2.984.504,49	13.031.606,52
FUNDO DE FOMENTO A MINERAÇÃO - FFM	14.520.339,10	5.389.385,10	19.909.724,20
FUNDO DE FOMENTO E DESENVOLVIMENTO ECONOMICO E SOCIAL DE GO	407.557,71	439.466,52	847.024,23
FUNDO DE MANUTENCAO E REAPARELHAMENTO DA PROCURADORIA GERAL	338.781,50	39.400,00	378.181,50
FUNDO DE MODERNIZAÇÃO DA TRIBUNA DE CONTAS DO ESTADO - FM	84.708,97	1.568.224,16	1.652.933,13
FUNDO DE MODERNIZAÇÃO E APRIMORAMENTO FUNCIONAL DA ASSEMBL	4.834.349,68	291.154,51	5.125.504,19
FUNDO DE PARTICIPAÇÃO E FOMENTO A INDUSTRIALIZAÇÃO DO ESTAD	26.103.339,04	11.528.536,67	37.631.875,71
FUNDO DE PROTECAO E DEFESA AO CONSUMIDOR - PROCON	1.892.260,54	69.971,04	2.590.171,58
FUNDO DE PROTECAO SOCIAL DO ESTADO DE GOIAS - PROTEGE	183.487.446,40	74.393.199,09	257.880.645,49
FUNDO DE TRANSPORTE - FT	20.527.931,67	6.900.821,00	27.428.752,67
FUNDO ESPECIAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL - FUNDER	1.134.186,10	242.567,73	1.376.753,83
FUNDO ESPECIAL DE GERACAO DE EMPREGO E RENDA - FUNGER	18.771,68	506.771,97	525.543,65
FUNDO ESPECIAL DE REAPARELHAMENTO E MODERNIZAÇÃO DO PODER J	55.053.890,56	19.322.243,99	74.376.134,55
FUNDO ESPECIAL DE SAUDE - FUNESA	423.225.937,11	153.322.617,55	576.548.554,66
FUNDO ESPECIAL DOS JUIZADOS DO PODER JUDICIARIO - FJPJ	1.295.682,95	404.868,95	1.736.551,00
FUNDO ESTADUAL DE CIENCIA TECNOLOGIA - FECTEC	5.604.554,90	1.283.913,40	6.888.468,30
FUNDO ESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO DA REGIAO NORTE - FUNORTE	0,00	0,00	0,00
FUNDO ESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE - FUNDESTE	0,00	0,00	0,00
FUNDO ESTADUAL DE SEGURANCA PUBLICA - FUNESP	0,00	0,00	0,00
FUNDO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE - FEMA	8.437.409,53	3.345.263,27	11.782.672,80
FUNDO ESTADUAL DOS DIREITOS DA CRIANCA E DO ADOLECENTE - FECAD	0,00	0,00	0,00
Total Geral :	1.705.482.211,50	597.534.762,19	2.303.016.973,69



Tribunal de Contas do Estado de Goiás
Serviço de Controle de Contas

ART.30, I, DA CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DE GOIÁS

Total de Servidores por Órgão do 4º Trimestre de 2007

EMPRESAS ECONÔMICAS									
Quantitativo - Cargos Efetivos						Quantitativo - Cargos Comissionados		Ocupado por Funcionário sem vínculo com o Estado	
						Ocupado por Funcionário Efetivo do Órgão	Ocupado por Funcionário Estadual vindo à Disposição	Estado	Total
Órgãos									
AGENCIA GOIANA DE GAS CANALIZADO - GOIASGAS	CLT	Estalutários	Inativos	Pens.	Pens. Esp.	Outros			
AGENCIA GOIANA DE HABITAÇÃO - AGEHAB	0	0	0	0	0	2	0	0	6
CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DE GOIÁS S/A - CEASA	0	0	0	0	0	0	0	1	1
COMPANHIA DE ARMAZENS E SILOS EST GOIAS - CASEGO	2	0	0	0	0	0	0	0	47
COMPANHIA DE DISTRITOS INDUSTRIAIS DE GOIÁS - GOIASINDUSTRIAL	2	0	0	0	0	0	0	0	27
COMPANHIA ENERGETICA DE GOIAS S/A - CELG	94	0	0	0	0	0	0	0	94
CONSORCIO EMP RADIODIFUSAO NOTICIAS GO - CERNE	2751	0	0	0	0	0	0	2	12
CONSORCIO RODOVIARIO INTERMUNICIPAL S/A - CRISA	0	0	0	0	0	0	0	0	9
EMPRESA DE TRANSPORTE URBANO DO ESTADO DE GOIÁS - TRANSURB	0	0	0	0	0	4	0	2	27
EMPRESA EST PROCESSAMENTO DE DADOS DE GOIAS - PRODAGO	66	0	0	0	0	0	0	1	10
GOIAS INVESTIMENTOS S/A - GOIASINVEST	0	0	0	0	0	0	0	0	168
INDUSTRIA QUIMICA DO ESTADO DE GOIAS - IQUEGO	481	0	0	0	0	0	0	0	52
METAIS DE GOIAS S/A - METAGO	98	0	0	0	0	0	0	0	98
SAANEAMENTO DE GOIAS S/A - SANEAGO	0	0	0	0	0	1	0	0	402
TRANSPORTES COLETIVOS S/A - METROBUS	0	0	0	0	0	0	0	0	58
Total :	8.144	0	0	0	0	194	2	27	8.477

AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES

Quantitativo - Cargos Efetivos										Quantitativo - Cargos Comissionados			
Órgãos	CLT	Estalutários	Inativos	Pens.	Pens. Esp.	Outros	Ocupado por	Ocupado por	Ocupado por	Total			
							Funcionário Efetivo do Órgão	Funcionário Estadual vindo à Disposição	Funcionário sem vínculo com o				
AGÊNCIA GOIANA DE ADMINISTRAÇÃO E NEGÓCIOS PÚBLICOS - AGANP	158	1119	0	0	0	112	21	2	772	1114			
AGÊNCIA GOIANA DE COMUNICAÇÃO - AGECOM	276	0	0	0	0	169	0	0	174	0			
AGÊNCIA GOIANA DE CULTURA PEDRO LUDOVICO TEIXEIRA - AGEPEL	0	95	0	0	0	45	0	0	57	197			
AGÊNCIA GOIANA DE DEFESA AGROPECUÁRIA - AGRODEFESA	18	478	0	0	0	207	60	0	191	942			
AGÊNCIA GOIANA DE DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL - AGDI	4	2	0	0	0	0	0	0	0	19			
AGÊNCIA GOIANA DE DESENVOLVIMENTO RURAL E FUNDIÁRIO	857	20	0	0	0	0	162	12	124	1010			
AGÊNCIA GOIANA DE ESPORTE E LAZER - AGEI	1	2032	0	0	0	42	5	86	22	4610			
AGÊNCIA GOIANA DE MEIO AMBIENTE - AGEMAR	0	455	0	0	0	0	2	2	107	1075			
AGÊNCIA GOIANA DE TRANSPORTE E OBRAS PÚBLICAS - AGETOP	972	410	0	0	0	152	0	0	11	1551			
AGÊNCIA GOIANA DE TURISMO - AGETUR	0	0	0	0	0	0	8	20	15	0			
AGÊNCIA GOIANA DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL - AGDR	0	0	0	0	0	0	0	8	25	0			
AGÊNCIA GOIANA REG CONTROLE FISC SER PÚBLICOS - AGR	60	06	0	0	0	295	6	12	20	035			
DEPARTAMENTO DE TRANSITO ESTADO DE GOIAS - DETRAN	0	707	0	0	0	0	2	47	006	1060			
FUNDAÇÃO DE AMPARO A PESQUISA DO ESTADO DE GOIAS - FAPES	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0			
AGÊNCIA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIAS - FURG	0	684	0	0	0	468	0	0	97	5768			
INSTITUTO PRES ASSIS BRASIL - SENB GOIAS - IPISGO	0	501	710	62	0	7	2	7	10	1568			
JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE GOIAS - JUCEG	0	45	29	5	0	68	12	0	64	174			
Total :	2108	7095	759	67	0	6027	110	280	9157	25766			

AGÊNCIA GOIANA DE ADMINISTRAÇÃO E NEGÓCIOS PÚBLICOS - AGANP

AGÊNCIA GOIANA DE CULTURA PEDRO LUDOVICO TEIXEIRA - AGEPE

[illegible]



GERENTE DOS MUSEUS E PRESERV DO PATRIMON	0	0	0	0	0	0	0	1	1
GERENTE EXEC DE OBRAS E RECUP DO PATRIMON	0	0	0	0	0	0	0	1	1
GERENTE EXEC DO FEST INT CINEMA AMB-RICA	0	0	0	0	0	0	0	1	1
GERENTE EXEC DOS CENTROS CULTURAIS	0	0	0	0	0	0	0	1	1
GERENTE EXEC PROG MONUMENTA	0	0	0	0	0	0	0	1	1
GERENTE FINANCEIRO E CONTABIL	0	0	0	0	0	0	0	1	1
PRESIDENTE	0	0	0	0	0	0	0	1	1
SUPERVISOR	0	0	0	0	0	0	0	37	37
Total :	0	55	0	0	0	45	0	57	197

AGENCIA GOIANA DE DEFESA AGROPECUARIA - AGRODEFESA

Classe de Cargos e Empregos	Quantitativo - Cargos Efetivos						Quantitativo - Cargos Comissionados			Total
	CLT	Estaduais	Inativos	Pens.	Pens. Esp	Outros	Occupado por	Occupado por	Occupado por	
							Funcionário Efetivo do Órgão	Funcionário Efetivo do Estado vindo à Disposição	Funcionário sem vínculo no Estado	
AGENTE ADMINISTRATIVO	0	0	0	0	0	21	0	0	0	21
ANALISTA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA	1	18	0	0	0	9	1	0	0	30
ASSISTENTE DE GESTÃO ADMINISTRATIVA	6	102	0	0	0	13	0	0	14	122
AUXILIAR ADMINISTRATIVO	0	0	0	0	0	20	0	0	0	20
AUXILIAR DE FISCALIZAÇÃO	0	0	0	0	0	24	0	0	0	24
AUXILIAR DE GESTÃO ADMINISTRATIVA	4	4	0	0	0	0	4	0	0	8
CHEFE DE GABINETE	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1
DIRETOR ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1
DIRETOR TÉCNICO	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
ENGENHEIRO AGRÔNOMO	0	0	0	0	0	6	0	0	6	0
ESTAGIÁRIO	0	0	0	0	0	16	0	0	0	16
FISCAL ESTADUAL AGROPECUÁRIO	21	164	0	0	0	2	0	0	0	187
GERENTE ADMINISTRATIVO	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0
GERENTE DA ASSESSORIA GERAL	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
GERENTE DA SECRETARIA GERAL	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1
GERENTE DA UNIDADE REGIONAL ALTO ARAUÁ	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0
GERENTE DA UNIDADE REGIONAL CARIÁ	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0
GERENTE DA UNIDADE REGIONAL CHAPADA DOS	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1
GERENTE DA UNIDADE REGIONAL ESTRADA DE F	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1
GERENTE DA UNIDADE REGIONAL METROPOLITAN	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0
GERENTE DA UNIDADE REGIONAL NORDESTE	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1
GERENTE DA UNIDADE REGIONAL NORTE	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1
GERENTE DA UNIDADE REGIONAL RIO VERMELHO	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1
GERENTE DA UNIDADE REGIONAL SUDOESTE	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0
GERENTE DA UNIDADE REGIONAL SUL	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1
GERENTE DA UNIDADE REGIONAL VALE DO SÃO	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1
GERENTE DE CLASSIF CERTIF E LABORATORIOS	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0
GERENTE DE COMUNICACAO E MARKETING	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1
GERENTE DE EDUCACAO ORCAMENTARIA E FINAN	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1
GERENTE DE GERENCIAMENTO E SISTEMA	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1
GERENTE DE INSPECACAO E FISCALIZACAO	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0
GERENTE DE NORMAT CADASTRO E CONTROLE	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0
GERENTE DE PLANEJAMENTO CONTROLE DE QUAL	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0
GERENTE DE RECURSOS HUMANOS	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
GERENTE DE SANIDADE ANIMAL	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0
GERENTE DE SANIDADE VEGETAL	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0
GERENTE DO LABORATORIO DE ANALISE E DIAG	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0
GERENTE DO LABORATORIO DE CONT DE QUALID	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0
GERENTE DO LABORATORIO DE CONT DE QUALID	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0
GERENTE DO LABORATORIO DE QUIMICA AGRICO	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1
GERENTE JURIDICO	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
MEDICO VETERINARIO	0	0	0	0	0	11	0	0	0	11
PRESIDENTE	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1
SUPERVISOR A	0	0	0	0	0	0	46	46	0	150
SUPERVISOR B	0	0	0	0	0	0	0	0	25	25
TÉCNICO AGRÍCOLA	0	0	0	0	0	126	0	0	0	126
TÉCNICO AGROPECUARIO	2	160	0	0	0	4	0	0	0	162
Total =	48	428	0	0	0	177	63	5	151	637

AGENCIA GOIANA DE DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL - AGDI

Classe de Cargos e Empregos	Quantitativo - Cargos Eletivos							Quantitativo - Cargos Comissionados		
	CLT	Estatutários	Inativos	Pens.	Pens. Esp.	Outros	Ocupado por Funcionário Efetivo do Órgão	Ocupado por Func. oriário Estatut. vindo à Disposição	Ocupado por Funcionário sem vínculo com o Estado	Total
AUXILIAR DE ADMINISTRAÇÃO R\$	1	0	0	0	0	0	0	0	0	1
AUXILIAR DE ESCRITÓRIO T4	1	0	0	0	0	0	0	0	0	1
CHEFE DE GABINETE	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1
DIRETOR ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1
DIRETOR DE INDUSTRIALIZAÇÃO DOS MUNICÍPIOS	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1
GERENTE DA ASSESSORIA DA PRESIDÊNCIA	1	0	0	0	0	0	0	0	0	1
GERENTE DA ASSESSORIA DE QUALIDADE	0	1	0	0	0	0	0	0	0	1
GERENTE DA COMISSÃO PERMAN. DE LICITAÇÃO	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1
GERENTE DE ASENTAMENTO AOS MUNICÍPIOS	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1
GERENTE DE ESTUDOS E PROJETOS	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1
GERENTE DE RECURSOS HUMANOS	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1
GERENTE DE SERVIÇOS BÁSICOS	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1
GERENTE OPERACIONAL E COMERCIAL	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1
GERENTE ORÇAMENTÁRIO E FINANCEIRO	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1
GESTOR DE FINANÇAS	0	1	0	0	0	0	0	0	0	1
MECÂNICO BCI	1	0	0	0	0	0	0	0	0	1
PRESIDENTE	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1
SUPERVISOR A	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1
SUPERVISOR B	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1
Total =	4	2	0	0	0	0	0	0	10	16

AGENCIA GOIANA DE DESENVOLVIMENTO RURAL E FUNDIARIO - AGENCIARURAL

Classificação	Cargo	Quantitativo - Cargos Eletivos							Quantitativo - Cargos Comissionados		Ocupação por Funcionário		Total
		C.T.	Estatutários	Inativos	Pens.	Pens. Esp.	Outros	Ocupado por Funcionário Eletivo do Órgão	Ocupado por Funcionário Estatutário em Disposição	Ocupado por Funcionário sem vínculo com o Estado	Total		
01	ADMINISTRADOR DE EMPRESAS	2	0	0	0	0	0	0	0	0	2	2	
02	ADMINISTRATIVO	59	0	0	0	0	0	0	0	0	59	59	
03	ADVOGADO	2	0	0	0	0	0	0	0	0	2	2	
04	ANALISTA DE DESENVOLVIMENTO RURAL	215	0	0	0	0	0	0	0	0	215	215	
05	ANALISTA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA	1	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	
06	ASSISTENTE DE DESENVOLVIMENTO RURAL	144	8	0	0	0	0	0	0	0	152	152	
07	ASSISTENTE DE GESTÃO ADMINISTRATIVA	206	6	0	0	0	0	0	0	0	212	212	
08	ASSISTENTE SOCIAL	1	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	
09	AUXILIAR DE DESENVOLVIMENTO RURAL	46	0	0	0	0	0	0	0	0	46	46	
10	AUXILIAR DE GESTÃO ADMINISTRATIVA	61	0	0	0	0	0	0	0	0	61	61	
11	CHEFE DE GABINETE	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	
12	CONTADOR	1	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	
13	DIRETOR ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	1	
14	DIRETOR TÉCNICO	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	
15	ENGENHEIRO AGRÔNOMO	26	0	0	0	0	0	0	0	0	26	26	
16	EXTENSIONISTA SOCIAL NÍVEL MÉDIO	2	0	0	0	0	0	0	0	0	2	2	
17	GERENTE ADMINISTRATIVO	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1	1	
18	GERENTE DA ASSESSORIA DE PLANO E QUALIDADE	0	0	0	0	0	0	1	0	0	1	1	
19	GERENTE DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	1	
20	GERENTE DA SECRETARIA GERAL	0	0	0	0	0	0	1	0	0	1	1	
21	GERENTE DA UNIDADE REGIONAL ESTRADA DE FERRAS	0	0	0	0	0	0	1	0	0	1	1	
22	GERENTE DA UNIDADE REGIONAL META PONTE	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	
23	GERENTE DA UNIDADE REGIONAL OESTE	0	0	0	0	0	0	1	0	0	1	1	
24	GERENTE DA UNIDADE REGIONAL PLANALTO	0	0	0	0	0	0	1	0	0	1	1	
25	GERENTE DA UNIDADE REGIONAL RIO DAS ANTAS	0	0	0	0	0	0	1	0	0	1	1	
26	GERENTE DA UNIDADE REGIONAL RIO DOS BOIS	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	1	
27	GERENTE DA UNIDADE REGIONAL RIO PARANAIBA	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	1	
28	GERENTE DA UNIDADE REGIONAL RIO VERMELHO	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	1	
29	GERENTE DA UNIDADE REGIONAL SERRA DA MESQUITA	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1	1	
30	GERENTE DA UNIDADE REGIONAL SUDESTE	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
31	GERENTE DA UNIDADE REGIONAL SUL	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
32	GERENTE DA UNIDADE REGIONAL VALE DO ARAGUAIA	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	1	
33	GERENTE DA UNIDADE REGIONAL VALE DO PARAÍSO	0	0	0	0	0	0	1	0	0	1	1	
34	GERENTE DA UNIDADE REGIONAL VALE DO SÃO FRANCISCO	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
35	GERENTE DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA EXTENSÃO RÚRAL	0	0	0	0	0	0	1	0	0	1	1	
36	GERENTE DE DESENVOLVIMENTO AGROPECUÁRIO	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
37	GERENTE DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1	1	
38	GERENTE DE IMPRENSA COMUNICACAO E MARKETING	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	1	
39	GERENTE DE INFORMÁTICA	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	
40	GERENTE DE PESQUISA AGRICOLA AGROPECUARIA	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
41	GERENTE DE RECURSOS HUMANOS	0	0	0	0	0	0	1	0	0	1	1	
42	GERENTE DE TRANSPORTES	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	
43	GERENTE DO CENTRO DE TREINAMENTO "ANTONIO CARLOS"	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1	1	
44	GERENTE JURIDICO	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	
45	PEREGRINO	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
46	PRESIDENTE	1	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	
47	SOCIOLOGO	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
48	SUPERVISOR A	0	0	0	0	0	0	118	4	87	91	91	
49	SUPERVISOR B	0	0	0	0	0	0	12	7	21	21	21	
50	SUPERVISOR C	0	0	0	0	0	0	16	1	5	6	6	
51	TECNICO AGRICOLA	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
52	VETERINARIO	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
53	ZOOTECNISTA	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Total :		857	20	0	0	0	0	162	12	124	906	906	

AGENCIA GOIANA DE ESPORTE E LAZER - AGE

Classe de Cargos e Empregos	Quantitativo - Cargos Efetivos						Quantitativo - Cargos Comissionados		Ocupado por Funcionário sem vínculo com o	
	CLT	Estaduais	Inativos	Pens.	Pens. Esp.	Outros	Ocupado por	Ocupado por	Estado	Total
							Funcionário Efetivo do Órgão	Funcionário Comissionado Especializado		
ADMINISTRADOR DE CENTROS ESPORTIVOS II	0	2	0	0	0	0	0	0	0	2
AGENTE ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL APOIO	0	0	0	0	0	0	2	2	0	4
AGENTE ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL TECNICO	0	0	0	0	0	0	1	0	0	1
AGENTE ADMINISTRATIVO I	0	2	0	0	0	0	0	0	0	2
ANALISTA DE ESPORTE E LAZER	0	51	0	0	0	0	0	0	0	51
ANALISTA DE GESTAO ADMINISTRATIVA	1	0	0	0	0	0	0	0	0	1
ARQUITETO	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1
ASSESSOR ADMINISTRATIVO FINANCEIRO	0	1	0	0	0	0	0	0	0	1
ASSESSOR ADMINISTRATIVO I	0	1	0	0	0	0	0	0	0	1
ASSESSOR ESPECIAL A	0	0	0	0	0	0	0	6	0	6
ASSESSOR ESPECIAL B	0	0	0	0	0	0	0	9	0	9
ASSESSOR ESPECIAL C	0	0	0	0	0	0	0	5	0	5
ASSESSOR ESPECIAL D	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
ASSESSOR ESPECIAL E	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
ASSISTENTE DE GABINETE A	0	0	0	0	0	0	15	15	0	15
ASSISTENTE DE GABINETE B	0	0	0	0	0	0	27	0	0	27
ASSISTENTE DE GABINETE C	0	0	0	0	0	0	12	8	0	20
ASSISTENTE DE GABINETE D	0	0	0	0	0	0	23	9	0	32
ASSISTENTE DE GABINETE E	0	0	0	0	0	0	7	0	0	7
ASSISTENTE DE GABINETE F	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
ASSISTENTE DE GESTAO ADMINISTRATIVA	0	48	0	0	0	0	0	7	0	48
AUXILIAR DE GESTAO ADMINISTRATIVA	0	9	0	0	0	0	0	0	0	9
AUXILIAR DE SERVICOS GERAIS	0	88	0	0	0	0	0	0	0	88
CHEFE DE GABINETE	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1
CONSULTOR TECNICO	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1
DIRETOR ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1
DIRETOR DE ESPORTES	0	0	0	0	0	0	1	0	0	1
DIRETOR DE LAZER	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1
ESTAGIARIO	0	0	0	0	0	42	0	0	0	42
EXECUTOR DE SERVICOS ADMINISTRATIVOS I	0	7	0	0	0	0	0	0	0	7
EXECUTOR DE SERVICOS ADMINISTRATIVOS II	0	5	0	0	0	0	0	0	0	5
EXECUTOR DE SERVICOS AUXILIARES I	0	5	0	0	0	0	0	0	0	5
EXECUTOR DE SERVICOS AUXILIARES II	0	1	0	0	0	0	0	0	0	1
GERENTE ADMINISTRATIVO	0	0	0	0	0	0	0	0	7	7
GERENTE DA ASSESSORIA DE COMUNIC E MARK	0	0	0	0	0	0	0	1	1	2
GERENTE DA ASSESSORIA DE PLANEJAMENTO	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1
GERENTE DA ASSESSORIA DE QUALIDADE	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1
GERENTE DA ASSESSORIA JURIDICA	0	0	0	0	0	0	1	0	0	1
GERENTE DA COISSAO PERMAN DE LICITACAO	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1
GERENTE DE ENGENHARIA	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1
GERENTE DE ESPORTE DE PARTICIPACAO	0	0	0	0	0	0	1	0	0	1
GERENTE DE ESPORTE DE RENDIMENTO	0	0	0	0	0	1	0	0	0	1
GERENTE DE EVENTOS	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1
GERENTE DE LAZER COMUNITARIO	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1
GERENTE DE LAZER INSTITUCIONAL	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1
GERENTE DE MANUTENCAO	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1
GERENTE DE PROGRAMAS ESPECIAIS	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
GERENTE DE PROJETOS E CONVENIOS	0	0	0	0	0	0	1	0	0	1
GERENTE DE RECURSOS HUMANOS	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1
GERENTE DO CENTRO DE TREINAMENTO E PESQU	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1
GERENTE EXEC DO AUTO INT AKTION SERVA	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1
GERENTE EXEC DO CENTRO DE EXCELENCIA	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1
GERENTE EXEC DO ESTADO SERRA DOURADA	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1
GERENTE FINANCEIRO E ORÇAMENTARIO	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1
GERENTE TECNICO	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1
GESTOR DE FINANCAS E CONTROLE	0	1	0	0	0	0	0	0	0	1
INSTRUTOR TECNICO ESPORTIVO	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
LOCUTOR ENTREVISTADOR	1	0	0	0	0	0	0	1	0	1
MOTORISTA	1	0	0	0	0	0	0	2	0	2
PRESIDENTE	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1
PROFESSOR I	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
PROFESSOR II	0	0	0	0	0	0	0	6	0	6
PROFESSOR III	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
PROFESSOR IV	0	0	0	0	0	0	0	5	0	5
REDATOR	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1

[illegible]

AGENCIA GOIANA DE MEIO AMBIENTE - AGEMAR

Classe de Cargos e Empregos	Quantitativo - Cargos Efetivos						Quantitativo - Cargos Comissionados		Total
	CLT	Estaduais	Inativos	Pens.	Pens. Esp.	Outros	Ocupado por	Ocupado por	
							Funcionário Efetivo do Órgão	Funcionário sem vínculo com o Estado do Rio de Janeiro	
AGENTE ADMINISTRATIVO	0	10	0	0	0	0	0	0	10
ANALISTA AMBIENTAL	0	76	0	0	0	0	0	0	76
ANALISTA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA	0	10	0	0	0	102	0	0	112
ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	0	11	0	0	0	0	0	0	93
ASSISTENTE AMBIENTAL	0	54	0	0	0	0	0	0	54
ASSISTENTE DE GESTÃO ADMINISTRATIVA	0	79	0	0	0	0	0	0	79
AUXILIAR ADMINISTRATIVO	0	15	0	0	0	0	0	0	15
AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	0	6	0	0	0	0	0	0	6
CHEFE DE GABINETE	0	0	0	0	0	0	0	0	4
DIRETOR ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO	0	0	0	0	0	0	0	0	206
DIRETOR DE ECOSISTEMAS	0	0	0	0	0	0	0	0	4
DIRETOR DE QUALIDADE AMBIENTAL	0	0	0	0	0	0	0	0	0
ESTAGIÁRIO NÍVEL MÉDIO	0	0	0	0	15	0	0	0	15
ESTAGIÁRIO NÍVEL SUPERIOR	0	0	0	0	173	0	0	0	173
EXECUTOR ADMINISTRATIVO	0	7	0	0	0	0	0	0	7
EXECUTOR DE SERV. TEC. PROFISSIONAIS II	0	4	0	0	0	0	0	0	4
EXECUTOR DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS	0	20	0	0	0	0	0	0	20
EXECUTOR DE SERVIÇOS AUXILIARES I	0	8	0	0	0	0	0	0	8
GUARDA FLORESTAL	0	26	0	0	0	0	0	0	26
MONITOR I	0	7	0	0	0	0	0	0	7
NOTICISTA	0	29	0	0	0	0	0	0	29
PRESENTE	0	8	0	0	0	0	2	0	9
TECNICO DE NIVEL MEDIO III	0	25	0	0	0	8	0	0	33
TECNICO DE NIVEL SUPERIOR	0	60	0	0	0	10	0	0	70
TELEFONISTA	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Total :	0	455	0	0	0	111	2	2	107

AGÊNCIA GOIANA DE TRANSPORTE E OBRAS PÚBLICAS - AGETOP[illegible]

[illegible]



GESTOR PUBLICO	0	0	0	0	0	0	0	2	0	2
PROFESSOR	0	0	0	0	0	0	0	1	0	9
PROFSSIONAL DE EDUCACAO I	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1
REDA TOR	0	0	0	0	0	0	0	2	0	2
SECRETARIO DE ESTADO	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1
SUPERINT DE ADMINISTRACAO E FINANÇAS	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1
SUPERINT DE ENSINO SUPERIOR	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1
SUPERINT DESENV CIENT TECNOLOGIA E INOVACAO	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1
SUPERINT EXECUTIVO	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1
SUPERINT FOMENTO APOIO PESQUISA	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1
SUPERVISOR B	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1
SUPERVISOR C	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1
Total :	0	1	0	0	0	0	1	118	26	145

SECRETARIA DE COMERCIO EXTERIOR - SECOMEX

Classe de Cargos e Empregos	CLT	Estaduais	Inativos	Pens.	Pens. Esp.	Outros	Quantitativo - Cargos Comissionados	Ocupado por Funcionário Efetivo do Órgão	Ocupado por Funcionário Estatal vindo à Disposição	Ocupado por Funcionário sem vínculo com o Estado	Total
CHEFE DA ASSESSORIA TECNICA E PLANEJAMEN	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	2
CHEFE DE GABINETE	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	2
CHEFE DA COMISSAO PERMANENTE DE LICITACAO	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	2
CHEFE DA QUALIDADE	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	2
CHEFE DA SECRETARIA GERAL	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	2
CHEFE DE APOIO A EXPORTACAO	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	2
CHEFE DE APOIO ADMINISTRATIVO	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	2
CHEFE DE COMUNICACAO SOCIAL	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	2
CHEFE DE ESTUDIOS DE MERCADO	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	2
CHEFE DE EDUCACAO ORGANIZATORIA E FINAN	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	2
CHEFE DE PLANEJAMENTO E MODERNIZACAO	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	2
CHEFE DE PRODUTOS PARA EXPORTACAO	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	2
CHEFE DE PROMOCAO COMERCIAL	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	2
SECRETARIO DE ESTADO	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	2
SUPERINT DE ADMINISTRACAO E FINANÇAS	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	2
SUPERINT DE PRODUTOS P/ EXPORT E MERCADO	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	2
SUPERINT DE PROM COM E APOIO EXPORTACAO	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	2
SUPERINT EXECUTIVO	0	0	0	0	0	0	0	0	2	16	18
Total :	0	0	0	0	0	0	0	0	2	16	18

SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA - SEF

Classe de Cargos e Empregos	CLT	Estaduais	Inativos	Pens.	Pens. Esp.	Outros	Quantitativo - Cargos Comissionados	Ocupado por Funcionário Efetivo do Órgão	Ocupado por Funcionário Estatal vindo à Disposição	Ocupado por Funcionário sem vínculo com o Estado	Total
AGENTE ADMINISTRATIVO	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2
AGENTE FAZENDARIO I	0	94	0	0	0	0	0	0	0	0	94
AGENTE FAZENDARIO II	0	71	0	0	0	0	0	0	0	0	71
ASSESSOR ADMINISTRATIVO II	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	1
AUDITOR FISCAL DA RECEITA ESTADUAL I	0	291	0	0	0	0	0	0	0	0	291
AUDITOR FISCAL DA RECEITA ESTADUAL II	0	271	0	0	0	0	0	0	0	0	271
AUXILIAR FAZENDARIO "A" C	0	11	0	0	0	0	0	0	0	0	11
AUXILIAR FAZENDARIO "A" D	0	5	0	0	0	0	0	0	0	0	5
AUXILIAR FAZENDARIO "B" C	0	6	0	0	0	0	0	0	0	0	6
AUXILIAR FAZENDARIO "B" D	0	4	0	0	0	0	0	0	0	0	4
AUXILIAR FAZENDARIO "B" E	0	6	0	0	0	0	0	0	0	0	6
CHEFE DA ASSESSORIA DE APOIO TECN E JUR	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	2
CHEFE DE GABINETE	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	2
CONDUCTOR DE VEICULOS	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	1
COORDENADOR DE LICITACAO	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
ESTAGIARIO NIVEL MEDIO	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
ESTAGIARIO NIVEL SUPERIOR	0	0	0	0	17	0	0	0	0	0	17
EXECUTOR ADMINISTRATIVO	0	2	0	0	0	0	0	0	0	0	2
EXECUTOR ADMINISTRATIVO TS	0	5	0	0	0	0	0	0	0	0	5
EXECUTOR DE SERV TEC PROFISSIONAIS I	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	1
EXECUTOR DE SERVICOS ADMINISTRATIVOS I	0	18	0	0	0	0	0	0	0	0	18
EXECUTOR DE SERVICOS ADMINISTRATIVOS II	0	51	0	0	0	0	0	0	0	0	51
EXECUTOR DE SERVICOS AUXILIARES I	0	4	0	0	0	0	0	0	0	0	4
EXECUTOR DE SERVICOS AUXILIARES II	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
GERENTE ADMINISTRATIVO	0	0	0	0	0	0	0	0	5	5	10
GERENTE EXEC DO ENDOTAMENTO DO ESTADO	0	47	0	0	0	0	0	0	0	0	47
GESTOR	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	1
MECANOGRAFO	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	1
MONITOR	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	1
MONITOR III	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	1
MOTORISTA	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
PENSAO ESPECIAL	0	0	0	0	468	0	0	0	0	0	468
SECRETARIO DE ESTADO	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
SERVENTE	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
SUPERINT DO FUNDO PROTEGE COISAS	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
SUPERINT DO PATRIMONIO ESTADUAL	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
SUPERINT DO TESOURO ESTADUAL	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
SUPERVISOR A	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
SUPERVISOR ANALISTA JURIDICO	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
SUPERVISOR B	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
SUPERVISOR C	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
TECNICO DE NIVEL SUPERIOR	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
TECNICO EM LEGISLACAO ESPORTIVA	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	1
TECNICO EM LEGISLACAO ESPORTIVA B	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
TECNICO FAZENDARIO ESTADUAL I	0	71	0	0	0	0	0	0	0	0	71
TECNICO FAZENDARIO ESTADUAL II	0	158	0	0	0	0	0	0	0	0	158
TECNICO FAZENDARIO ESTADUAL III	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Total :	0	1906	0	0	468	18	0	0	0	124	2516

SECRETARIA DE ESTADO DA INFRAESTRUTURA - SEINFRA

Classe de Cargos e Empregos	CLT	Estaduais	Inativos	Pens.	Pens. Esp.	Outros	Quantitativo - Cargos Comissionados	Ocupado por Funcionário Efetivo do Órgão	Ocupado por Funcionário Estatal vindo à Disposição	Ocupado por Funcionário sem vínculo com o Estado	Total
ASSESSOR TECNICO	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	1
ASSISTENTE ADMINISTRATIVO III	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	1
ASSISTENTE ADMINISTRATIVO JUNIOR	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	1
CHEFE DA ASSESSORIA TECNICA E PLANEJAMEN	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
CHEFE DE GABINETE	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
EXECUTOR DE SERVICOS ADMINISTRATIVOS I	0	11	0	0	0	0	0	0	0	0	11
EXECUTOR DE SERVICOS ADMINISTRATIVOS II	0	18	0	0	0	0	0	0	0	0	18
EXECUTOR DE SERVICOS AUXILIARES I	0	6	0	0	0	0	0	0	0	0	6
EXECUTOR DE SERVICOS AUXILIARES II	0	2	0	0	0	0	0	0	0	0	2
FISCAL DE TRANSPORTES	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
GERENTE DA ASSESSORIA DE IMPRENSA	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
GERENTE DA ASSESSORIA JURIDICA	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
GERENTE DA COMISSAO PERMANENTE DE LICITACAO	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
GERENTE DA QUALIDADE	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
GERENTE DE APOIO ADMINISTRATIVO	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
GERENTE DE ENERGIAS ALTERNATIVAS E TELECOM	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
GERENTE DE ENERGIAS CONVENCIONAIS	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
GERENTE DE ESTUDIOS PROJETOS E MEIO AMBIEN	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
GERENTE DE INFRAESTRUTURA HIDRO E HERRIOVI	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
GERENTE DE INFRAESTRUTURA RODO AEROVIA	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
GERENTE DE ORCAMENTO E FINANÇAS	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
GERENTE DE PLANEJAMENTO	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
GERENTE DE PROJETOS ESPECIAIS	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
GERENTE DE RECURSOS HUMANOS	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
GERENTE DE SUPERVISAO DE OBRAS	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
GERENTE EXEC DE RECURSOS ENERGETICOS REN	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
REPORTER	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	1
SECRETARIO DE ESTADO	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
SUPERINT DE ADMINISTRACAO E FINANÇAS	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
SUPERINT DE ENERGIAS E TELECOMUNICACOES	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
SUPERINT DE ESTUDIOS E PROJETOS	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	1
SUPERINT DE POLIT E PROG OBRAS PUBLICAS	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
SUPERINT DE TRANSPORTES	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
SUPERINT EXECUTIVO	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
TECNICO DE DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	1
TECNICO DE NIVEL SUPERIOR	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Total :	0	2	0	0	0	0	0	0	0	21	23

SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTICA - SEIUS

Classe de Cargos e Empregos	Cargos Flet						Cargos Comissionados		Ocupado por	
	Função	Inativo	Pens.	Pens. Esp.	Outros	Função	Função	Função	Função	
AGENTE DE SEGURANCA PRISIONAL	0	2	0	0	0	0	0	0	0	
AGENTE DE SEGURANCA PRISIONAL I	0	5	0	0	0	0	0	0	0	
ANALISTA PRISIONAL	0	4	0	0	0	0	0	0	0	
ASSISTENTE DE GESTAO ADMINISTRATIVA	0	1	0	0	0	0	0	0	0	
ASSISTENTE DE GESTAO PRISIONAL	0	8	0	0	0	0	0	0	0	
AUXILIAR DE GESTAO ADMINISTRATIVA	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
CHEFE DA ASSESSORIA DE INFORM E TELECOM	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
CHEFE DA ASSESSORIA JURIDICA	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
CHEFE DA ASSESSORIA MILITAR	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
CHEFE DA ASSESSORIA TECNICA E PLANEJAMEN	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
CHEFE DE GABINETE	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
CORREGEDOR GERAL DA JUSTICA	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
DIRETOR DE UNIDADE PRISIONAL DE PORTE 1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
DIRETOR DE UNIDADE PRISIONAL DE PORTE 2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
DIRETOR DE UNIDADE PRISIONAL DE PORTE 3	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
DIRETOR DE UNIDADE PRISIONAL DE PORTE 4	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
DIRETOR DE UNIDADE PRISIONAL DE PORTE 5	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
DIRETOR REGIONAL	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
ENFERMEIRO	0	0	0	0	0	1	0	0	0	
EXECUTOR DE SERVICOS ADMINISTRATIVOS I	0	2	0	0	0	0	0	0	0	
EXECUTOR DE SERVICOS AUXILIARES I	0	1	0	0	0	0	0	0	0	
EXECUTOR DE SERVICOS DE VIGILANCIA I	0	2	0	0	0	0	0	0	0	
GERENTE DA ASSESSORIA DE CONSUMO SOCIAL	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
GERENTE DA ASSESSORIA DE PLANEJAMENTO	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
GERENTE DA CONVOSSAO PERMAN DE LICITACAO	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
GERENTE DA SECRETARIA GERAL	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
GERENTE DE ADMINISTRACAO	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
GERENTE DE ANALISE DE INFORMACOES	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
GERENTE DE APOIO A MUNICIPALIZACAO	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
GERENTE DE APOIO LOGISTICO	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
GERENTE DE APROVEITAMENTO	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
GERENTE DE ASSISTENCIA A SAUDE	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
GERENTE DE ASSISTENCIA JUDICIARIA	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
GERENTE DE ASSISTENCIA PSICOLOGICA	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
GERENTE DE ASSISTENCIA SOCIAL	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
GERENTE DE ATENDIMENTO AO CIDADAO	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
GERENTE DE ATENDIMENTO E SUPORTE A CLIE	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
GERENTE DE CONTRA INTELIGENCIA	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
GERENTE DE CONTRATOS E CONVENIOS	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
GERENTE DE CORRECCAO	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
GERENTE DE EDUCACAO PJ O CONSUMO ADEQUAD	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
GERENTE DE FISCALIZACAO	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
GERENTE DE INFRA-ESTRUTURA	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
GERENTE DE MATERIAL E PATRIMONIO	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
GERENTE DE OPERACOES DE INTELIGENCIA	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
GERENTE DE PESQUISA E CALCULOS	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
GERENTE DE PROCESSOS ADMINISTRATIVOS	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
GERENTE DE PRODUCCAO AGRICOLA	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
GERENTE DE PRODUCCAO INDUSTRIAL	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
GERENTE DE PROG DE PROT A VITINA E TEST	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
GERENTE DE PROJETOS DE SIST DE INFORMACA	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
GERENTE DE RECUPERACAO	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
GERENTE DE RECURSOS HUMANOS	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
GERENTE DE TRANSPORTES	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
GERENTE DO CONTECCIONCO JUDICIAL E ADMINI	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
GERENTE DO FUNDO ESTADUAL DE DEFESA DO C	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
GERENTE EXEC DOS DIREITOS HUMANOS	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
GERENTE FINANCEIRO E ORCAMENTARIO	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
GERENTE JURIDICO E CONTECCIONCO	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
NUTRICIONISTA	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
ODONTOLOGO	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
OUVIDOR GERAL DE JUSTICA	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
SECRETARIO DE ESTADO	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
SUPERINT DE INTELIGENCIA	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
SUPERINT DE PROD AGRO INDUST	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
SUPERINT DE PROTECCAO DIREITOS DO CONSUMI	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
SUPERINT DE REINTEGRACAO SOCIAL	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
SUPERINT DE SEGURANCA PRISIONAL	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
SUPERINT DO CENTRO DE RECUP DEP QUIM	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
SUPERINT DO CENTRO EXEC SIST EXE	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
SUPERINT EXECUTIVO	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
SUPERVISOR A	0	0	0	0	0	0	26	0	59	
SUPERVISOR B	0	0	0	0	0	0	15	0	16	
SUPERVISOR C	0	0	0	0	0	0	20	0	20	
TECNICO EM ENFERMAGEM	0	0	0	0	0	4	0	0	0	



MANTENEDOR DE VEICULOS	0	4	0	0	0	0	0	0	0	4
MEDICO LEGISTA	0	0	0	0	0	16	0	0	0	16
MEDICO LEGISTA DE 1A. CLASSE	0	10	0	0	0	0	0	0	0	10
MEDICO LEGISTA DE 2A. CLASSE	0	56	0	0	0	0	0	0	0	56
NOTORISTA	0	2	0	0	0	0	0	0	0	10
CONDUZOR GERAL DE POLICIA	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
PENSAO ESPECIAL	0	0	0	0	195	0	0	0	0	195
PERITO CRIMINAL DE CLASSE ESPECIAL	0	8	0	0	0	0	0	0	0	8
PERITO CRIMINAL DE 1A. CLASSE	0	17	0	0	0	0	0	0	0	17
PERITO CRIMINAL DE 2A. CLASSE	0	86	0	0	0	0	0	0	0	86
SUPERINT DA ACADEN EST DE SEGUR PUBLICA	0	0	0	0	0	0	1	0	1	1
SUPERINT DE INTELIGENCIA	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1
SUPERINT DE POLICIA JUDICIARIA	0	0	0	0	0	0	0	1	1	1
SUPERINT DE POLICIA TECNICO CIENTIFICA	0	0	0	0	0	0	0	1	1	1
SUPERINT EXECUTIVO	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1
SUPERVISOR A	0	0	0	0	0	0	0	26	26	26
SUPERVISOR B	0	0	0	0	0	0	0	2	2	2
SUPERVISOR C	0	0	0	0	0	0	0	1	1	1
TECNICO EM GERENCIAMENTO	0	0	0	0	0	1	0	0	1	1
TECNICO EM RADIOLOGIA	0	0	0	0	0	1	0	0	0	1
TEMPORARIO	0	0	0	0	0	18	0	0	0	18
VIGILANTE	0	0	0	0	0	2	0	0	0	2
ZELADOR	0	0	0	0	0	2	0	0	0	2
Total :	0	41	0	0	195	85	0	242	42	997

SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS HIDRICOS - SEMARH

Classe de Cargos e Empregos	CLT	Estaduais	Inativos	Pens.	Pens. Esp.	Outros	Quantitativo - Cargos Efetivos	Quantitativo - Cargos Comissionados	Ocupado por Funcionário Efetivo do Órgão	Ocupado por Funcionário Estadal vindo à Disposição	Ocupado por Funcionário sem vínculo com o Estado	Total
CHEFE DA ASSESSORIA TECNICA	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1
CHEFE DE GABINETE	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1
GERENTE ADMINISTRATIVO	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	1
GERENTE DA ASSESSORIA DE COMUNIC SOCIAL	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	1
GERENTE DA ASSESSORIA JURIDICA	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	1
GERENTE DA COMISSAO PERMAN DE LICITACAO	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	1
GERENTE DA QUALIDADE	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	1
GERENTE DE ACOES AMBIENTAIS INTEGRADAS	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1	1
GERENTE DE ARTICULACAO INSTITUCIONAL	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	1	1
GERENTE DE EDUCACAO AMBIENTAL	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	1	1
GERENTE DE FAUNA E FLORA	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	1	1
GERENTE DE GEOPROCESSAMENTO	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	1	1
GERENTE DE GESTAO DE RECURSOS HIDRICOS	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1	0	1
GERENTE DE POLIT DE RECURSOS HIDRICOS	0	0	0	0	0	0	0	1	1	0	1	1
GERENTE DE PRODUCAO SUSTENTAVEL	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	0	1
GERENTE DE RECURSOS HUMANOS	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	0	1
GERENTE DE UNIDADES DE CONSERVACAO DE PR	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1	0	1
GERENTE DE UNIDADES DE CONSERVACAO DE US	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	0	1
GERENTE ORCAMENTARIO E FINANCEIRO	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	0	1
GERENTE TECNICO	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	1
SECRETARIO DE ESTADO	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1	0	1
SUPERINT DE ADMINISTRACAO E FINANCAS	0	0	0	0	0	0	0	1	1	0	1	1
SUPERINT DE BIODIVERSIDADE E FLORESTAS	0	0	0	0	0	0	0	1	1	0	1	1
SUPERINT DE GESTAO E PROTECAO AMBIENTAL	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	0	1
SUPERINT DE RECURSOS HIDRICOS	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1	0	1
SUPERINT EXECUTIVO	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	1
SUPERVISOR C	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2	2	2
Total :	0	0	0	0	0	0	0	0	6	22	28	34

SECRETARIA DO PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO - SEPLAN

Classe de Cargos e Empregos	CLT	Quantitativo - Cargos Efetivos					Quantitativo - Cargos Comissionados		Ocupado por Funcionário sem vínculo com o Estado	Total
		Estaduais	Inativos	Pens.	Pens. Esp.	Outros	Ocupado por Funcionário Efetivo do Órgão	Ocupado por Funcionário Estadal vindo à Disposição		
AGENTE ADMINISTRATIVO I	0	1	0	0	0	0	0	0	0	1
AGENTE ADMINISTRATIVO II	0	4	0	0	0	0	0	0	0	4
AGENTE ADMINISTRATIVO III	0	1	0	0	0	0	0	0	0	1
AGENTE CONDUZOR DE VEICULOS AUTOMOTORES	0	1	0	0	0	0	0	0	0	1
AGENTE CONDUZOR DE VEICULOS AUTOMOTORES	0	1	0	0	0	0	0	0	0	1
AGENTE DE PLANEJAMENTO III	0	1	0	0	0	0	0	0	0	1
ANALISTA DE COMUNICACAO I	0	2	0	0	0	0	0	0	0	2
ANALISTA DE FINANÇAS E CONTROLE I	0	2	0	0	0	0	0	0	0	2
ANALISTA DE GESTAO PUBLICA I	0	2	0	0	0	0	0	0	0	2
ANALISTA DE GESTAO PUBLICA II	0	4	0	0	0	0	0	0	0	4
ANALISTA DE GESTAO PUBLICA III	0	1	0	0	0	0	0	0	0	1
ANALISTA DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO I	0	1	0	0	0	0	0	0	0	1
ANALISTA DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO II	0	2	0	0	0	0	0	0	0	2
ANALISTA JURIDICO I	0	1	0	0	0	0	0	0	0	1
ASSISTENTE DE PLANEJAMENTO I	0	7	0	0	0	0	0	0	0	7
ASSISTENTE DE PLANEJAMENTO II	0	0	7	2	0	0	0	0	0	9
AUXILIAR DE PLANEJAMENTO II	0	0	1	0	0	0	0	0	0	1
CHEFE DA ASSESSORIA DE ASSUNTOS INTERNAC	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
CHEFE DA ASSESSORIA TECNICA E PLANEJAMEN	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
CHEFE DE GABINETE	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
CONDUZOR DE VEICULOS	0	0	1	0	0	0	0	0	0	1
CONSULTOR TECNICO ESPECIALIZADO	0	0	0	1	0	0	0	0	0	1
ECONOMISTA	0	0	0	1	0	0	0	0	0	1
ENGENHEIRO	0	0	1	0	0	0	0	0	0	1
ESPECIALISTA EM POLIT PUB E GESTAO GOVER	0	1	0	0	0	0	0	0	0	1
ESPECIALISTA EM POLIT PUB E GESTAO GOVER	0	1	0	0	0	0	0	0	0	1
ESTAGIARIO	0	0	0	0	0	21	0	0	0	21
ESTADISTICO	0	0	1	0	0	0	0	0	0	1
EXECUTOR DE SERVICOS ADMINISTRATIVOS I	0	0	1	0	0	0	0	0	0	1
EXECUTOR DE SERVICOS ADMINISTRATIVOS II	0	0	2	0	0	0	0	0	0	2
GERENTE ADMINISTRATIVO DE PROJETOS	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
GERENTE ADMINISTRATIVO DO BANCO DO POVO	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
GERENTE ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO - BO	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
GERENTE DA ASSESSORIA ESPECIAL	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1
GERENTE DA ASSESSORIA GERAL DO GABINETE	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1
GERENTE DA COMISSAO PERMAN DE LICITACAO	0	0	0	0	0	0	1	0	0	1
GERENTE DA QUALIDADE	0	0	0	0	0	0	1	1	0	2
GERENTE DA SECRETARIA GERAL	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1
GERENTE DE ACOA PERMANENTE	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1
GERENTE DE ACORDOS E COOPERACAO TECNICA	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1
GERENTE DE ANALISE E ACOMP ORÇAMENTARIO	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1
GERENTE DE ANALISE E AVALIACAO	0	0	0	0	0	0	0	1	1	2
GERENTE DE ANALISE E PRESTACAO DE CONTAS	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1
GERENTE DE ANALISE ECONOMICA	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1
GERENTE DE APOIO INSTITUCIONAL	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1
GERENTE DE ASSUNTOS ESPECIAIS	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1
GERENTE DE ATRACAO DE INVESTIMENTOS ESTR	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1
GERENTE DE CAPACITACAO E MOBILIZACAO	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
GERENTE DE CONVETIVIDADE	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
GERENTE DE COMUNICACAO	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1
GERENTE DE CONTAS REGIONAIS	0	0	0	0	0	0	1	0	0	1
GERENTE DE CONTRAPARTIDA - BOLSA UNIVERS	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1
GERENTE DE CONTRATOS E CONVENIOS	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1
GERENTE DE CONTROLADORIA	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1
GERENTE DE DESENV OPERACIONAL	0	0	0	0	0	0	1	0	0	1
GERENTE DE ENTORNO DE BRASILIA	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1
GERENTE DE ESTATISTICA SOCIOECONOMICA	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1
GERENTE DE ESTUDOS E OPERACOES	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1
GERENTE DE ESTUDOS E PROJETOS	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1
GERENTE DE ESTUDOS ESPECIAIS	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1
GERENTE DE INDICES DE PREÇOS	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1
GERENTE DE INFORMATICA - BOLSA UNIVERSIT	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1
GERENTE DE INFORMATICA E TECNOLOGIA	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1
GERENTE DE MARKETING	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1
GERENTE DE MODERNIZACAO DE GESTAO	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
GERENTE DE ORGANIZ ADMINISTRATIVA	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1
GERENTE DE PROJETOS E OBRAS	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1
GERENTE DE PROJETOS ESPECIAIS	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1
GERENTE DE RECURSOS HUMANOS	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1
GERENTE DE SELECAO E ACOMPANHAMENTO - BO	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1
GERENTE DE SERVICOS GERAIS	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1
GERENTE DE SISTEMA ESTADUAL DE ESTATISTI	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1
GERENTE DE SUPORTE TECNICO	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1
GERENTE DE TREINAMENTO E DESENVOLVIMENTO	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1
GERENTE DO FAROL	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1
GERENTE DO NORDESTE	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1
GERENTE DO NORTE GOIANO	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1
GERENTE EXEC DA BOLSA UNIVERSITARIA	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1
GERENTE EXEC DE COOPERATIVISMO	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1
GERENTE EXEC DE PROJETOS ESTRATEGICOS	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1
GERENTE EXEC DE QUALIDADE	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1
GERENTE EXEC DO BANCO DO POVO	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1
GERENTE FINANCEIRO	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1
GERENTE JURIDICO	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1
GERENTE OPERACIONAL - BANCO DO POVO	0	0	0	0	0	0	1	0	0	1
GERENTE PARA ASSUNTOS CONSULARES E DIPLO	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1
GERENTE TECNICO DO BANCO DO POVO	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1
HISTORIETA	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
SECRETARIO DE ESTADO	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
SECRETARIO EXEC CONS DESENVOLV ESTADO	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
SECRETARIO EXEC CONS EST INVEST PARC DES	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1
SUPERINT DE ADMINISTRACAO E FINANÇAS	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1
SUPERINT DE DESENVOLVIMENTO	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1
SUPERINT DE ESTATISTICA PESQ INFORMACAO	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1
SUPERINT DE IRRIGACAO	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1
SUPERINT DE ORÇAMENTO	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1
SUPERINT PLANEJAMENTO E CONTROLE	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1
SUPERVISOR I	0	0	0	0	0	0	0	0	27	27
SUPERVISOR II	0	0	0	0	0	0	0	0	21	21
SUPERVISOR III	0	0	0	0	0	0	0	0	17	17
SUPERVISOR IV	0	0	0	0	0	0	0	0	20	20
SUPERVISOR IX	0	0	0	0	0	0	0	0	5	5
SUPERVISOR V	0	0	0	0	0	0	0	0	8	8
SUPERVISOR VI	0	0	0	0	0	0	0	0	10	10
SUPERVISOR VII	0	0	0	0	0	0	0	0	10	10
SUPERVISOR VIII	0	0	0	0	0	0	0	0	6	6
SUPERVISOR X	0	0	0	0	0	0	0	0	5	5
SUPERVISOR XI	0	0	0	0	0	0	0	0	2	2
SUPERVISOR XII	0	0	0	0	0	0	0	0	10	10
SUPERVISOR XIII	0	0	0	0	0	0	0	0	5	5
SUPERVISOR XIV	0	0	0	0	0	0	0	0	2	2
TECNICO ADMINISTRATIVO I	0	1	0	0	0	0	0	0	0	1
TECNICO ADMINISTRATIVO II	0	5	0	0	0	0	0	0	0	5
TECNICO ADMINISTRATIVO III	0	1	0	0	0	0	0	0	0	1
TECNICO DE NIVEL SUPERIOR	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
TECNICO EM CONTABILIDADE	0	0	0	1	0	0	0	0	0	1
TECNICO EM PLANEJAMENTO	0	0	18	2	0	0	0	0	0	20



AUXILIAR DE MANTENEDOR GERAL	0	0	1	0	0	0	0	0	0	1
AUXILIAR DE OFICINA	0	1	1	1	0	0	0	0	0	0
BIBLIOTECARIO	0	1	0	0	0	0	0	0	0	1
CHEFE DA ASSessorIA DA PRESIDENCIA	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1
CHEFE DE GABINETE DA PRESIDENCIA	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0
CHEFE DE GABINETE DA PROCURADORIA	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1
CHEFE DE GABINETE DE CONSELHEIRO	0	0	0	0	0	0	0	0	6	6
CHEFE DE SECAO	0	0	0	0	0	0	4	4	0	0
CHEFE DE SETOR	0	0	0	0	0	0	1	0	1	1
CONDUTOR I	0	0	1	2	0	0	0	0	0	0
CONDUTOR II	0	0	1	2	0	0	0	0	0	6
CONSELHEIRO	0	7	20	5	0	0	0	0	0	0
CONSULTOR DE CONTAS MUNICIPAIS	0	0	1	0	0	0	0	0	0	1
INSPECTOR CORRECTOR	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
INSPECTOR I	0	22	20	8	0	0	0	0	0	50
INSPECTOR II	0	11	6	2	0	0	0	0	0	20
INSPECTOR III	0	7	14	1	0	0	0	0	0	22
JORNALISTA	0	1	0	0	0	0	0	0	0	1
MANTENEDOR GERAL	0	1	1	0	0	0	0	0	0	2
MECANOGRAFISTA ESPECIALIZADO	0	17	2	2	0	0	0	0	0	21
MOTORISTA DE REPRESENTACAO	0	0	0	0	0	0	0	0	9	9
ODONTOLOGO	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
OFICIAL ADMINISTRATIVO I	0	6	8	0	0	0	0	0	0	14
OFICIAL ADMINISTRATIVO II	0	0	5	2	0	0	0	0	17	0
OFICIAL ADMINISTRATIVO III	0	4	5	1	0	0	0	0	0	10
PROCURADOR DE CONTAS	0	2	0	1	0	0	0	0	0	6
PROCURADOR GERAL DE CONTAS	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0
SECRETARIO DA PRESIDENCIA	0	0	0	0	0	0	0	2	2	0
SUPERINT DE ADMINISTRACAO	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1
SUPERINT DE ENGENHARIA	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
SUPERINT DE FISCALIZACAO DE EMPRESAS	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
SUPERINT DE FISCALIZACAO MUNICIPAL	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0
SUPERINT DE SECRETARIA	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
SUPERINT JURIDICO	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1
TECNICO DE SAUDE	0	0	1	0	0	0	0	0	0	1
TELEFONISTA	0	1	0	1	0	0	0	0	0	0
VERIFICADOR DE CONTAS	0	6	0	0	0	0	0	0	0	9
VERIFICADOR DE OBRAS PUBLICAS	0	4	0	0	0	0	0	0	0	4
VIGIA	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Total :	0	180	172	100	0	0	8	1	100	529

TRIBUNAL DE JUSTICA DO ESTADO DE GOIAS - TJ

TRIBUNAL DE JUSTICA DO ESTADO DE GOIAS - TJ

Classificação	Quantitativo - Cargos Efetivos						Ocupação por Função Efetiva	Ocupação por Função Efetivo	Ocupação por Função Efetivo	Ocupação por Função Efetivo	Total	
	CLT	Estaduais	Inativos	Pena	Pena, Esp	Outros						
Classificação	CLT	Estaduais	Inativos	Pena	Pena, Esp <td>Outros</td> <td>Ocupação por Função Efetiva</td> <td>Ocupação por Função Efetivo</td> <td>Ocupação por Função Efetivo</td> <td>Ocupação por Função Efetivo</td> <td>Total</td>	Outros	Ocupação por Função Efetiva	Ocupação por Função Efetivo	Ocupação por Função Efetivo	Ocupação por Função Efetivo	Total	
ADVOGADO DE OFÍCIO J.M.	0	1	0	1	0	0	0	0	0	2		
ASSESSOR ADMINISTRATIVO DA CORREGEDORIA	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1		
ASSESSOR DE CIRCUNDAÇÃO	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1		
ASSESSOR DE COMUNICAÇÃO SOCIAL DA DIR.FO	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1		
ASSESSOR DE IMPRENSA	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1		
ASSESSOR DE O.M. DIRETORIA GERAL	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1		
ASSESSOR ESPECIAL DA DIRETORIA GERAL	0	0	1	0	0	0	0	0	0	2		
ASSESSOR JURÍDICO ADMINISTRATIVO DIRET.FO	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1		
ASSESSOR JURÍDICO DA DIRETORIA GERAL	0	0	0	0	0	0	1	0	0	5		
ASSESSOR JURÍDICO DA PRESIDÊNCIA	0	0	9	0	0	0	0	1	2	12		
ASSESSOR JURÍDICO DE DESEMBARGADOR	0	0	11	0	0	0	0	4	19	04		
ASSESSOR MILITAR	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1		
ASSESSOR TÉCNICO DA DIRETORIA GERAL	0	0	2	0	0	0	4	0	0	0		
ASSESSOR TÉCNICO DIRETORIA FORO GOIÂNIA	0	0	2	0	0	0	1	1	0	0		
ASSISTENTE ADMINISTRATIVO DE JUIZ DE DIR.	0	0	0	0	0	0	58	1	0	47		
ASSISTENTE ADMINISTRATIVO DE JUIZ DE DIR.	0	0	0	0	0	0	28	8	45	50		
ASSISTENTE ADMINISTRATIVO DE JUIZ DE DIR.	0	0	0	0	0	0	9	9	79	86		
ASSISTENTE DE JUIZ ENT.FINAL	0	0	0	0	0	0	19	0	0	37		
ASSISTENTE DE JUIZ ENT.INICIAL	0	0	0	0	0	0	7	1	68	69		
ASSISTENTE DE JUIZ ENT.INTERM.	0	0	0	0	0	0	15	0	86	89		
ASSISTENTE DE SECRETARIA	0	0	0	0	0	0	0	0	28	28		
ASSISTENTE EXECUTIVO DE DESEMBARGADOR	0	0	0	0	0	0	57	2	26	00		
ASSISTENTE TÉCNICO DE ARQUITETURA	0	0	0	0	0	0	1	0	2	2		
ASSISTENTE TÉCNICO DE ENGENHARIA	0	0	0	0	0	0	0	0	2	4		
AUXÍLIO DE SERVIÇOS GERAIS	0	110	47	0	0	0	8	0	0	0	180	
AUXÍLIO JUDICIÁRIO	0	200	127	25	0	0	0	0	0	0	035	
CHEFE DE CABINETE DA CORREGEDORIA GERAL	0	0	1	0	0	0	1	0	0	1		
CONSESSOR VIGILÂNCIA MENORES ENT	0	0	0	0	0	0	0	0	2	0		
CONCILIADOR DE VARA DE FAMÍLIA	0	1	0	0	0	0	2	1	8	10		
CONCILIADOR JUIZADO ESP COM ENT.FINAL	0	0	0	0	0	0	7	0	10	00		
CONCILIADOR JUIZADO ESP COM ENT.INICIAL	0	0	0	0	0	0	2	0	0	5		
CONCILIADOR JUIZADO ESP COM ENT.INTERM.	0	2	0	0	0	0	14	0	19	14		
CONTADOR, DISTRIBUIDOR E PARTIDOR JUDICI	0	0	15	5	0	0	0	0	0	90		
CONTADOR, DISTRIBUIDOR E PARTIDOR JUDICI	0	25	14	5	0	0	2	0	0	44		
CONTADOR JUDICIÁRIO II	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0		
CONTADOR JUDICIÁRIO III	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0		
COORDENADOR DA DIRETORIA FORO COMARCA GO	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1		
COORDENADOR DE ACESSORAMENTO DA DIRETOR	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1		
COORDENADOR DE ACESSORAMENTO DA PRESID	0	0	0	0	0	0	0	0	2	2		
COORDENADOR DE HANDEADOS DIRET.FORO CONAR	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0		
COORDENADOR DE SERVIÇOS DIRET.FORO CONAR	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0		
DEPOSITÁRIO JUDICIÁRIO I	0	24	6	6	0	0	0	0	0	86		
DEPOSITÁRIO JUDICIÁRIO II	0	0	5	5	0	0	0	0	0	0		
DEPOSITÁRIO JUDICIÁRIO III	0	0	7	5	0	0	0	0	0	12		
DESEMBARGADOR	0	0	06	0	0	0	0	0	0	46		
DIRETOR ADMINISTRATIVO	0	0	4	0	0	0	0	0	0	1		
DIRETOR DA CONTROLADORIA INTERNA	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1		
DIRETOR DE APOIO DA CORREGEDORIA GERAL D	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0		
DIRETOR DE DÍVISA	0	1	46	4	0	0	0	0	15	66		
DIRETOR DE INFORMÁTICA	0	0	1	0	0	0	1	0	0	1		
DIRETOR DE RECURSOS HUMANOS	0	0	5	0	0	0	1	0	0	5		
DIRETOR DE SERVIÇO	0	2	1	0	0	0	0	0	15	17		
DIRETOR DO CENTRO DE SAÚDE	0	0	1	0	0	0	0	0	1	2		
DIRETOR DO DEPT. DE ENG. E ARQUITETURA	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1		
DIRETOR FINANCEIRO	0	0	4	0	0	0	0	0	1	5		
DIRETOR GERAL DA SECRETARIA	0	0	1	0	0	0	1	0	0	0		
DIRETOR JUDICIÁRIO	0	0	0	0	0	0	0	0	1	4		
DISTRIBUIDOR E PARTIDOR JUDICIÁRIO II	0	1	0	0	0	0	0	0	0	1		
DISTRIBUIDOR JUDICIÁRIO II	0	1	0	0	0	0	0	0	0	1		
DISTRIBUIDOR JUDICIÁRIO III	0	1	0	0	0	0	0	0	0	1		
ENFERMEIRO	0	0	1	0	0	0	0	0	1	2		
ESCREVENTE JUDICIÁRIO I	0	0	07	4	2	0	0	0	1	044		
ESCREVENTE JUDICIÁRIO II	0	48	4	0	0	0	0	0	0	455		
ESCREVENTE JUDICIÁRIO III	0	514	27	16	0	0	0	0	16	570		
ESCRIVÃO JUDICIÁRIO I	0	180	62	27	0	0	0	0	0	0		
ESCRIVÃO JUDICIÁRIO II	0	199	09	10	0	0	0	0	0	0		

FUNDOS ESPECIAIS

Quantitativo - Cargos Efetivos								Quantitativo - Cargos Comissionados		Quantitativo - Cargos Comissionados	
Class. de Cargos e Empregos	CLT	Estaduais	Inativos	Pens.	Pens. Esp.	Outros	Ocupado por	Ocupado por	Ocupado por	Total	
							Função Efetivo do Órgão	Função Estadual vindo à Disposição			Função sem vínculo com o Estado
ADVOGADO	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
AGENTE ADMINISTRATIVO II	0	0	1	1	0	0	0	0	0	2	
AGENTE ADMINISTRATIVO III	0	0	1	0	0	0	0	0	0	1	
AUXILIAR DE	0	0	0	1	0	0	0	0	0	1	
ANALISTA DE GESTAO ADMINISTRATIVA	0	0	27	1	0	0	0	0	0	28	
ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	0	0	6	4	0	0	0	0	0	10	
ASSISTENTE DE GESTAO ADMINISTRATIVA	0	0	108	26	0	0	0	0	0	134	
ASSISTENTE LEGISLATIVO	0	0	1	1	0	0	0	0	0	2	
AUXILIAR ADMINISTRATIVO	0	0	4	2	0	0	0	0	0	6	
AUXILIAR DE GESTAO ADMINISTRATIVA	0	0	21	2	0	0	0	0	0	23	
CONDOMINIO DE VEICULOS	0	0	1	7	0	0	0	0	0	8	
ECONOMISTA	0	0	1	0	0	0	0	0	0	1	
ENGENHEIRO	0	0	1	2	0	0	0	0	0	3	
EXECUTOR DE SERVICOS ADMINISTRATIVOS I	0	0	25	11	0	0	0	0	0	36	
EXECUTOR DE SERVICOS ADMINISTRATIVOS II	0	0	25	15	0	0	0	0	0	40	
EXECUTOR DE SERVICOS AUXILIARES I	0	0	10	1	0	0	0	0	0	11	
EXECUTOR DE SERVICOS AUXILIARES II	0	0	8	17	0	0	0	0	0	25	
MANUTENÇÃO DE VEICULOS	0	0	4	4	0	0	0	0	0	8	
MECANICO	0	0	0	1	0	0	0	0	0	1	
MESTRE DE OBRAS	0	0	0	1	0	0	0	0	0	1	
MOTORISTA	0	0	0	10	0	0	0	0	0	10	
TECNICO DE NIVEL SUPERIOR	0	0	15	0	0	0	0	0	0	15	
TECNICO EM CONTABILIDADE	0	0	1	1	0	0	0	0	0	2	
TECNICO EM EDIFICACOES	0	0	0	5	0	0	0	0	0	5	
TECNICO EM LEGISLACAO ESPORTIVA B	0	0	1	1	0	0	0	0	0	2	
TECNICO EM PLANEJAMENTO	0	0	4	2	0	0	0	0	0	6	
Total :	0	0	266	119	0	0	0	0	0	385	

FUNDO DA PREVIDENCIA ESTADUAL - FUNPREV - AGÊNCIA GOTA DE COMUNICAÇÃO

Quantitativo - Cargos Efetivos								Quantitativo - Cargos Comissionados		Quantitativo - Cargos Comissionados	
Class. de Cargos e Empregos	CLT	Estaduais	Inativos	Pens.	Pens. Esp.	Outros	Ocupado por	Ocupado por	Ocupado por	Total	
							Função Efetivo do Órgão	Função Estadual vindo à Disposição			Função sem vínculo com o Estado
ANALISTA DE COMUNICAÇÃO	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
ANALISTA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA	0	0	4	0	0	0	0	0	0	4	
ANALISTA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA	0	0	8	0	0	0	0	0	0	8	
ASSISTENTE DE PRODUÇÃO GRÁFICA	0	0	1	0	0	0	0	0	0	1	
CONTABILISTA	0	0	1	0	0	0	0	0	0	1	
FOTOGRAFO	0	0	1	1	0	0	0	0	0	2	
REDATOR	0	0	1	0	0	0	0	0	0	1	
REDATOR B	0	0	2	0	0	0	0	0	0	2	
REPORTER CINEMATOGRAFICO	0	0	1	0	0	0	0	0	0	1	
TECNICO DE NIVEL SUPERIOR	0	0	1	0	0	0	0	0	0	1	
Total :	0	0	21	0	0	0	0	0	0	21	

FUNDO DA PREVIDENCIA ESTADUAL - FUNPREV - AGÊNCIA GOIANA DE CULTURA PEDRO LUDOVIC

	Quantitativo - Cargos Eletivos							Quantitativo - Cargos Comissões			Total
	CLT	Estaduais	Inativos	Pens.	Pens. Esp.	Outros	Ocupado por	Ocupado por	Ocupado por		
							Função do Eletivo no Órgão	Função do Eletivo em Comissão	Função em Comissão no Estado		
Classe de Cargos e Empregos											
ANALISTA CULTURAL	0	0	7	0	0	0	0	0	0	7	
ANALISTA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
ASSISTENTE CULTURAL	0	0	0	1	0	0	0	0	0	1	
ASSISTENTE DE GESTÃO ADMINISTRATIVA	0	0	16	7	0	0	0	0	16	23	
AUXILIAR DE GESTÃO ADMINISTRATIVA	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
COMUNICADOR CULTURAL	0	0	0	2	0	0	0	0	0	2	
EXECUTOR DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS I	0	0	7	0	0	0	0	0	0	7	
TECNICO DE NÍVEL SUPERIOR	0	0	1	0	0	0	0	0	0	1	
Total :	0	0	40	8	0	0	0	0	1	49	

FUNDO DA PREVIDENCIA ESTADUAL - FUNPREV - AGENCIA GOIANA DE DESENVOLVIMENTO INDU

		Quantitativo - Cargos Efetivos							Quantitativo - Cargos Comissionados		Quantitativo - Cargos em Exercício	
									Occupado por Funcionário Efetivo do Órgão	Occupado por Funcionário Estatutário vindo à Disposição	Occupado por Funcionário sem vínculo com o Estado	Total
Classe de Cargos e Empregos		CLT	Estatutários	Inativos	Pens.	Pens. Esp.	Oitros					
MOTORISTA		0	0	1	0	0	0	0	0	0	1	
	Total :	0	0	1	0	0	0	0	0	0	1	

FUNDO DA PREVIDENCIA ESTADUAL - FUNPREV - AGÊNCIA GOIANA DE DESENVOLVIMENTO RURAL

Classe de Cargos e Emprego	Quantitativo - Cargos Efetivos						Quantitativo - Cargos Comissionados		Total
	CLT	Estaduais	Inativos	Pens.	Pens. Esp.	Outros	Ocupado por Funcionário Efetivo do Órgão	Ocupado por Funcionário Estadual vindo à Disposição	
ANALISTA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA	0	0	1	0	0	0	0	0	1
Total :	0	0	1	0	0	0	0	0	1

FUNDO DA PREVIDENCIA ESTADUAL - FUNPREV - AGÊNCIA GOIANA DE ESPORTE E LAZER

Classe de Cargos e Empregos	Quantitativo - Cargos Efetivos						Cargos Omissionados		Cargos em Exercício		Total
	CLT	Estaduais	Inativos	Pens.	Pens. Esp.	Outros	Ocupado por Funcionário Efetivo do Órgão	Ocupado por Funcionário Estatutário vindo à Disposição	Ocupado por Funcionário sem vínculo com o Estado		
ANALISTA DE ESPORTE E LAZER	0	0	37	0	0	0	0	0	0	23	
ANALISTA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA	0	0	6	0	0	0	0	0	0	6	
ASSESSOR ADMINISTRATIVO FINANCEIRO	0	0	1	0	0	0	0	0	0	1	
ASSESSOR ADMINISTRATIVO I	0	0	1	0	0	0	0	0	0	2	
ASSISTENTE DE GESTÃO ADMINISTRATIVA	0	0	11	0	0	0	0	0	0	4	
AUXILIAR DE ENSINO	0	0	1	0	0	0	0	0	0	1	
AUXILIAR DE GESTÃO ADMINISTRATIVA	0	0	12	1	0	0	0	0	0	10	
AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	0	0	11	12	0	0	0	0	0	5	
EXECUTOR DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS I	0	0	1	0	0	0	0	0	0	4	
EXECUTOR DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS II	0	0	1	0	0	0	0	0	0	1	
EXECUTOR DE SERVIÇOS AUXILIARES I	0	0	1	0	0	0	0	0	0	1	
EXECUTOR DE SERVIÇOS AUXILIARES II	0	0	2	1	0	0	0	0	1	0	
INSTRUTOR TÉCNICO ESPORTIVO	0	0	4	0	0	0	0	0	0	2	
TÉCNICO DE MANUTENÇÃO DE PISCINA	0	0	1	2	0	0	0	0	0	0	
TÉCNICO DE NÍVEL SUPERIOR	0	0	0	1	0	0	0	0	0	1	
TÉCNICO EM LEGISLAÇÃO ESPORTIVA B	0	0	2	0	0	0	0	0	0	2	
Total :	0	0	111	17	0	0	0	0	0	144	

FUNDO DA PREVIDENCIA ESTADUAL - FUNPREV - AGENCIA GOIANA DE MEIO AMBIENTE

[illegible]

FUNDO DA PREVIDENCIA ESTADUAL - FUNPRE AGENCIA GO TRANSPORTE E OBRAS P

Classe de Cargos e Emprego	Quantitativo - Cargos Fixeiras						Quantitativo - Cargos Comissionados		Ocupado por Funcionário sem vínculo com o Estado	
	CLT	Estaduais	Inativos	Pens.	Pens. Esp.	Outros	Ocupado por Funcionário Fixeiro do Órgão	Ocupado por Funcionário Estadual vindo a disposição	Estado	Total
ANALISTA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA	0	0	1	1	0	0	0	0	0	2
ANALISTA DE TRANSPORTES - OBRAS	0	0	0	2	0	0	0	0	0	2
ARQUITETO	0	0	248	122	0	0	0	0	0	370
ASSISTENTE DE GESTÃO ADMINISTRATIVA	0	0	2	2	0	0	0	0	0	4
AUXILIAR DE TRANSPORTES E OBRAS	0	0	48	41	0	0	0	0	0	89
CONDOMINIO DE VEICULOS	0	0	0	20	0	0	0	0	0	20
ENGENHEIRO CIVIL - SERVIDOR	0	0	1	0	0	0	0	0	0	1
EXECUTOR DE SERV. TEC. PROFISSIONAL	0	0	5	05	0	0	0	0	0	10
EXECUTOR DE SERV. TEC. PROFISSIONAL II	0	0	5	10	0	0	0	0	0	15
EXECUTOR DE SERV. ADMINISTRATIVOS I	0	0	6	6	0	0	0	0	0	12
EXECUTOR DE SERV. ADMINISTRATIVOS II	0	0	15	15	0	0	0	0	0	30
EXECUTOR DE SERV. AUXILIARES I	0	0	11	27	0	0	0	0	0	38
EXECUTOR DE SERV. AUXILIARES II	0	0	15	04	0	0	0	0	0	19
TRATOR TECNICO - PORTFOLIO	0	0	1	0	0	0	0	0	0	1
TRATOR DE OBRAS	0	0	1	0	0	0	0	0	0	1
TRATOR SENIOR	0	0	2	0	0	0	0	0	0	2
DIR. DE MANUTENCAO DE VEICULOS RODOVIARIOS	0	0	9	17	0	0	0	0	0	26
TECNICO DE NIVEL SUPERIOR	0	0	26	11	0	0	0	0	0	37
TECNICO DE NIVEL SUPERIOR S.S. SM	0	0	018	7	0	0	0	0	0	25
Total ::	0	0	404	044	0	0	0	0	0	781

UNDO DA PREVIDENCIA ESTADUAL - FUNPREV - AGÊNCIA GOIANA DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Classe de Cargos e Empregos	Quantitativo - Cargos Efetivos							Quantitativo - Cargos Comissionados		
	CLT	Estaduais	Inativos	Pens.	Pens. Esp.	Outros	Ocupado por Funcionário	Ocupado por Funcionário	Ocupado por Funcionário sem vínculo com o	Total
ANALISTA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA	0	0	1	0	0	0	0	0	0	1
ASSESSOR JURÍDICO	0	0	2	0	0	0	0	0	0	2
Total	0	0	3	0	0	0	0	0	0	3

FONDO DA PREVIDENCIA ESTADUAL - FUNPREV - AGENCIA GOIANA REG CONTROLE FISC SER F

		Quantitativo - Cargos Efetivos						Quantitativo - Cargos Comissionados		Quantitativo - Cargos em Exercício	
		Ocupado por Funcionário Efetivo do Órgão						Ocupado por Funcionário Estatual vindo à Disposição	Ocupado por Funcionário sem vínculo com o Estado	Total	
Classe de Cargos e Empregos		CLT	Estatutários	Inativos	Pens.	Pens. Esp.	Outros				
FISCAL DE TRANSPORTES		0	0	1	0	0	0	0	0	1	
Total ::		0	0	1	0	0	0	0	0	1	

FONDO DA PREVIDENCIA ESTADUAL - FUNPREV - CORPO DE BOMBEIROS MILITAR ESTADO GOIÁ

Classe de Cargos e Empregos	Quantitativo - Cargos Efetivos						Quantitativo - Cargos Comissionados		Ocupado por Funcionário sem vínculo com o	
	CLT	Estaduais	Inativos	Pens.	Pens. Esp.	Oubidi	Ocupado por Funcionário Efetivo do Órgão	Ocupado por Funcionário Estatutário vindo à Disposição	Estatado	Total
CABO BM	0	0	27	0	0	0	0	0	0	27
CAPITAO BM	0	0	4	1	0	0	0	0	0	5
CORONEL BM	0	0	7	0	0	0	0	0	0	7
CORONEL TP 20	0	0	12	1	0	0	0	0	0	13
MAIOR BM	0	0	14	1	0	0	0	0	0	15
SOLDADO BM	0	0	12	9	0	0	0	0	0	21
SUB TENENTE BM	0	0	11	2	0	0	0	0	0	13
TENENTE CORONEL BM	0	0	1	0	0	0	0	0	0	1
1 SARGENTO BM	0	0	27	1	0	0	0	0	0	28
1 TENENTE BM	0	0	2	5	0	0	0	0	0	7
2 SARGENTO BM	0	0	□	□	1	0	0	0	0	□+1
2 TENENTE BM	0	0	22	4	0	0	0	0	0	26
□ SARGENTO BM	0	0	24	5	0	0	0	0	0	29
Total :	0	0	216	40	0	0	0	0	0	256

FUNDO DA PREVIDENCIA ESTADUAL - FUNPREV - DEPARTAMENTO DE TRANSITO ESTADO DE GOI

Classe de Cargos e Empregos	Quantitativo - Cargos Efetivos						Quantitativo - Cargos Comissionados			Total
	CLT	Estaduais	Inativos	Pens.	Pens. Esp.	Outros	Ocupado por	Ocupado por	Ocupado por	
							Funcionário do Órgão	Funcionário à Disposição	Funcionário sem vínculo com o Estado	
ADVOGADO	0	0	4	0	0	0	0	0	0	4
ANALISTA DE TRANSITO	0	0	5	7	0	0	0	0	0	7
ASSISTENTE DE TRANSITO	0	0	66	135	0	0	0	0	0	191
EXECUTOR DE SERV. TRANS. PROFISSIONAIS II	0	0	1	0	0	0	0	0	0	1
EXECUTOR DE SERVICOS ADMINISTRATIVOS I	0	0	1	0	0	0	0	0	0	1
EXECUTOR DE SERVICOS ADMINISTRATIVOS II	0	0	2	1	0	0	0	0	0	3
EXECUTOR DE SERVICOS AUXILIARES II	0	0	0	1	0	0	0	0	1	1
TECNICO DE NIVEL SUPERIOR	0	0	10	1	0	0	0	0	0	11
Total	0	0	89	42	0	0	0	0	0	131

FUNDO DA PREVIDENCIA ESTADUAL - FUNPREV - DIRETORIA GERAL DA POLICIA CIVIL

Classe de Cargos e Empregos	Quantitativo - Cargos Efetivos						Quantitativo - Cargos Comissionados		Ocupado por Funcionário Estadual vindo à Disposição	Estado	Total
	CLT	Estaduais	Inativos	Pens.	Esp.	Outros	Ocupado por Funcionário Efetivo do Órgão	Ocupado por Funcionário Estadual vindo à Disposição			
AGENTE AUXILIAR POLICIAL	0	0	0	0	0	0	0	19	0	0	19
AGENTE DE POLICIA DE 1. CLASSE	0	0	178	109	0	0	0	0	0	0	287
AGENTE DE POLICIA DE 2. CLASSE	0	0	65	104	0	0	0	0	0	0	169
AGENTE DE POLICIA DE 3. CLASSE	0	0	20	90	0	0	0	0	0	0	110
AGENTE POLICIAL	0	0	14	0	0	0	0	0	0	0	14
ASSESSOR ADMINISTRATIVO II	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	1
ASSISTENTE DE GESTAO ADMINISTRATIVA	0	0	11	8	0	0	0	0	0	0	19
AUXILIAR DE AUTOPSIA	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	1
AUXILIAR DE GESTAO ADMINISTRATIVA	0	0	6	0	0	0	0	0	0	0	6
CARCEIRO	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	1
CLASSIFICADOR	0	0	0	2	0	0	0	0	0	0	2
COMISSARIO DE POLICIA	0	0	15	10	0	0	0	0	0	0	25
CONSULTOR DE VEICULOS	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	1
CONSULTOR TECNICO A V	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	1
DACTILOSCOPISTA	0	0	4	8	0	0	0	0	0	0	12
DELEGADO DE POLICIA CLASSE ESPECIAL	0	0	80	15	0	0	0	0	0	0	95
DELEGADO DE POLICIA DE 1. CLASSE	0	0	86	16	0	0	0	0	0	0	102
DELEGADO DE POLICIA DE 2. CLASSE	0	0	40	0	0	0	0	0	0	0	40
DELEGADO DE POLICIA DE 3. CLASSE	0	0	17	12	0	0	0	0	0	0	29
DELEGADO MUNICIPAL	0	0	2	0	0	0	0	0	0	0	2
DESENHISTA CRIMINALISTICO	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	1
ESCREVENTE POLICIAL	0	0	0	7	0	0	0	0	0	0	7
ESCRITURARIO	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	1
ESCRIVAO DE POLICIA DE 1A. CLASSE	0	0	54	19	0	0	0	0	0	0	73
ESCRIVAO DE POLICIA DE 2A. CLASSE	0	0	0	8	0	0	0	0	0	0	8
ESCRIVAO DE POLICIA DE 3A. CLASSE	0	0	11	6	0	0	0	0	0	0	17
EXECUTOR DE SERVICOS ADMINISTRATIVOS I	0	0	2	1	0	0	0	0	0	0	3
EXECUTOR DE SERVICOS ADMINISTRATIVOS II	0	0	8	0	0	0	0	0	0	0	8
EXECUTOR DE SERVICOS AUXILIARES I	0	0	6	0	0	0	0	0	0	0	6
EXECUTOR DE SERVICOS AUXILIARES II	0	0	15	7	0	0	0	0	0	0	22
EXECUTOR DE SERVICOS DE VIGILANCIA	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
FOTOGRAFICO CRIMINALISTICO	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
IDENTIFICADOR	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	1
MANUTENEDOR DE VEICULOS	0	0	1	5	0	0	0	0	0	0	6
MECANICO	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	1
MEXICO LEGISTA DE 1A. CLASSE	0	0	9	5	0	0	0	0	0	0	14
MEXICO LEGISTA DE 2A. CLASSE	0	0	2	5	0	0	0	0	0	0	7
MONITOR III	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
PERITO CRIMINAL DE CLASSE ESPECIAL	0	0	15	1	0	0	0	0	0	0	16
PERITO CRIMINAL DE 1A. CLASSE	0	0	9	10	0	0	0	0	0	0	19
PERITO CRIMINAL DE 2A. CLASSE	0	0	7	9	0	0	0	0	0	0	16
PSICOLOGO CRIMINAL	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	1
PSIQUIATRA CRIMINAL	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	1
SUB DELEGADO DE POLICIA	0	0	0	9	0	0	0	0	0	0	9
TECNICO DE NIVEL SUPERIOR	0	0	2	1	0	0	0	0	0	0	3
TRABAHADOR BRACAL	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	1
ZELADOR	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	1
Total :	0	0	700	640	0	0	0	0	0	0	1.340

FUNDO DA PREVIDENCIA ESTADUAL - FUNPREV - FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS



Quantitativo - Cargos Efetivos							Quantitativo - Cargos Comissionados			Quantitativo - Cargos Comissionados	
							Ocupado por Funcionário Efetivo do Órgão	Ocupado por Funcionário Efetivo do Órgão	Ocupado por Funcionário Efetivo do Órgão	Ocupado por Funcionário Efetivo do Órgão	Ocupado por Funcionário Efetivo do Órgão
Classe de Cargos e Empregos	CLT	Estatuários	Inativos	Pens.	Pens. Esp.	Outros					
AGENTE ADMINISTRATIVO	0	0	12	0	0	0	0	0	0	0	12
AUXILIAR ADMINISTRATIVO	0	0	15	2	0	0	0	0	0	0	17
DOCENTE DE ENSINO SUPERIOR ESPEC	0	0	14	0	0	0	0	0	0	0	14
DOCENTE DE ENSINO SUPERIOR GRAD	0	0	6	10	0	0	0	0	0	0	16
DOCENTE DE ENSINO SUPERIOR PÓS-GR	0	0	10	2	0	0	0	0	0	0	12
EXECUTOR DE SERV. TEC. PROFISSIONAIS I	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	1
INSTRUTOR DE TÉCNICAS ESPORTIVAS	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	1
PROFESSOR ADJUNTO	0	0	24	2	0	0	0	0	0	0	26
PROFESSOR DE ENSINO SUPERIOR	0	0	0	2	0	0	0	0	0	0	2
PROFESSOR TITULAR	0	0	17	1	0	0	0	0	0	0	18
PROFESSOR UNIVERSITÁRIO	0	0	10	0	0	0	0	0	0	0	10
TÉCNICO ADMINISTRATIVO DE NÍVEL MÉDIO	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	1
TÉCNICO ADMINISTRATIVO DE NÍVEL SUPERIOR	0	0	10	4	0	0	0	0	0	0	14
Total :	0	0	126	30	0	0	0	0	0	0	156

FUNDO DA PREVIDENCIA ESTADUAL - FUNPREV - GABINETE CIVIL

Quantitativo - Cargos Efetivos							Quantitativo - Cargos Comissionados			Quantitativo - Cargos Comissionados	
							Ocupado por Funcionário Efetivo do Órgão	Ocupado por Funcionário Efetivo do Órgão	Ocupado por Funcionário Efetivo do Órgão	Ocupado por Funcionário Efetivo do Órgão	Ocupado por Funcionário Efetivo do Órgão
Classe de Cargos e Empregos	CLT	Estatuários	Inativos	Pens.	Pens. Esp.	Outros					
ANALISTA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA	0	0	20	1	0	0	0	0	0	0	21
ASSESSOR A	0	0	0	2	0	0	0	0	0	0	2
ASSESSOR JURÍDICO	0	0	1	1	0	0	0	0	0	0	2
ASSISTENTE ADMINISTRATIVO III	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	1
ASSISTENTE DE GESTÃO ADMINISTRATIVA	0	0	17	9	0	0	0	0	0	0	26
ASSISTENTE DE MANUTENÇÃO II	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	1
ASSISTENTE TÉCNICO	0	0	0	2	0	0	0	0	0	0	2
AUXILIAR DE GABINETE	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	1
AUXILIAR DE GESTÃO ADMINISTRATIVA	0	0	12	1	0	0	0	0	0	0	13
CONDUCTOR DE VEÍCULOS	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
EXECUTOR DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS I	0	0	6	2	0	0	0	0	0	0	8
EXECUTOR DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS II	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	1
EXECUTOR DE SERVIÇOS AUXILIARES I	0	0	6	1	0	0	0	0	0	0	7
EXECUTOR DE SERVIÇOS AUXILIARES II	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	1
EXECUTOR DE SERVIÇOS DO PALÁCIO II	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	1
SERVENTE	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	1
TÉCNICO DE NÍVEL SUPERIOR	0	0	4	2	0	0	0	0	0	0	6
TÉCNICO EM DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	1
ZELADOR	0	0	1	1	0	0	0	0	0	0	2
Total :	0	0	98	21	0	0	0	0	0	0	119

FUNDO DA PREVIDENCIA ESTADUAL - FUNPREV - GABINETE MILITAR

Quantitativo - Cargos Efetivos							Quantitativo - Cargos Comissionados			Quantitativo - Cargos Comissionados	
							Ocupado por Funcionário Efetivo do Órgão	Ocupado por Funcionário Efetivo do Órgão	Ocupado por Funcionário Efetivo do Órgão	Ocupado por Funcionário Efetivo do Órgão	Ocupado por Funcionário Efetivo do Órgão
Classe de Cargos e Empregos	CLT	Estatuários	Inativos	Pens.	Pens. Esp.	Outros					
ASSISTENTE DE GESTÃO ADMINISTRATIVA	0	0	2	1	0	0	0	0	0	0	3
AUXILIAR DE GESTÃO ADMINISTRATIVA	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	1
EXECUTOR DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS II	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	1
EXECUTOR DE SERVIÇOS AUXILIARES II	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	1
PILOTO DE AERONAVE PIS0 SALARIAL	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	1
PILOTO B-5 SH CONF. DEC. JUDICIAL	0	0	11	10	0	0	0	0	0	0	21
Total :	0	0	10	16	0	0	0	0	0	0	29

FUNDO DA PREVIDENCIA ESTADUAL - FUNPREV - INSTITUTO PREV ASSISTENCIA SERV GOIAS

Quantitativo - Cargos Efetivos							Quantitativo - Cargos Comissionados			Quantitativo - Cargos Comissionados	
							Ocupado por Funcionário Efetivo do Órgão	Ocupado por Funcionário Efetivo do Órgão	Ocupado por Funcionário Efetivo do Órgão	Ocupado por Funcionário Efetivo do Órgão	Ocupado por Funcionário Efetivo do Órgão
Classe de Cargos e Empregos	CLT	Estatuários	Inativos	Pens.	Pens. Esp.	Outros					
ADVOGADO P0RI	0	0	15	2	0	0	0	0	0	0	17
ANALISTA EM GESTÃO ADMINISTRATIVA P0RI	0	0	17	0	0	0	0	0	0	0	17
ASSISTENTE ADMINISTRATIVO P0RI	0	0	86	14	0	0	0	0	0	0	100
ASSISTENTE DE SAÚDE P0RI	0	0	14	2	0	0	0	0	0	0	16
AUDITOR DE SERVIÇOS ESPECIAIS P0RI	0	0	19	2	0	0	0	0	0	0	21
AUDITOR MÉDICO P0RI	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
AUDITOR ODONTOLÓGICO P0RI	0	0	16	0	0	0	0	0	0	0	16
EXECUTOR DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS I	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	1
EXECUTOR DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS II	0	0	2	0	0	0	0	0	0	0	2
EXECUTOR DE SERVIÇOS AUXILIARES I	0	0	12	2	0	0	0	0	0	0	14
EXECUTOR DE SERVIÇOS AUXILIARES II	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
FISCAL PREVIDENCIÁRIO	0	0	1	1	0	0	0	0	0	0	2
MOTORISTA P0RI	0	0	4	4	0	0	0	0	0	0	8
TÉCNICO DE NÍVEL SUPERIOR	0	0	7	1	0	0	0	0	0	0	8
TÉCNICO EM FISCALIZAÇÃO PREVIDENCIA P0RI	0	0	26	2	0	0	0	0	0	0	28
Total :	0	0	228	26	0	0	0	0	0	0	254

FUNDO DA PREVIDENCIA ESTADUAL - FUNPREV - JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE GOIAS

Quantitativo - Cargos Efetivos							Quantitativo - Cargos Comissionados			Quantitativo - Cargos Comissionados	
							Ocupado por Funcionário Efetivo do Órgão	Ocupado por Funcionário Efetivo do Órgão	Ocupado por Funcionário Efetivo do Órgão	Ocupado por Funcionário Efetivo do Órgão	Ocupado por Funcionário Efetivo do Órgão
Classe de Cargos e Empregos	CLT	Estatuários	Inativos	Pens.	Pens. Esp.	Outros					
ANALISTA DE REGISTRO DO COMÉRCIO	0	0	6	0	0	0	0	0	0	0	6
ASSISTENTE DE REGISTRO DO COMÉRCIO	0	0	10	0	0	0	0	0	0	0	10
EXECUTOR DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS II	0	0	2	0	0	0	0	0	0	0	2
FISCAL DE REGISTRO DE COMÉRCIO II	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	1
TÉCNICO DE NÍVEL SUPERIOR	0	0	6	2	0	0	0	0	0	0	8
Total :	0	0	28	5	0	0	0	0	0	0	33

FUNDO DA PREVIDENCIA ESTADUAL - FUNPREV - METAIS DE GOIAS S/A

Quantitativo - Cargos Efetivos							Quantitativo - Cargos Comissionados			Quantitativo - Cargos Comissionados	
							Ocupado por Funcionário Efetivo do Órgão	Ocupado por Funcionário Efetivo do Órgão	Ocupado por Funcionário Efetivo do Órgão	Ocupado por Funcionário Efetivo do Órgão	Ocupado por Funcionário Efetivo do Órgão
Classe de Cargos e Empregos	CLT	Estatuários	Inativos	Pens.	Pens. Esp.	Outros					
AUXILIAR DE ESCRITÓRIO	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	1
AUXILIAR DE SERVIÇOS DIVERSOS	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	1
Total :	0	0	2	0	0	0	0	0	0	0	2

FUNDO DA PREVIDENCIA ESTADUAL - FUNPREV - POLICIA MILITAR DO ESTADO DE GOIAS

Quantitativo - Cargos Efetivos							Quantitativo - Cargos Comissionados			Quantitativo - Cargos Comissionados	
							Ocupado por Funcionário Efetivo do Órgão	Ocupado por Funcionário Efetivo do Órgão	Ocupado por Funcionário Efetivo do Órgão	Ocupado por Funcionário Efetivo do Órgão	Ocupado por Funcionário Efetivo do Órgão
Classe de Cargos e Empregos	CLT	Estatuários	Inativos	Pens.	Pens. Esp.	Outros					
ASPIRANTE OFICIAL PM	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	1
ASSESSOR ADMINISTRATIVO	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	1
ASSESSOR DE ADMINISTRAÇÃO	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
AUXILIAR DE GESTÃO ADMINISTRATIVA	0	0	1	1	0	0	0	0	0	0	2
AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	0	0	17	7	0	0	0	0	0	0	24
CABO PM	0	0	524	164	0	0	0	0	0	0	688
CAPITÃO PM	0	0	49	20	0	0	0	0	0	0	69
COMANDANTE GERAL DA POLICIA MILITAR	0	0	4	0	0	0	0	0	0	0	4
CORONEL IP 20	0	0	66	11	0	0	0	0	0	0	77
CORONEL IP 00	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	1
CORONEL IP 50	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	1
CORONEL PM	0	0	125	34	0	0	0	0	0	0	159
EXECUTOR DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS I	0	0	1	1	0	0	0	0	0	0	2
EXECUTOR DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS II	0	0	2	2	0	0	0	0	0	0	4
EXECUTOR DE SERVIÇOS AUXILIARES II	0	0	18	0	0	0	0	0	0	0	18
MAIOR PM	0	0	100	17	0	0	0	0	0	0	117
MÉDICO VETERINÁRIO	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
SOLDADO 1A, CLASSE	0	0	915	96	0	0	0	0	0	0	1011
SOLDADO 2A, CLASSE	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
SUB-TENENTE PM	0	0	40	7	0	0	0	0	0	0	47
TENENTE CORONEL PM	0	0	130	11	0	0	0	0	0	0	141
1 SARGENTO PM	0	0	189	87	0	0	0	0	0	0	276
2 SARGENTO PM	0	0	24	31	0	0	0	0	0	0	55
3 SARGENTO PM	0	0	115	117	0	0	0	0	0	0	232
4 SARGENTO PM	0	0	10	119	0	0	0	0	0	0	129
5 SARGENTO PM	0	0	20	21	0	0	0	0	0	0	41
Total :	0	0	202	371	0	0	0	0	0	0	573

FUNDO DA PREVIDENCIA ESTADUAL - FUNPREV - PROCURADORIA GERAL DE JUSTICA

Quantitativo - Cargos Efetivos							Quantitativo - Cargos Comissionados			Quantitativo - Cargos Comissionados	
							Ocupado por Funcionário Efetivo do Órgão	Ocupado por Funcionário Efetivo do Órgão	Ocupado por Funcionário Efetivo do Órgão	Ocupado por Funcionário Efetivo do Órgão	Ocupado por Funcionário Efetivo do Órgão
Classe de Cargos e Empregos	CLT	Estatuários	Inativos	Pens.	Pens. Esp.	Outros					
ASSISTENTE DE SERVIÇOS JUDICIÁRIOS I	0	0	15	1	0	0	0	0	0	0	16
PROCURADOR DE JUSTICA	0	0	90	28	0	0	0	0	0	0	118
PROMOTOR DE JUSTICA 01 ENT	0	0	55	26	0	0	0	0	0	0	81
SUB PROMOTOR DE JUSTICA CONARCA	0	0	4	2	0	0	0	0	0	0	6
Total :	0	0	164	55	0	0	0	0	0	0	219

FUNDO DA PREVIDENCIA ESTADUAL - FUNPREV - PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

Quantitativo - Cargos Efetivos							Quantitativo - Cargos Comissionados		Quantitativo - Cargos Comissionados	
							Occupado por Funcionário Efetivo do	Occupado por Funcionário Efetivo do	Occupado por Funcionário sem vínculo com o	
Classe de Cargos e Empregos							Órgão	à Disposição	Estado	Total
ADVOGADO ASSIST. PROCURADORIA CL I	0	0	5	11	0	0	0	0	0	64
AGENTE AUXILIAR DE PROCURADORIA	0	0	0	2	0	0	0	0	0	5
AGENTE DE ATIVIDADES GERAIS	0	0	2	6	0	0	0	0	0	8
AGENTE DE PROCURADORIA CL I	0	0	15	0	0	0	0	0	9	24
AGENTE TECNICO DE PROCURADORIA CL I	0	0	22	0	0	0	0	0	0	25
ANALISTA DE PROCURADORIA CL I	0	0	4	0	0	0	0	0	0	4
EXECUTOR ADMINISTRATIVO CL 2A REF. BASE PROCURADOR DO ESTADO JA. CATEGORIA	0	0	0	2	0	0	0	0	0	2
PROCURADOR DO ESTADO 2A. CATEGORIA	0	0	85	46	0	0	0	0	0	131
PROCURADOR DO ESTADO 2A. CATEGORIA	0	0	1	1	0	0	0	0	0	2
PROCURADOR DO ESTADO 2A. CATEGORIA	0	0	1	0	0	0	0	0	0	1
Total :	0	0	186	80	0	0	0	0	0	266

Extrato

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS
SECRETARIA GERAL

EXTRATO DE CONVÊNIO

Processo nº. 200800047000055

ASSUNTO: Convênio. **PARTES:** Tribunal de Contas do Estado de Goiás e a ASB S/A Crédito, Financiamento e Investimento. **OBJETO:** Concessão de Empréstimo Pessoal pela FINANCEIRA aos servidores do TRIBUNAL, mediante a consignação das parcelas diretamente em folha de pagamento, na forma de descontos facultativos. **VIGÊNCIA:** de 03 (três) anos, podendo ser prorrogado.

PUBLICAÇÕES PARTICULARES
Editais de Loteamento

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

 **ESTADO DE GOIÁS** **COMARCA DA CAPITAL**

REGISTRO DE IMÓVEIS DA 4ª CIRCUNSCRIÇÃO
Rua 7 nº 195 - Centro - Fones: (62) 3225-2519 e 3225-1506 - CEP 74023-020 - Goiânia - Goiás

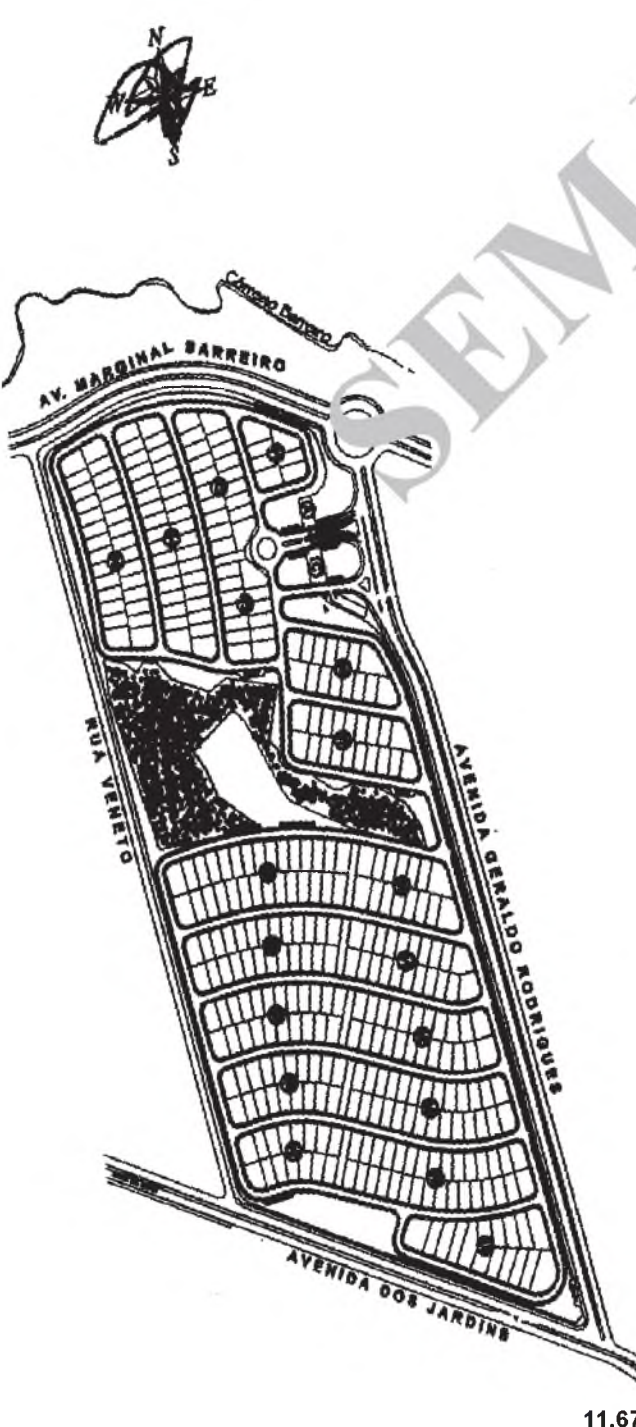
EDITAL DE LOTEAMENTO

RICARDO DE CASTRO RIBEIRO, Oficial do Registro de Imóveis da 4ª Circunscrição, nesta cidade de Goiânia, Capital do Estado de Goiás, na forma da lei, etc.

Faz Público para ciência dos interessados, que em cumprimento ao disposto no artigo 19 da Lei 6.766, de 19 de dezembro de 1979 e artigo 763, Capítulo IV, Seção I, do Provimento nº 08/2001, da Doutra Corregedoria Geral da Justiça, deste Estado, que a empresa **FGR CONSTRUTORA JARDINS VERONA S/A - SPE**, devidamente qualificado no registro, depositou, nesta Serventia, situada no endereço supra impresso, Decreto Municipal nº 547, aprovado em 04 de março de 2008 e publicado em 05 de março de 2008 no Diário Oficial do Município de Goiânia-Go, Memorial Descritivo, Planta, Relação de Lotes, Áreas e demais documentos pertinentes, relativo à Gleba de Terras com 43.06.81 ha = 08 alq. 71 lts. 526,30m² = **430.681,30m²** parte integrante da FAZENDA BOTAFOGO, neste município, localizada em Zona de Expansão Urbana do Município de Goiânia, objeto da matrícula nº 26.641 e Av-5-26.641, livro 02, fls. 01 e 02, nesta circunscrição, para processamento e registro do Parcelamento(Loteamento) NÚCLEO RESIDENCIAL FECHADO, denominado "JARDINS VERONA". O parcelamento será composto de: descrição das áreas do parcelamento: superfície do terreno: 430.681,30m² = 100,00%; superfície a parcelar: 392.155,54m² = 91,055%. Utilização das áreas parceladas: número de lotes: 382 números de quadras: 18; total da área dos 382 lotes: 190.884,61m² = 48,675%; total das áreas verdes / esporte e lazer: 54.447,18 = 13,844%; guarita/anexos de serviços e social/lotos "A, B, C e D": 1.325,98m² = 0,338%; e sistema viário - área total: 145.497,77m² = 37,103%. As impugnações daqueles que se julgarem prejudicados, deverão ser apresentadas nesta circunscrição dentro do prazo de quinze (15) dias, contados da última publicação do presente edital durante três (03) dias consecutivos no Diário Oficial do Estado e num Jornal de Circulação diária, ficando os documentos à disposição dos interessados, nesta serventia, durante o horário regulamentar. Decorrido o prazo legal deste edital, não havendo impugnação, será o Loteamento registrado.

Dado e passado nesta Capital e Comarca de Goiânia, Estado de Goiás, aos quatorze(14) dias do mês de março(03) do ano de dois mil e oito(2008).

Waldemir de Pitaluga Vasconcelos Montenegro
Oficial substituto do Registro de Imóveis da 4ª Circ.



11.675

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

 **ESTADO DE GOIÁS** **COMARCA DA CAPITAL**

REGISTRO DE IMÓVEIS DA 4ª CIRCUNSCRIÇÃO
Rua 7 nº 195 - Centro - Fones: (62) 3225-2519 e 3225-1506 - CEP 74023-020 - Goiânia - Goiás

EDITAL DE LOTEAMENTO

RICARDO DE CASTRO RIBEIRO, Oficial do Registro de Imóveis da 4ª Circunscrição, nesta cidade de Goiânia, Capital do Estado de Goiás, na forma da lei, etc.

Faz Público para ciência dos interessados, que em cumprimento ao disposto no artigo 19 da Lei 6.766, de 19 de dezembro de 1979 e artigo 763, Capítulo IV, Seção I, do Provimento nº 08/2001, da Doutra Corregedoria Geral da Justiça, deste Estado, que a empresa **FGR URBANISMO S/A**, devidamente qualificado no registro, depositou, nesta Serventia, situada no endereço supra impresso, Decreto Municipal nº 546, aprovado em 04 de março de 2008 e publicado em 05 de março de 2008 no Diário Oficial do Município de Goiânia-Go, Memorial Descritivo, Planta, Relação de Lotes, Áreas e demais documentos pertinentes, relativo à Gleba de Terras com 64.36.43 ha = 13 alq. 23 lts. 528m² = **643.643,00m²** parte integrante da FAZENDA SANTA CRUZ - GLEBA 1C - ÁREA REMANESCENTE, neste município, localizada em Zona de Expansão Urbana do Município de Goiânia, objeto da matrícula nº 54.915, livro 02, fls. 01, nesta circunscrição, para processamento e registro do Parcelamento(Loteamento) como NÚCLEO RESIDENCIAL FECHADO, denominado "JARDINS VALENCIA". O parcelamento será composto de: descrição das áreas do parcelamento: superfície do terreno: 643.643,00m² = 100,00%; superfície a parcelar: 491.143,42m² = 76,307%. Utilização das áreas parceladas: número de lotes: 638; números de quadras: 30; total da área dos 638 lotes: 264.573,27m² = 53,869%; total das áreas livres de uso público(áreas de esporte recreação e lazer): 12.542,95m² = 2,554%; total das áreas livres de uso público(áreas verdes extra e intra-muro): 61.172,28m² = 12,455%; 50% de uso para contabilizar no percentual de área verde: 6.157,18m² = 1,254%; total das áreas de faixas verdes: 12.314,36m² = 2,507%; guarita/anexos de serviços e social/lotos "A, B e C": 1.546,66m² = 0,315%, e sistema viário - área total: 138.993,90m² = 28,300%. As impugnações daqueles que se julgarem prejudicados, deverão ser apresentadas nesta circunscrição dentro do prazo de quinze (15) dias, contados da última publicação do presente edital durante três (03) dias consecutivos no Diário Oficial do Estado e num Jornal de Circulação diária, ficando os documentos à disposição dos interessados, nesta serventia, durante o horário regulamentar. Decorrido o prazo legal deste edital, não havendo impugnação, será o Loteamento registrado.

Dado e passado nesta Capital e Comarca de Goiânia, Estado de Goiás, aos quatorze(14) dias do mês de março(03) do ano de dois mil e oito(2008).

Waldemir de Pitaluga Vasconcelos Montenegro
Oficial substituto do Registro de Imóveis da 4ª Circ.



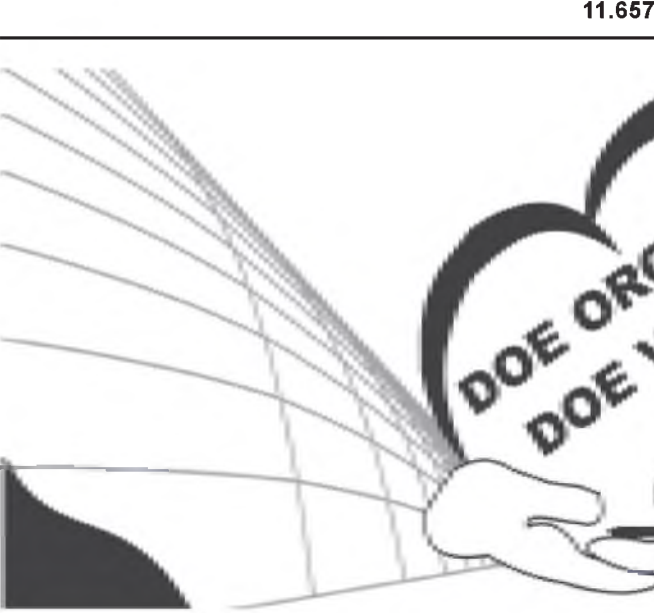
11.676

Edital de Aviso

EDITAL DE AVISO
CONTRIBUIÇÃO SINDICAL - EXERCÍCIO DE 2008.

Em cumprimento ao que determina o Art. 605 da CLT, este Sindicato Trabs. Na Ind. de Cerveja e Bebs. Geral e de Águas Mins. no Est. de Goiás, representante legal de todos os trabalhadores do setor de Bebidas em Geral, com base territorial em todo o Estado de Goiás, conforme dispõe os artigos 578 e 582 da CLT, pelo presente Edital comunica a todos os empregadores do setor que o desconto da Contribuição Sindical de seus empregados referente ao exercício de 2008 no valor percentual de um dia de trabalho de cada um, deverá ser efetuado até 31/03/2008, em favor deste Sindicato, devendo ser recolhida diretamente na CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, (Casas Lotéricas) ou na REDE BANCÁRIA, credenciada até o dia 30/04/2008 imprerivelmente. Ficam desde já notificados os senhores empregadores de que o não recolhimento da contribuição sindical até aquela data implicará em multa de 10% (dez por cento) nos primeiros trinta dias, com adicional de 2% (dois por cento), ao mês subsequente de atraso, além de juros de mora 1% (um por cento) ao mês e mais correção monetária (art.600 da CLT em nova redação dada pela lei 6.986, de 13/04/82). As guias para o recolhimento serão fornecidas pelo Sindicato Profissional. Caso não receba as guias até 31/03/2008, solicite-lo através do fone/fax: 3223.2130, 3223.3786 ou 3224.6634 Goiânia, 12 de março de 2008 - João Raimundo Pereira Seixas-Presidente.

11.657





DIÁRIO OFICIAL NA INTERNET

Desde o dia 01/11/2007 está disponibilizado na Internet, gratuitamente e em caráter experimental, a consulta à versão impressa e o envio de matérias para publicação do Diário Oficial do Estado de Goiás.

Para viabilizar o Diário Oficial *via Internet* e dar continuidade ao processo de melhoria foi necessária a padronização de alguns procedimentos das publicações, conforme estipulado na Portaria nº. 35, publicada no D.O. de 10/10/2007.

O sucesso do processo necessita de ajustes diários. Assim, conclamamos a colaboração e parceria de todos os envolvidos, principalmente dos órgãos da administração estadual direta e indireta, do Poder Judiciário, Ministério Público, prefeituras e particulares que utilizam este serviço.

Para acessar o D.O. digite **www.agecom.go.gov.br**



Diário Oficial

Estado de Goiás

INSTRUÇÕES PARA PUBLICAÇÕES E ENVIO DE MATÉRIAS

Padronização dos cálculos das publicações do Diário Oficial, conforme previsto na Resolução DIREX nº. 004/2007 e Portaria nº 35/2007-GP.

EDITAIS, AVISOS, EXTRATOS, ATAS ETC

Fonte: **Arial normal**
Tamanho mínimo da fonte: **8**
Entrelinhas: **simples**
Alinhamento: **justificado**

BALANÇOS E ASSEMBLEIAS

Fonte: **Arial normal**
Tamanho mínimo da fonte: **6**
Entrelinhas: **simples**

* Os Balanços e tabelas em geral devem ser enviados, também, no formato PDF, via email (arquivo anexado), disquete ou CD.

OBSERVAÇÕES

- **Tamanho padrão da coluna:**
Altura: 39,0 cm - largura 8,5 cm.
 - **Preço (cm/col):** **R\$ 22,75 - à vista**
 R\$ 23,70 - a prazo
 - **Valor mínimo para publicação: R\$ 60,00**
 - Casos omissos deverão ser encaminhados à Gerência Comercial.
- O valor orçado não pode ser arredondado e não é permitida a concessão de descontos.
O tamanho do anúncio, após publicado, poderá ter variação em virtude de ajustes necessários na diagramação.*

*** DOCUMENTOS ORIGINAIS - FONTE MÍNIMA 12 - LARGURA MÁXIMA 17,0 CM**

Art. 1º - Todas as publicações de matérias de interesse dos órgãos da administração pública em todas suas esferas deverão ser precedidas de contrato de prestação de serviços de veiculação de publicidade legal celebradas entre estes e a AGECOM, ou da respectiva nota de empenho.
Parágrafo Único - As matérias recebidas para publicação em desacordo com o caput deste artigo ficarão suspensas até a regularização do empenho.
Art. 2º - O saldo dos contratos e/ou notas de empenho relativas as publicações no Diário Oficial ou Diário da Justiça firmados entre os órgãos e a AGECOM deverão ser controlados pela Coordenação de Publicações na Imprensa Oficial, comunicando à Gerência Comercial.

(*) As matérias devem ser originais. Não aceitamos fax, cópia ou manuscrito.

MATÉRIAS PRÉ-DIAGRAMADAS

FONTE MÍNIMA 8
LARGURA COLUMA 8,5 CM

Art. 1º - Todas as publicações de matérias de interesse dos órgãos da administração pública em todas suas esferas deverão ser precedidas de contrato de prestação de serviços de veiculação de publicidade legal celebradas entre estes e a AGECOM, ou da respectiva nota de empenho.
Parágrafo Único: As matérias recebidas para publicação em desacordo com o caput deste artigo ficarão suspensas até a regularização do empenho.
Art. 2º - O saldo dos contratos e/ou notas de empenho relativas as publicações no Diário Oficial ou Diário da Justiça firmados entre os órgãos e a AGECOM deverão ser controlados pela Coordenação das Publicações na Imprensa Oficial, comunicando à Gerência Comercial quando o saldo do contrato ou empenho totalizarem 90% (noventa por cento) do valor total empenhado, para as providências necessárias quanto a suplementação da nota de empenho pelos órgãos e o respectivo aditivo contratual, se for o caso.
Art. 3º - Os orçamentos das publicações serão calculados conforme preços fixados em tabela própria, sem possibilidade de concessão de descontos. As matérias recebidas para publicação em desacordo com o caput deste artigo ficarão suspensas até a regularização do empenho.

Atenção: É necessário o envio de ofício e/ou comprovante de pagamento autorizando a publicação.

INFORMAÇÕES GERAIS

1. As publicações serão realizadas observado o prazo mínimo de 48 (quarenta e oito) horas úteis após a entrada do material na AGECOM. Para balanços, balancetes e tabelas o prazo mínimo será de 72 (setenta e duas) horas.
2. Os originais serão devolvidos mediante solicitação da parte interessada no prazo máximo de 30 (trinta) dias. Após esta data serão incinerados.
3. As reclamações só serão aceitas se formuladas por escrito até 5 (cinco) dias após a publicação.
4. Locais para publicações e assinaturas:

AGECOM
Rua SC-1, nº 299 – Pq. Santa Cruz - Goiânia
CEP 74.860-270 - Fone: 3201-7663 - Fax: 3201-7623

Postos de Atendimento
Fórum: Térreo, sala 193 – Fone: 3216-2321
Centro Administrativo: Vapt-Vupt – Fone: 3201-5070

Atendimento: de 2ª à 6ª feira, das 8h00 às 18h00

Para envio via web (internet): Entrar no site da AGECOM - www.agecom.go.gov.br clicar no ícone Diário Oficial - Diário da Justiça - “ENVIAR PUBLICAÇÃO”, Arquivos somente com extensão: DOC, PDF, TXT e RTF.